



IPTM

Instituto de Prospecção Tecnológica e Mercadológica

*ÍNDIA:
Oportunidades & Ameaças
Cadeia Têxtil*

Rio de Janeiro 2004

© 2004. SENAI/CETIQT

É proibida a reprodução de qualquer parte desta obra sem prévia autorização do autor.

Série Desafio para a Competitividade - Cadeia têxtil

DET – Diretoria de Educação e Tecnologia

IPTM – Instituto de Prospecção Tecnológica e Mercadológica

Ficha Catalográfica

SENAI. CETIQT. IPTM.

Índia: oportunidades e ameaças. Rio de Janeiro: cadeia têxtil/
SENAI - Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil. Instituto
de Prospecção Tecnológica e Mercadológica. - Rio de Janeiro:
SENAI/Cetiqt, 2004.

1v. il – (Série desafio para a competitividade: cadeia têxtil)

Inclui Bibliografia

1. Indústria Têxtil na Índia. 2. Indústria de Confecção na Índia.
3. Prospecção Tecnológica. 4. Exportação de Têxteis. 5. Mercado
Internacional de Têxteis. I. Título.

CDU: 677: 339.13

SENAI-CETIQT - Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil

Rua Dr. Manuel Cotrim, 195 – Riachuelo

20960-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: 55 21 2582-1000 – Ramal: 1042

www.cetiqt.senai.br

SENAI - Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil - CETIQT

ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DO SENAI

Armando de Queiroz Monteiro Neto

Presidente do Conselho Nacional do SENAI

José Manuel de Aguiar Martins

Diretor-Geral do Departamento Nacional

CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO SENAI-CETIQT

Dr. Antonio Cesar Berenguer Bittencourt Gomes

Presidente

Conselheiros

Clóvis Gonçalves de Souza Júnior

Fernando Sampaio Alves Guimarães

Luiz Américo Medeiros

Luiz Edmundo Vargas de Aguiar

Maria Lúcia Alencar de Rezende

Oscar Augusto Rache Ferreira

Regina Maria Fátima Torres

Rolf Dieter Bückmann

ADMINISTRAÇÃO DO SENAI-CETIQT

Alexandre Figueira Rodrigues

Diretor Geral

Daniel Roedel

Diretor de Educação e Tecnologia

Dácio Lara de Lima

Diretor de Operações

Apresentação

Imediatamente após a publicação do livro *China: oportunidades e ameaças*, passamos a considerar a necessidade de investigar um outro ator importante do mercado internacional de têxteis e confecionados: a Índia. Nossa intenção, entretanto, permanece a mesma. Oferecer, sistematicamente, conhecimento estruturado sobre fatos, dados, informações e dinâmicas dos negócios internacionais que permitam à cadeia têxtil e de vestuário brasileira ajustar suas decisões de maneira a enfrentar os desafios de competitividade do mundo após o término do Acordo Multifibras, em janeiro de 2005.

O estudo sobre a cadeia têxtil indiana, que ora apresentamos, revela dimensões múltiplas de análise que certamente orientarão, não apenas empresários do setor, mas também outros tantos atores institucionais envolvidos com a melhoria do desempenho do setor têxtil brasileiro. Além de um cuidadoso levantamento de dados sobre os diversos elos da cadeia produtiva têxtil indiana, o estudo realizou a investigação de fatos políticos, sociais e econômicos da Índia, apoiando-se em seguras fontes internacionais. Dessa forma, aspectos evolutivos da competitividade da cadeia têxtil e do vestuário indiana podem ser acompanhados com facilidade, permitindo a avaliação de processos históricos e de sua influência no fortalecimento ou enfraquecimento das estruturas industriais. É possível, por exemplo, verificar de que modo a intervenção governamental teve influência nos desenvolvimentos endógenos e na manutenção de características culturais que vieram a se consolidar como alguns dos principais fatores de competitividade indiana; mas que também geraram enormes tensões internas no sistema, reduzindo a capacidade competitiva de outros elos e estruturas. A descrição histórica dos fatos, referenciada pelos planos quinquenais

e pelas políticas industriais que lhes foram contemporâneas, ilustra ainda os desvios de rota, as alternativas criadas e as mudanças de postura, apresentando um processo sinérgico de crescimento do setor a partir da interação construtiva dos principais atores do desenvolvimento das nações modernas: governo, empresas, instituições financeiras, de ensino e pesquisa, associações de classe e sociedade civil.

O estudo da cadeia têxtil e do vestuário da Índia apresenta números impressionantes. Se quantitativamente inferiores aos volumes esperados para o comércio chinês, os dados indianos para 2010 refletem sua capacidade, juntamente com a China, de ocupação de fatia expressiva dos mercados de maior valor agregado do mundo, restando a todos os outros países menos da metade do mercado mundial de têxteis em um futuro próximo. Mas há muitas outras dimensões a considerar quando nos referimos à competitividade de grandes cadeias produtivas, sobretudo quando essas têm a história e o conhecimento acumulado da cadeia têxtil nacional. Há grandes oportunidades de mercado na própria Índia. Os novos princípios de estruturação mundial das firmas, as cadeias logísticas internacionais, a ênfase no *design* e na inovação, a competência técnica e profissional, a infra-estrutura de conhecimento, e a cultura rica e cada vez mais valorizada internacionalmente do Brasil, sugerem oportunidades de parceria e de investimentos que poderão ser mais bem aproveitadas se conhecermos bem o ambiente de negócios em que estamos inseridos.

Antonio Cesar Berenguer Bittencourt Gomes
Presidente do Conselho Técnico Administrativo
do SENAI-CETIQT

A Índia possui antiga e longa tradição na manufatura de produtos têxteis, e esta atividade econômica destaca-se, hoje, como sendo uma das mais importantes para a geração de emprego e de divisas, tão necessários ao desenvolvimento do país.

Pesquisando seu perfil, verificamos tratar-se de uma indústria diversificada, tanto em termos de cadeia de suprimento quanto de estrutura produtiva. No primeiro aspecto, é fácil verificar que o fluxo de atividades inicia-se na fase agrícola de produção de matérias-primas, passa por um processo completo de manufatura e estende-se às etapas de distribuição e comercialização, no país e no exterior. Quanto à estrutura produtiva, observa-se a existência de diferentes soluções de empreendimentos apoiados por estratégias específicas. Convivem modelos de base artesanal com grandes contingentes de micro e pequenas empresas de características diversas, tanto no que se refere à operação, que pode ser manual ou mecânica, quanto à organização, que pode ser individual ou coletiva. Também encontra-se um segmento minoritário, em relação à produção, mais atualizado tecnologicamente, que abrange as médias e grandes empresas, organizadas de forma isolada ou integradas. Enquanto estas últimas alcançam a economia de escala, as micro e pequenas empresas organizam-se em *clusters*.

Ao estudioso, à medida que investiga a complexidade do sistema têxtil indiano, o que inicialmente aparenta ser uma estrutura industrial fragmentada e dissonante, não compatível com os níveis de sofisticação e racionalização exigidos pelo mercado, acaba por se constituir em uma experiência muito particular e interessante, desvendando uma realidade completamente oposta, comprovada pela atração que os têxteis indianos despertam nos grandes clientes internacionais.

Se hoje a CPTV indiana é um reflexo de estratégias do passado, como afirmam os autores, apresentando-se como um conjunto complexo de diferentes segmentos integrados e concorrentes, foi exatamente este processo histórico que permitiu que fatores geradores de competitividade aflorassem, como é o caso da flexibilidade produtiva e do *design* genuíno, oriundo de uma longa atividade artística e artesanal, complementada pelo conhecimento técnico amplamente difundido entre uma legião de gestores e empreendedores.

O resultado da rica e singular experiência indiana na atividade têxtil e de confecção é registrado no crescente aumento de suas exportações que em 2003 atingiram o valor de 14 bilhões de dólares, colocando este país entre os dez maiores exportadores do mundo.

Alexandre Figueira Rodrigues
Diretor Geral do SENAI-CETIQT

Sumário

Capítulo 1		Capítulo 6	
Conhecendo um pouco a Índia	15	Estratégias-chave na evolução da Cadeia Produtiva Têxtil e do Vestuário (CPTV)	93
Capítulo 2		Capítulo 7	
Economia e política: visão geral	39	Forças e fraquezas da Cadeia Produtiva Têxtil e do Vestuário (CPTV) indiana	101
Capítulo 3		Capítulo 8	
Bens de capital, capacidade instalada, produção e consumo	53	Competitividade da Índia nos mercados	111
Capítulo 4		Capítulo 9	
Comércio exterior	69	Posicionamento estratégico com foco no futuro	117
Capítulo 5		Capítulo 10	
Análise do desempenho da CPTV indiana	87	Conclusão	127
		Referências bibliográficas	131

Lista de Tabelas

Tabelas	Página
1 Panorama da posição atual do Khadi	23
2 Indicadores de turismo	25
3 Distribuição das cidades por estado	27
4 Crescimento anual médio do PIB e do PIB/capita	43
5 Comparação das taxas de crescimento do PIB	43
6 Evolução de alguns indicadores econômicos	44
7 Indicadores de desenvolvimento: energia	45
8 Comparação entre a Índia e o Brasil, dos gastos em algumas atividades econômicas (percentual em relação ao PIB)	46
9 Preços e finança públicas	46
10 IED em milhões de dólares	47
11 Direitos alfandegários coletados por alguns países em desenvolvimento, 1985-2000	47
12 Países pobres pagam mais	48
13 Destino das exportações (% do total das exportações)	48
14 Principais parceiros da Índia (importações do país em 2002)	48
15 Principais produtos importados pela Índia	48
16 Principais parceiros da Índia (exportações do país em 2002)	49
17 Principais categorias exportadas pela Índia	49
18 Importações relativas da Índia por “setor” em alguns setores	49
19 Exportações relativas da Índia entre 1998-2002	49
20 Balança comercial indiana - 1998-2002	49
21 Indicadores socioeconômicos da Índia, 2002	50
22 Percentual de crescimento da taxa de alfabetismo em alguns estados indianos	51
23 Diferenças (por gênero) nos índices de alfabetismo em alguns estados indianos	51
24 Perfil da Índia e as metas para o próximo milênio	52
25 Produção de máquinas têxteis	56
26 Fusos para fibras curtas, instalados e adquiridos	56
27 Fusos para fibras longas, instalados e adquiridos	56
28 Rotores instalados e adquiridos	56
29 Fiações (algodão e artificiais/sintéticas)	57
30 Fusos e rotores (SSI e não SSI)	57
31 Capacidade instalada e trabalhadores de fiações de pequeno porte por estado em 2003	57
32 Número de empresas <i>mills</i> de algodão, artificiais e sintéticas; capacidade instalada e número de trabalhadores em 2003	58
33 Teares sem lançadeira, instalados e adquiridos	59
34 Teares sem lançadeiras adquiridos em 2002	59
35 Teares para filamentos instalados	59
36 Teares com lançadeira, instalados e adquiridos	59
37 Teares instalados para tecelagem de lã	59
38 Tecelagens <i>mills</i> e <i>powerloom</i>	59
39 Teares, <i>mills</i> , <i>powerloom</i> e <i>handloom</i>	59
40 Capacidade instalada e trabalhadores nas tecelagens de algodão, artificiais e sintéticas em 2002-2003 (setor Mills)	60
41 Distribuição do número de <i>handlooms</i> por Estado e sua produtividade em 2003	60
42 Número de teares <i>powerloom</i> e empregados	62
43 Aquisição de máquinas circulares	62
44 Máquinas retilíneas adquiridas em 2002	62

45	Produção de fibras pela Índia 2000-2001 (milhões de kg)	63
46	Consumo de fibras pela Índia 2000-2001 (milhões de kg)	63
47	Produção de fibras de algodão	64
48	Produção de juta e outras fibras similares	64
49	Produção de seda	64
50	Produção de lã	64
51	Produção de fibras curtas de viscosa	64
52	Produção de fibras curtas de poliéster	65
53	Produção de fibras curtas e filamentos de acrílico	65
54	Produção de filamentos de celulose	65
55	Produção de filamentos de poliéster	65
56	Produção de filamentos de poliamida	65
57	Total de fibras e filamentos artificiais e sintéticos	65
58	Produção de fios	65
59	Produção de tecidos planos, segundo os setores (milhões de m ²)	66
60	Produção de tecidos, em algodão, misturas e outras	66
61	Consumo de Tecidos per capita em m ²	66
62	As 10 principais unidades de produção de tecidos (baseados na produção do ano 2002-2003)	67
63	Comércio internacional em bilhões de dólares em 2002	71
64	Têxteis exportados e importados	71
65	Exportações da Índia para o mundo, entre 2000/2001 e 2002/2003, referente aos capítulos 50-63 do Sistema Harmonizado (SH)	72
66	Exportações de têxteis da Índia (capítulos 50-63)	73
67	Exportações da Índia para o mundo, entre 2000/2001 e 2002/2003, dos capítulos 61- 62 (vestuário) do Sistema Harmonizado (SH)	74
68	SH - capítulo 50: seda (fibras, fios e tecidos planos)	75
69	SH - capítulo 51: lã, pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina	75
70	SH - capítulo 52: algodão (fibras, fios e tecidos planos)	75
71	SH - capítulo 53: outras fibras têxteis vegetais (fibras, fios e tecidos planos)	75
72	SH - capítulo 54: filamentos sintéticos e artificiais (filamentos e tecidos planos)	76
73	SH - capítulo 55: fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (fibras e tecidos planos)	76
74	SH - capítulo 56: pastas, feltros e falsos tecidos; fios especiais; cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria	76
75	SH - capítulo 57: tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis	76
76	SH - capítulo 58: tecidos especiais; tecidos tuçados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados	76
77	SH - capítulo 59: tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis	76
78	SH - capítulo 60: tecidos de malha	77
79	SH - capítulo 61: vestuário e seus acessórios, de malha	77
80	SH - capítulo 62: vestuário e seus acessórios, exceto de malha	77
81	SH - capítulo 63: cama, mesa, cozinha, cortinados, sacos, encerados e toldos, velas para embarcações, artigos para acampamento, artefatos de matérias têxteis (calçados, chapéus, etc.)	77
82	Exportações de fibras e filamentos artificiais e sintéticos (toneladas)	78
83	Exportações de tecidos de algodão	78
84	Exportações de têxteis da Índia para os EUA (capítulos SH - 50-63)	78
85	Exportações de têxteis 1996/1997-2002/2003	79
86	Importações de fibras e filamentos artificiais e sintéticos (toneladas)	80
87	Importações do mundo, pela Índia, entre o período 2000-2001 e 2002-2003, segundo os capítulos do Sistema Harmonizado (SH)	80

88	SH - capítulos 61-62 (somente vestuário)	81
89	Importações do mundo, pela Índia, entre o período 2000/2001 e 2002/2003, segundo os capítulos do Sistema Harmonizado (SH)	82
90	Balança comercial UE e Índia	84
91	Principais produtos exportados do Brasil para a Índia, no período de maio 2003 a abril 2004 (últimos 12 meses) - capítulos 50-63	85
92	Principais produtos importados da Índia, pelo Brasil, no período de maio 2003 a abril 2004 (últimos 12 meses) - capítulos 50-63	85
93	Balança comercial do Brasil com principais parceiros	85
94	Capacidade instalada do segmento de <i>powerloom</i>	96
95	Consumo per capita, em kg por ano, de têxteis e confeccionados - 2002	106
96	Produção de tecidos (2002)	108
97	Fatores de custo	108
98	Investimentos externos – 2001	108
99	Posição de Índia, China e Brasil em relação ao custo de manufatura e custo total	113
100	Classificação de produtos no mercado de exportação	115
101	NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul - capítulos 50 a 63	115
102	Posição da Índia no mercado mundial	116

Lista de Gráficos

Gráficos		Página
1	Evolução da taxa de câmbio real (quantidade de rúpias para comprar US\$ 1)	42
2	Produção de fibras pela Índia (distribuição %)	63
3	Consumo de fibras pela Índia (distribuição %)	64
4	Exportação de têxteis da Índia para o mundo SH – 50 ao 63 (US\$ milhões)	74
5	Exportação de têxteis da Índia para o mundo 2002-2003, distribuição %	74
6	Exportações em 2002 pelo SH - 50 ao 63	77
7	Distribuição das importações do mundo, pela Índia, em 2002-2003.	83
8	<i>Market share</i> da Índia em 2004	97

Lista de Figuras

Figuras		Página
1	Mapa da Índia	17
2	Estado de Punjab	23
3	Estados e territórios da Índia	26

Lista de Quadros

Quadros		Página
1	Custos com maior impacto negativo na competitividade	114
2	Indústria de <i>powerloom</i> e indústria de <i>handloom</i>	125
3	Malharia, têxteis para o lar e tingimento/acabamento	125
4	Confeção e indústria de juta	126

Lista de Siglas

AIKVIB	All India Khadi Village Industries
AISA	All India Spinners Association
AIVIA	All India Village Industries Association
ATV	Acordo de Têxteis e Vestuário
BIS	Bureau of Indian Standards
CPTV	Cadeia Produtiva Têxtil e do Vestuário
CTM	Cotton Technology Mission
DGCIS	Directorate General of Commercial Intelligence and Statistics
ICAC	International Cotton Advisory Committee
ITMF	International Textile Manufacturers Federation
IWTO	International Wool Textile Organization
JMDC	Jute Manufactures Development Council
JMDC	Jute Manufactures Development Council
KVIC	Khadi and Village Industries Commission
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NCJD	National Centre for Jute Diversification
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
NID	National Institute of Design
NIFT	National Institute of Fashion Technology
NTC	National Textile Corporation Ltd
OMC	Organização Mundial do Comércio
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
SIDBI	Small Industries Development Bank of India
SIDO	Small Industry Development Organization
SSI	Small Scale Industry
SSI&ART	Ministry of Small Scale Industries and Agro and Rural Industries
SSSB	Small Scale Service Business Enterprises
TRAs	Textile Research Associations
TUFS	Technology Upgradation Fund Scheme
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNIDO	United Nations Industrial Development Organization

Capítulo 1

Conhecendo um pouco a Índia

Capítulo 1

Conhecendo um pouco a Índia

A indústria de khadi têxtil e seu papel na história da Índia

Nova Delhi, capital da República da Índia, está localizada na latitude 20 00 N e longitude 77 00 Oeste. Isto significa que os relógios indianos estão cerca de 8 horas e meia à frente dos nossos. Além disso, um passageiro, partindo do Aeroporto Internacional do Galeão, Rio de Janeiro, fazendo conexão em Londres, chegará a Delhi após 30 horas de voo aproximadamente, tendo gasto por volta de US\$2770 na passagem classe econômica.

Para a maioria dos brasileiros, a Índia é um país distante, tanto geograficamente quanto culturalmente. Diferentemente da população britânica ou americana, poucos de nós tiveram a oportunidade de conviver

ou conhecer famílias indianas radicadas no Brasil. Talvez um pesquisador trabalhando em uma universidade ou uma empresa. De fato, para nós, a imagem da Índia está ligada à extrema pobreza (em 2001, 34,7% de sua população vivia com menos de 1 dólar americano por dia), à população elevada (1,0 bilhão), e a alguns monumentos arquitetônicos, como o Taj Mahal e a Mesquita de Jama Massij.

Lembramos sempre das cores e do artesanato indiano, reconhecidos em qualquer parte do mundo. Acima de todas as imagens, encontra-se a de Gandhi, homem de pequena estatura e aparência frágil que conduziu a Índia pelos caminhos da liberdade, ao encontro de sua independência do Império Britânico, em 15 de Agosto de 1947. Foram, principalmente, as

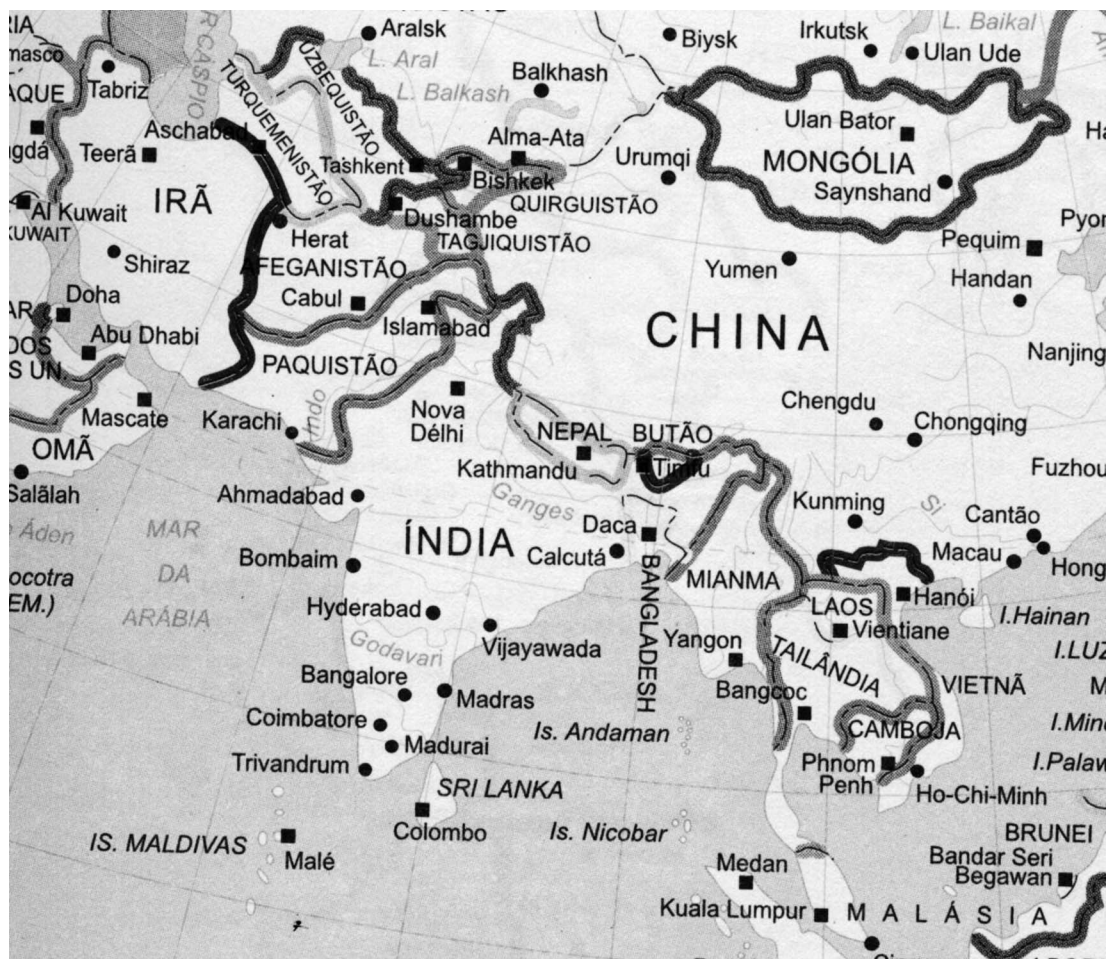


Figura 1 - Mapa da Índia

cenas marcantes do filme “Gandhi”, que mantiveram nossas lembranças desse “homenzinho” e que nos fizeram de fato compreender o papel que o Khadi desempenhou no processo de libertação da Índia.

Khadi é um tecido feito à mão que utiliza somente fios produzidos manualmente. Fibras naturais de algodão, lã e seda são utilizadas na fiação e a atividade produtiva é realizada nas áreas rurais. Mahatma Gandhi se referia ao Khadi como “a farda da liberdade”. De fato, o Khadi foi introduzido como arma política em 1920; tendo sido eleito o melhor instrumento para expressar concretamente o Espírito Swadeshi (*Swadeshi Spirit*) – programa de auto-suficiência econômica - para boicotar os produtos estrangeiros. A roda de fiar tornou-se o “símbolo da rejeição pelos indianos dos têxteis de outras mercadorias produzidas na Inglaterra e a base da auto-suficiência indiana”¹.

O primeiro centro de produção de Khadi foi estabelecido em Katiawad (denominada, após a independência da Índia, de Saurashtra), no estado de Gujarat, em 1920. O Congresso Nacional Indiano, em 1923, criou o *All India Board* (Conselho de Toda a Índia). Dois anos depois, este Conselho implementou a Associação de Fiadores de Toda a Índia (*All India Spinners Association – AISA*). Em 1935, foi formada a Associação das Indústrias de Vila de Toda a Índia – *All India Village Industries Association – AIVIA*.

O Khadi é um ótimo ponto de partida para conhecermos a indústria têxtil e de confecção do vestuário indiano. Pertence ao setor industrial de pequena escala (*Small Scale Industry – SSI*), cuja relevância para a economia da Índia pode ser avaliada pelo papel que lhe é atribuído em todas as Resoluções Industriais (desde 1948), pertencentes aos Planos Econômicos Indianos (atualmente, a Índia encontra-se no seu décimo plano quinquenal).

As Resoluções devem ser vistas à luz da estratégia de desenvolvimento adotada pela Índia pós-independência: auto-suficiência nacional e regulação da economia pelo Governo. A opção indiana por uma economia “mais fechada” foi fortemente influenciada pelo planejamento soviético (Srinivasan

& Tendulkar, 2003). Para os indianos, na época de sua libertação do Reino Unido, a causa do seu subdesenvolvimento econômico devia-se à política colonial britânica do *laissez-faire*² e ao mercado livre. O comércio internacional era um “redemoinho do imperialismo econômico” e não uma forma de atingir o desenvolvimento.

A leitura do documento *Industrial Policy Resolution*, de 6 de Abril de 1948, permite-nos vislumbrar a preocupação governamental em estabelecer uma ordem social de justiça e igualdade de oportunidades para a população. Sua proposta era integrar esforços em todos os campos de atividade da nação, dando ênfase à expansão da produção agrícola e industrial, em particular para a fabricação de bens que atendessem às necessidades básicas dos habitantes, que viviam abaixo do nível de subsistência, e produzir mercadorias que pudessem ser exportadas, trazendo divisas para o país.

O documento deixa claro que o Governo Central tinha monopólio exclusivo sobre a manufatura de armas e munições, sobre a produção e o controle da energia atômica, sobre a propriedade e sobre a gerência do transporte ferroviário. A geração e a distribuição de energia elétrica também eram controladas pelo Estado. As indústrias privadas de carvão, ferro e aço, aviação (manufatura), comunicação (telefone, telégrafo e dispositivos sem fio) e óleos minerais, passaram a ser submetidas à supervisão do Estado e suas licenças revistas, após um período de 10 anos. Além destas indústrias, ficaram sujeitas à regulação e ao controle do Estado dezoito outras, dentre elas algodão e tecidos de lã.

Com relação às indústrias domiciliares e de pequena escala (*cottage and small-scale industries*), o documento ratificou sua importância para a economia nacional; tanto no sentido de oferecer oportunidades de empreendimentos individuais, cooperativos ou comunitários, quanto no de ser uma forma de reabilitar pessoas. Na visão do documento, essas indústrias seriam particularmente adequadas para uma melhor utilização dos recursos locais e para alcançar a auto-suficiência com respeito a certos

¹ OS GRANDES ACONTECIMENTOS DO SÉCULO XX. Lisboa: Seleção do Reader's Digest, c1979. p.162.

² Visão de que os mercados, por si mesmos, levarão a resultados eficientes (Stiglitz, 2003, p.12).

tipos de bens de consumo, como alimento, vestuário e implementos agrícolas.

Atendendo às recomendações da Resolução Industrial de 1948 foi fundado, em janeiro de 1953, o Conselho das Indústrias de Khadi e de Vila³ de Toda a Índia (*All India Khadi & Village Industries - AIKVIB*). Em 1956, foi aprovado o *Khadi and Village Industries Commission Act*. Neste mesmo ano, a segunda Resolução Industrial (abril de 1956) explicita os padrões socialistas adotados para a política socioeconômica, ratificados pelo Parlamento, em dezembro de 1954. O Governo, através desta Resolução, enfatiza a importância das indústrias domiciliares, de vila e pequenas, e demonstra seu apoio: restringe o volume de produção do setor de larga escala, através da diferenciação de impostos ou por intermédio de subsídios diretos às indústrias domiciliares, de vila e pequenas. A finalidade do Estado era assegurar que o setor descentralizado, constituído por essas indústrias, obtivesse vitalidade suficiente para se autosustentar e que o seu desenvolvimento fosse integrado ao da indústria de larga-escala. Além disso, destaca-se nesta Resolução o compromisso governamental em organizar, de forma ampla, esquemas de treinamento e aprendizagem tanto nas empresas públicas quanto privadas, bem como, aumentar as facilidades de treinamento em gestão de negócios nas universidades e outras instituições.

Como a expansão saudável das indústrias domiciliares, de vila e pequenas dependia de um conjunto de fatores de âmbito regional (fornecimento de insumos, energia barata, aconselhamento técnico, salvaguardas contra a competição da manufatura em larga escala e da educação dos trabalhadores no uso das melhores técnicas disponíveis), o Governo propunha-se a investigar estratégias de coordenação e integração entre as pequenas e grandes indústrias. No caso específico do setor têxtil, foi examinado como

³ Indústria de Vila é qualquer indústria localizada na área rural ou cidade com uma população que não excede à 20.000 habitantes ou outro número que possa ser definido pelo Governo Central, de tempos em tempos. Pode fabricar qualquer produto ou fornecer qualquer serviço, com ou sem uso de energia, cujo capital de investimento fixo por artesão ou trabalhador não exceda a 50.000 rúpias indianas; em planta, maquinário, terreno e construção.
Obs.: 1 dólar = 48 rúpias aproximadamente.

a indústria fabril têxtil (*textile mill industry*) poderia complementar e não competir com a indústria de tear manual (*handloom industry*), a maior e a mais bem organizada indústria domiciliar nacional. Para fomentar indústrias de pequena escala, foi sugerida a criação da Câmara das Indústrias Domésticas (*Cottage Industries Board*) e a elaboração de um Diretório Geral de Indústrias e Fornecedores (*Directorate General of Industries and Suppliers*).

O papel das indústrias domiciliares e de pequena escala no desenvolvimento da economia nacional continuou sendo enfatizado nas Resoluções (*Industrial Policy Resolution*) e Declarações (*Industrial Policy Statement*) posteriores. A Declaração de 23 de dezembro de 1977 deu ênfase ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias apropriadas às condições socioeconômicas do país. Nesse período, segundo o documento, a Índia já contava com a infra-estrutura de instituições científicas bem desenvolvidas, que deveriam colaborar no desenvolvimento de tecnologias nativas. Por outro lado, essas tecnologias deveriam garantir a eficiência da produção de bens em quantidade que atendessem, urgentemente, às necessidades sociais, isto é, elas deveriam contribuir para a melhoria do padrão e da qualidade de vida da massa populacional. Um exemplo, neste período, de pesquisa científica-tecnológica aplicada à indústria de khadi têxtil, é o Dabba-Kattai (JOSHI, 1977). Trata-se de um dispositivo que utilizava os princípios modernos da fiação *open-end*, daquela época, na fiação manual. Foi desenvolvido com o objetivo de elevar a produtividade dos trabalhadores sem elevar, substancialmente, o custo do instrumento de fiação manual.

A promoção da independência tecnológica da Índia dependia da aquisição de algumas habilidades e tecnologias que ainda não haviam sido adequadamente desenvolvidas. A estratégia, segundo a Declaração de 77, deveria ser a de adquirir a “melhor” tecnologia disponível e então adaptá-la às necessidades da nação. As empresas indianas que possuíam licença para importar tecnologias foram orientadas a instalar centros de P&D. Por outro lado, a modernização tecnológica não deveria implicar em desemprego tecnológico.

Ao longo da década que antecedeu à Declaração de 77, um número muito grande de empresas de

algodão, juta, têxtil e açúcar ficaram debilitadas. No sentido de evitar o desemprego, o Governo havia assumido um número significativo dessas indústrias. A inviabilidade de manter tal estratégia fez com que, a partir de 1977, o Governo, com o apoio do *Reserve Bank of India* (Banco Central Indiano), passasse a monitorar as unidades industriais que indicassem sinais de fragilidade financeira e tecnológica. Esta medida visava introduzir ações corretivas o mais cedo possível de maneira que os gerentes ou proprietários responsáveis pelo mal desempenho de suas unidades fossem impedidos de atuar de forma similar em outras empresas.

Para o setor industrial de pequena escala (SSI) a Declaração de 77 foi enfática: estabeleceu que qualquer item que pudesse ser produzido pelas indústrias pequenas e domiciliares só poderia ser produzida por elas. Assim, a lista anterior de produtos reservados exclusivamente para a indústria de pequena escala saltou de 180 itens para 500. Além disso, dois atributos da produção da SSI passaram a ser demandados: ser econômico e de qualidade aceitável. A partir de então, a lista passou a ser continuamente revista, de forma que o desenvolvimento da capacidade da SSI não ficasse atrás dos requisitos básicos da economia. Uma das formas de garantir a eficiência e a expansão de novos produtos e novos processos manufaturados pela SSI, seria realizando a revisão anual da lista de reservas industriais.

O apoio financeiro efetivo necessário à promoção do SSI seria garantido pelo Banco de Desenvolvimento Industrial da Índia (*Industrial Development Bank of India*), através de uma unidade administrativa separada, criada para lidar exclusivamente com as exigências deste setor. O Governo recomendou, também, que outros bancos nacionalizados destinassem uma proporção específica dos seus recursos para a promoção das indústrias domiciliares, de vila e pequenas.

Foram introduzidas novas legislações para estas indústrias e implantados Centros de Distritos Industriais (*District Industries Centre*), deslocando das grandes cidades e das capitais para os distritos o apoio e os serviços necessários ao desenvolvimento das SSI. O Governo se comprometeu a dar apoio

financeiro efetivo à Indústria de Pequena Escala, revitalizando as Comissões de Khadi e Indústrias de Vila (KVIC – *Khadi and Village Industries Commission*) que haviam sido criadas por Ato Parlamentar, em 1956. De fato, o *Khadi and Village Industries Act* sofreu emendas para permitir a implementação de um programa de larga escala em “Nai Khadi”.

A Resolução reconhecia que uma ruptura no campo do Khadi estava em progresso tendo em vista a possibilidade de fiar e tecer fibras de poliéster junto com fibras de algodão. Esperava-se desenvolver um grande mercado de fiação e tecelagem Khadi de polyester - “*the hope of developing a large market of polyester Khadi spinners and weavers*”.

A análise do documento nos permite reconhecer a política estabelecida pelo governo em termos de atendimento às necessidades de vestuário da população. Na visão governamental, explicitada na *Industrial Policy Statement* de 1977, essa demanda poderia ser progressivamente satisfeita através do desenvolvimento do setor de tecelagem manual (*handloom*). Esta estratégia visava prover emprego a um número significativo de pessoas engajadas na produção de têxteis. O Governo, segundo o documento, decidiu não permitir a expansão da capacidade de tecelagem (*weaving capacity*) do setor de *powerloom* (tecelagem não manual) e das tecelagens fabris (*mill*). Além disso, o fornecimento adequado de fios para o setor de *handloom* teria prioridade na alocação do *yarn spun* (fio fiado) sobre o setor organizado (de produção fabril). Caso houvesse deficiência no fornecimento, caberia ao governo adotar medidas que garantissem o aumento da capacidade de fiação. Caberia, ainda, ao governo garantir a disponibilidade do mercado para os produtos *handloom*, impedindo uma competição desleal entre esse setor e o setor organizado (fabril). O conjunto de itens reservados ao setor *handloom* foram ratificados e expandidos.

Para proteger o interesse das indústrias domiciliares, de vila e pequenas foi introduzida uma Legislação voltada exclusivamente para este setor. Além disso, em cada distrito foi implantado uma agência para atender às necessidades dessas indústrias,

denominado de *District Industries Centre* (Centro das Indústrias do Distrito). O atendimento das indústrias pelo Centro envolvia: investigação econômica das matérias-primas do distrito e outros recursos; fornecimento de maquinário e equipamentos ou matéria-prima; acordos para facilidade de crédito, e célula de controle de qualidade e *marketing*.

A Declaração Industrial de julho de 1980 (*Industrial Policy Statement, July, 1980*) além de assumir como base a Resolução Industrial de 1956, fez críticas severas aos 33 meses governados pelo Partido Janata: segundo o documento, o progresso industrial da Índia durante as últimas três décadas devia-se às políticas do Congresso e, o avanço ocorrido em meados da década de 70, tanto em termos de utilização da capacidade instalada quanto em termos da expansão da indústria, se havia estagnado nos dois governos anteriores. Afirmava, ainda, que a economia indiana vivia um círculo vicioso de escassez de recursos para a indústria (energia, transporte e carvão), enfatizando a necessidade de apoiar a agricultura e desenvolver facilidades de infra-estrutura.

Com relação ao setor descentralizado (indústrias domiciliares, de vila e pequenas - SSI), a Política Industrial de 80, partindo da noção de "federalismo econômico", criou "plantas centrais" (*nucleus plants*) cuja finalidade era reunir os produtos das unidades auxiliares⁴ (*ancillary units*) e realizar arranjos convenientes de mercado (*marketing*). Além disso, essas plantas deveriam difundir padrões de investimento e emprego, distribuindo, ao máximo, os benefícios da industrialização. Seriam elas as responsáveis pela atualização tecnológica das pequenas unidades industriais. A implementação de "plantas centrais" em cada distrito identificado como industrialmente "acanhado" ou "avesso à industrialização", visava gerar tantas unidades auxiliares, pequenas e domésticas, quanto possível. Para o Governo,

⁴ A indústria auxiliar é um empreendimento cujo investimento em ativos fixos - plantas e maquinários (próprios ou *leasing*, ou contrato de compra) não excede a Rs 1 Crore. Manufatura ou produz partes, componentes, sub-montagem, ferramenta ou representa serviços e fornecedores; correspondente a não mais do que 50% da sua produção ou serviços.

esta estratégia permitiria reduzir a dependência de componentes importados, dispersar as indústrias e ao mesmo tempo elevar o nível de empreendedorismo. A idéia era formar ou expandir as redes de pequenas empresas, em torno das plantas centrais e das unidades auxiliares, promovendo um sistema articulado, voltado para um desenvolvimento industrial integrado.

No sentido de modernizar um número expressivo de empresas, o Governo redefiniu o limite de investimento do SSI para cada tipo de unidade (*tiny, small, ancillaries*). Além disso, prontificou-se a promover um sistema que garantisse o fluxo de crédito para as unidades em crescimento e o acesso à matéria-prima. A reserva de itens para o SSI foi mantida e a importância atribuída ao Khadi, também: "*Handlooms, handicrafts, Khadi and other village industries will receive greater attention to achieve a faster rate of growth in the village*".

A Política Industrial de 1990, *Industry Policy - POLICY MEASURES FOR THE PROMOTION OF SMALL SCALE AND AGRO-BASED INDUSTRIES AND CHANGES IN PROCEDURES FOR INDUSTRIAL APPROVALS* - voltou-se, exclusivamente, para a promoção do setor de pequena escala e da indústria agrícola, estabelecendo mudanças nos procedimentos de subvenção das aprovações industriais (*industrial approvals*). Buscava dar continuidade à política de re-orientação do crescimento industrial objetivando a geração de emprego, a dispersão da indústria para as áreas rurais e a intensificação da contribuição do SSI nas exportações, iniciadas na década anterior.

Antes mesmo da implantação desta política, 836 itens já tinham sido reservados para serem manufaturados apenas pelo setor de pequena escala. Esforços estavam sendo empreendidos no sentido de ampliar essa lista. Para aumentar a competitividade do setor era necessário um programa de atualização e modernização tecnológica. A estratégia adotada foi a de implementar centros de desenvolvimento de processos e produtos, centros de testes e ensaios; tudo sob o guarda-chuva do Centro de Desenvolvimento Tecnológico das SSI - *Technology Development Centre in Small Industries Development Organisation*.

O fluxo do crédito para a SSI seria garantido pelo SIDBI – *Small Industries Development Bank of India*⁵ – Banco da Índia para o Desenvolvimento das Pequenas Indústrias, estabelecido para este fim e que tornou-se operacional em abril de 1990. Outras medidas foram: a redução do controle burocrático, a eliminação da interferência desnecessária do Governo e a supervisão excessiva dos inspetores, particularmente no campo da legislação trabalhista.

No ano da Declaração da Política Industrial de 24 de julho de 1991 – *Statement of Industrial Policy*, em decorrência de uma crise severa na sua balança de pagamentos, a Índia recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), buscando assistência no sentido de resolver problemas de pagamentos externos. O país recebeu auxílio financeiro da instituição para dar suporte ao seu Programa de Ajuste, que incluía, principalmente, reformas estruturais – centradas essencialmente na liberalização do comércio e redução maciça e ampla nas barreiras tarifárias e não tarifárias. Embora seja difícil prever em que medida a Índia adotará o mantra das políticas fundamentalistas do mercado do FMI, até o presente, o Governo Central ainda desempenha, à semelhança da China, um importante papel nas suas políticas socioeconômicas. De fato, segundo Stiglitz (2003, p.368), na crise financeira asiática de 1997, “os únicos mercados emergentes importantes que não sofreram crises foram os da China e da Índia, que não seguiram o conselho do FMI/Tesouro para liberalizar seus mercados de capitais”.

Desde 1991, as Políticas Industriais Governamentais Indianas vêm objetivando, em linhas gerais: (1) manter um crescimento sustentável de produtividade; (2) aumentar o emprego útil; (3) atingir a utilização ótima dos recursos humanos; (4) alcançar competitividade internacional; (4) transformar a Índia em sócio e jogador majoritário na arena global. Para atingir seus objetivos, a Índia está, gradativamente, desregulamentando sua indústria, “dando-lhe liberdade e flexibilidade para responder às forças do mercado; proporcionando um regime político que facilite e acalente o crescimento industrial indiano”.

⁵ Trata-se de uma subsidiária do Industrial Development Bank of India (Banco de Desenvolvimento Industrial da Índia).

No que tange ao setor industrial de pequena escala (SSI), em que se insere a indústria de Khadi têxtil, em 14 de outubro de 1999 foi criado o Ministério das Indústrias de Pequena Escala e das Indústrias Agro-Rurais (*Ministry of Small Scale Industries and Agro and Rural Industries - SSI & ARI*). Dois anos depois, este Ministério foi bifurcado, sendo criado o Ministério das Pequenas Indústrias (*Ministry of Small Scale Industries*) e o Ministério das Indústrias Agro-Rurais (*Ministry of Agro and Rural Industries*). O Ministério da SSI tem a finalidade de desenvolver e implementar políticas de promoção do crescimento das indústrias de pequena escala. Além disso, representa o setor junto a outros Ministérios e departamentos. O Organismo de Desenvolvimento das Pequenas Indústrias (*Small Industry Development Organisation – SIDO*) e a empresa do setor público – *Public Sector Undertaking – National Small Industries Corporation Ltd. (NSIC)* são as instituições responsáveis pela implementação dos programas/esquemas desenvolvidos pelo Ministério da SSI para melhorar a infra-estrutura e os serviços de apoio às pequenas indústrias.

Atualmente, pertencem à SSI, empresas cujos investimentos em ativos fixos de planta e maquinário, excluindo terreno e construção, próprios ou na forma de lease ou contrato de compra, não excedem à dez milhões de rúpias indianas ou Rs 1 Crore⁶ (um Crore significa 10 milhões). Os empreendimentos deste setor envolvem: indústrias auxiliares (*ancillary*), indústrias minúsculas (*tiny*) - até ¼ de Crore e unidades orientadas para a exportação (*export oriented units*) – exportam mais do que 50% da sua produção.

Os empreendimentos industriais relacionados a serviços/negócios com investimento em planta e maquinário que chegam a Rs 10 lakhs (um milhão de rúpias indianas), excluindo terreno e construção, são registradas sob o nome de *Small Scale Service Business Enterprises (SSSBE)* – empreendimentos de negócio/serviços de pequena escala. Há certos tipos de indústrias/atividades no qual o investimento em planta e maquinário pode chegar à Rs 5 crores (em torno de US\$100.000) mas que, também, podem ser registrados sob a categoria de SSI; trata-se de uma conjunção de empresas definidas segundo o *Companies Act 1956*.

⁶ Rs 4,87Cr equivale a US\$ 1 milhão.

Um panorama da posição atual do Khadi na economia indiana pode ser visto na tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Panorama da posição atual do Khadi		
	Algodão, seda, lã e musselina	Mistura com fibras químicas
Fusos instalados (milhões)	2,18	0,20
Fios produzidos (milhões de kg)	25,91	1,45
Teares instalados (números)	133.270	8.727
Empregos (laks=10⁵)	14,97	0,46
Total produzido (milhões de m²)	111,49	10,05
Vendas (em Rs Crores)	581,20 (119,3 milhões de dólares)	42,35

Fonte: ÍNDIA. Ministry of SSI & ARI. 2004

Para os indianos, o Khadi é uma estratégia de penetração do país no mercado internacional, tendo em vista sua característica *eco-friendly*. Uma das forças do Khadi têxtil é o seu sistema auto-regulatório de certificação: (a) pureza e autenticidade – utiliza fibras

naturais e os processos de fiação e tecelagem são manuais; (b) garante renda própria aos artesãos, envolvendo várias medidas de bem-estar social em um ambiente de trabalho autônomo; (c) garante qualidade e preço justo ao consumidor.

Em março de 2004, estavam afiliadas à KVIC 1.301 instituições. Segundo o Ministério do SSI, em termos de pesquisa e desenvolvimento, dois laboratórios muito bem equipados atendem à indústria Khadi: *Khadi Gramodyog Prayog Samiti*, em Ahmedabad, no estado de Gujarat e *Directorate of Khadi Processing*, em Borivali, Mumbai. O primeiro é predominantemente equipado para testes de propriedades físicas e faz pesquisas em processos mecânicos. O segundo, está equipado para testar as propriedades de resistência da cor dos produtos manufaturados e para realizar pesquisas em processos químicos de khadi têxtil.

A Índia é um dos maiores produtores de algodão do mundo. O preço do algodão indiano no mercado internacional é 10 a 25% mais barato do que o

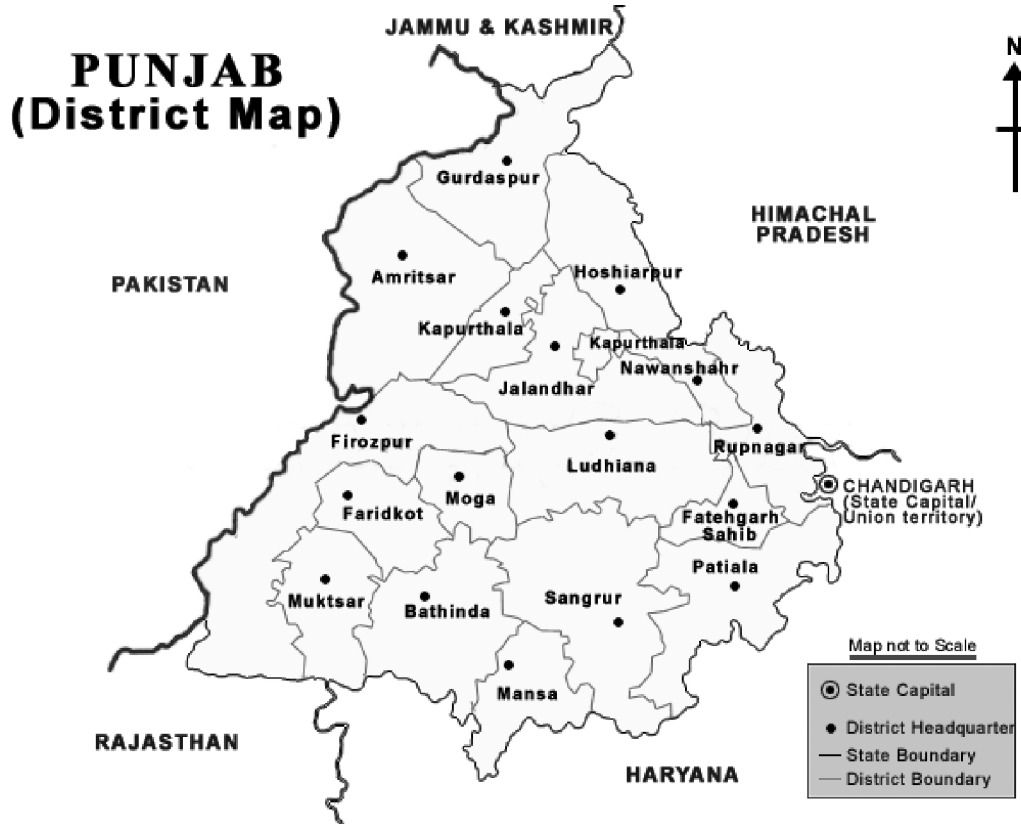


Figura 2 - Estado de Punjab

de seus competidores, graças aos recursos naturais que dispõe e à habilidade e ao custo de sua mão-de-obra.

Da mesma maneira que a China, a Índia possui uma base de manufatura capaz de produzir uma gama de produtos têxteis e confeccionados a preços competitivos, com um contingente elevado de mão-de-obra qualificada, a um custo relativamente baixo. O setor têxtil indiano é o segundo maior empregador do país, possuindo um Ministério exclusivo – Ministério Têxtil.

Em 2001, as exportações têxteis e de confecção contribuíram em 3% para o produto interno bruto do país (US \$13 bilhões), sendo que 70% do total dessas exportações foram para a Europa e os Estados Unidos. Em termos de confeccionados, a sua participação no mercado internacional ainda é minúscula, 2,8% (2001), apesar de ser a segunda maior produtora, depois da China.

As exportações da Índia em 2003 somaram US \$ 50 bilhões. Só para os Estados Unidos no setor de vestuário e acessórios para roupas, o país exportou US \$ 2.2 bilhões. Esta cifra corresponde a 3% do valor total importado pelos Estados Unidos nesta categoria e a 19% das exportações chinesas (Stitched Up, 2004, p.34) para este país. A Índia foi apontada como a mais forte candidata a desempenhar o papel que hoje pertence à China nas importações dos produtos confeccionados de baixo custo e no segmento de “têxteis para o lar”.

Geograficamente falando, o setor têxtil indiano apresenta duas regiões com o maior potencial econômico e estratégico: Tirupur e Ludhiana. A cidade de Tirupur, está localizada no distrito de Coimbatore, no estado de Tamil Nadu, ao sudeste.

Tirupur ganhou reconhecimento pela sua posição de liderança em meias e *lingeries*, vestuário de malhas, traje passeio e roupas esportivas. Tirupur é um centro comercial importante da Índia e a maior fonte de divisas em função de suas exportações. A cidade é responsável por 90 % das exportações da Índia em vestuário de roupa de algodão, um valor estimado em US\$ 1 bilhão. Tirupur é, também, um centro tradicional de descaroçamento de algodão.

Ludhiana, localizada no Estado de Punjab, é o maior centro produtor, sendo conhecida como Manchester da Índia e, também, como a capital do setor SSI. A origem da cidade remonta ao ano de 1481, com o estabelecimento de um forte pelos Lodhies. Até 1947, não havia praticamente nenhuma atividade industrial significativa em Ludhiana. Originalmente, a maior parte da força de trabalho era formada de muçulmanos, que migraram para o oeste do Paquistão. Foram os refugiados que vieram do oeste do Paquistão para Ludhiana, depois da partição do subcontinente em Índia hindu e estado majoritário do Paquistão, que começaram o desenvolvimento da indústria local. Nos últimos cinco anos, muitos investimentos, do próprio estado do Punjab e de fora do Punjab, estão sendo aplicados, tanto no setor de pequena e médias empresas quanto no setor organizado. No setor de pequena escala, destacam-se máquinas de costuras e componentes, produtos de malharia circular e malharia retilínea.

Não levando em conta as unidades fabris e considerando, apenas, os escritórios administrativos e de venda, existem três localidades em que concentra-se a maior parte das empresas no país: (i) Mumbai (Bombaim)- coração econômico da Índia; (ii) Nova Delhi, capital orgulhosa e espaçosa, maior democracia populacional do mundo e (iii) Bangalore, conhecida como “Vale do Silício” da Índia, que vêm atraindo os produtores têxteis para o seu clima temperado, em busca modernização. Naturalmente, nem todas as empresas estão localizadas nessa área, mas a maior parte tem alguma relação com pelo menos uma das três localidades. Nessa seção, buscamos mostrar a importância do setor têxtil para a economia indiana, partindo de uma abordagem histórica, enfocando o setor das indústrias de pequena escala (setor descentralizado). Nossa intenção foi a de despertar a curiosidade do leitor sobre o setor têxtil organizado, isto é, para as empresas de médio e grande porte.

Para que possamos abordar e compreender melhor o mercado têxtil e de confecção do vestuário indiano, nacional e internacional, precisamos resgatar dados históricos, geográficos, macroeconômicos e sociais. Na seqüência deste capítulo, vamos apresentar um perfil geral da Índia, dando ênfase às informações que possam

distinguí-la dos seus competidores, utilizando estudos do Banco Mundial, da Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio, dentre outros. As próximas seções apresentam dados gerais sobre o país e um pouco mais de sua história.

Índia – população e sociedade

A população da Índia é de 1.068.572.000 habitantes (julho, 2004). Depois da China, é o país mais habitado do mundo. A maior parte das pessoas que vivem na Índia estão submetidas aos sistema de castas. Este sistema faz parte da religião hindu, a qual pertencem 82% da população (14% é muçulmana e 2% sikh).

O sistema de casta foi utilizado para regulamentar o tipo de trabalho e outras atividades diárias. A casta hindu mais elevada são os brâmanes. As pessoas das castas baixas são geralmente as mais pobres. De modo geral, o trabalho “sujo” é feito pelas castas mais baixas, denominadas “intocáveis” .

O governo indiano introduziu leis para modificar o sistema. A designação de “intocável”, no sentido tradicional, foi banida e, agora, as classes inferiores são chamadas de *Scheduled Castes* ou *Dalits* (que significa “oprimido”). As leis não impedem que a casta em que a pessoa nasceu tenha forte influência sobre sua vida.

A cultura popular na Índia é muito valorizada. A indústria cinematográfica do país, que recebeu o apelido de “*Bollywood*”, está crescendo, produzindo uma quantidade elevada de filmes, distribuídos mundialmente. Música popular, *rock* e cinema geram um grande número de estrelas.

Moeda

- Rúpia indiana Rs : Rs.1000; Rs.500; Rs.100; Rs.50, Rs.20, Rs.2 e Rs 1(=100 paise)

Pesos e medidas

- Sistema internacional (S.I.)

Cotação Indiana e sua correspondência na cotação internacional

1 Lakh	100.000	100 mil
10 Lakh	1.000.000	1 milhão

1 Crore	10.000.000	10 milhões
10 Crores	100.000.000	100 milhões
100 Crores	1.000.000.000	1 bilhão

Convenção nas estradas

- O volante fica do lado direito, com a convenção de “mão inglesa” orientando o lado nas vias para automóveis.

Eletricidade doméstica

- A energia elétrica doméstica é de 240-220V , corrente alternada 50 ciclos.

Idiomas principais

- Hindi, inglês (negócios) e outros 17 idiomas oficiais

Inflação

- 5,4% ao ano.

Custos relativos

- Refeição: U\$1-U\$5 (intermediário)
- Diária de hotel: U\$10-100 (categoria média)

Tabela 2: Indicadores de turismo

Gasto com turismo (milhões US\$)				
	1990	1995	2000	2001
India	1.513	2.583	3.168	3.042
Brasil	1.444	2.097	4.228	3.701
Chegada de turistas (mil)				
	1990	1995	2000	2001
India	1.707	2.124	2.649	2.537
Brasil	1.091	1.991	5.313	4.773
Duração média da permanência (em dias)				
	1990	1995	2000	2001
India	29	30
Brasil	14	13	12	12

Valores perdidos (não disponível ou não registrado separadamente)

Fonte: UNCTAD TRAINS.2004

Aspectos administrativos

Após tornar-se independente, a Índia adotou o sistema de democracia parlamentar, mantendo as estruturas e as instituições judiciária, administrativa, de defesa e educacional estabelecidas pelos britânicos. Atualmente, a Índia é a maior democracia do mundo e para garantir que as pessoas dela tomem parte, utiliza o sistema tradicional de conselhos de vila – Panchavat.

O Parlamento Indiano é composto de duas casas: o Rajya Sabha, ou Conselho de Estados, e o Lok Sabha,

ou Câmara Popular. O primeiro é constituído de 250 representantes, a maioria eleita e alguns indicados pelo Presidente, sendo presidido pelo vice-presidente. O presidente da república é o chefe de estado, sendo escolhido por um colégio eleitoral composto pelos membros eleitos das duas Casas do parlamento nacional e pelos integrantes das assembleias legislativas estaduais (Mirador, p. 6051). A Câmara Popular é composta de 543 eleitos nos estados e territórios da União. Toda legislação requer a aprovação de ambas as Casas. O primeiro-ministro, indicado pelo presidente da república, é o chefe do governo ou chefe do gabinete; desempenha o papel de líder da maioria na Câmara Popular. Cabe ao primeiro-ministro exercer efetivamente o comando do poder executivo. Nos Estados a organização é semelhante, compreendendo um governador nomeado pelo presidente da república e, igualmente, um conselho de ministros e um primeiro-ministro – que é o líder do partido majoritário da Assembleia. Os

estados de Assam, Gujarat, Kerala, Orissa, Rajasthan e Harian só têm uma casa legislativa; os demais estados têm duas (Mirador, p.6052).

As eleições são supervisionadas por uma Comissão Eleitoral, corpo independente. Um judiciário independente é o guardião e intérprete da Constituição, e a Suprema Corte é o tribunal superior, no topo das Cortes Estaduais.

A Índia é pioneira da política de “não alinhamento”, que corresponde à recusa em enquadrar-se em qualquer área de influência. Sua filiação ao *Commonwealth* (Comunidade Britânica) foi mantida após a independência. É filiada à ONU e às diversas organizações dessa entidade.

Índia – geografia e ambiente

A superfície territorial da Índia é de 3,29 milhões de quilômetros quadrados. Poucos países do mundo



Figura 3 - Estados e territórios da Índia

têm tanta diversidade e tamanhas riquezas naturais e culturais. Sua fronteira terrestre é de cerca de 15200 km, tendo uma composição de costa de 7516 km.

Tabela 3: Distribuição das cidades por estado				
Código do Estado	Número de distritos	Número de sub-distritos	Número de cidades	Número de vilas
	Índia	593	5.470	5.161 638.588
01	Jammu & Kashmir	14	59	75 6.652
02	Himachal Pradesh	12	109	57 20.118
03	Punjab	17	72	157 12.673
04	Chandigarh	1	1	1 24
05	Uttaranchal	13	49	86 16.826
06	Haryana	19	67	106 6.955
07	Delhi	9	27	62 165
08	Rajasthan	32	241	222 41.353
09	Uttar Pradesh	70	300	704 107.452
10	Bihar	37	533	130 45.098
11	Sikkim	4	9	9 452
12	Arunachal Pradesh	13	149	17 4.065
13	Nagaland	8	93	9 1.317
14	Manipur	9	38	33 2.391
15	Mizoram	8	25	22 817
16	Tripura	4	38	23 870
17	Meghalaya	7	32	16 6.026
18	Assam	23	145	125 26.312
19	West Bengal	18	341	375 40.782
20	Jharkhand	18	210	152 32.615
21	Orissa	30	398	138 51.349
22	Chhattisgarh	16	97	97 20.308
23	Madhya Pradesh	45	259	394 55.393
24	Gujarat	25	226	242 18.539
25	Daman & Diu	2	2	2 23
26	Dadra & Nagar Haveli	1	1	2 70
27	Maharashtra	35	353	378 43.711
28	Andhra Pradesh	23	1.125	210 28.123
29	Karnataka	27	175	270 29.406

Tabela 3: Distribuição das cidades por estado (continuação)				
Código do Estado	Número de distritos	Número de sub-distritos	Número de cidades	Número de vilas
	Índia	593	5.470	5.161 638.588
30	Goa	2	11	44 359
31	Lakshadweep	1	4	3 24
32	Kerala	14	63	159 1.364
32	Kerala	14	63	159 1.364
33	Tamil Nadu	30	201	832 16.317
34	Pondicherry	4	10	6 92
35	Andaman & Nicobar Islands	2	7	3 547

Fonte: Census of India. 2001

Devido às dimensões territoriais da Índia - 3.287.590 km² (2.973.190 km² de solo e 314.400 km² de água), o país possui paisagens bastante diversificadas. Cortada pelo trópico de Câncer e praticamente isolada pelo Himalaia das correntes frias que circulam no centro da Ásia, a Índia possui clima quente ao longo do ano. Na maior parte do país, a estação das chuvas ocorre entre junho e setembro, em decorrência das monções – conhecida como estação do vento. As monções trazem chuvas pesadas e em algumas áreas, enchentes – principalmente na costa ocidental e na zona do Assam. Para a zona rural um problema muito grave é a seca que impede o cultivo e a colheita.

A Índia tem 28 Estados e sete territórios da União. Há unidades menores: distritos, municípios e outras, de acordo com a legislação regional. A menor unidade é a de vila ou aldeia, denominada Corporação Municipal ou Comitê Municipal, na área urbana, e Junta Distrital ou Conselho Rural (Village Panchayat) na zona rural (Mirador, p. 6052). Os maiores estados são Madhya Pradesh, Uttar Pradesh, Rajasthan, Maharashtra e Andhra Pradesh, que perfazem cerca de 50% do território nacional.

A tabela 3 apresenta um panorama da distribuição das cidades por estado, de acordo com o censo de 2001.

História da Índia

A história da Índia está intimamente relacionada à sua Geografia. Praticamente isolada do resto da

Ásia pelas enormes elevações de sua fronteira natural, apresenta características próprias que a distinguem, desde os tempos mais antigos, como um verdadeiro subcontinente.

Situada na Ásia meridional, ocupa a maior parte da região sul da península do subcontinente. Está limitada pelo Paquistão a noroeste, China, Nepal e Butão ao norte, e por Myanmá a leste. Seu território tem um formato triangular e a maior parte de sua fronteira norte acompanha a cadeia do Himalaia, composta pelas montanhas mais altas do mundo. As duas faces ao sul são formadas por linhas costeiras, uma no mar da Arábia e a outra na baía de Bengala: elas são ladeadas pelas cadeias de montanhas dos Gates Orientais e Ocidentais.

Seu território era conhecido pelos nativos pelo nome de Bharat, legendário monarca que teria governado a região entre 1500 a 700 aC. Quando Alexandre da Macedônia, em 327 aC invadiu seu território chamaram-no de *sindhu*, que significa "grande rio" (em sânscrito), referindo-se ao rio que passou então a ser conhecido pelo nome de *Hindus* (rio Indo), daí se originando o nome Índia. Sob o domínio inglês, o nome do país era Império Britânico das Índias; na independência (15 de agosto de 1947) passou a se chamar União Indiana e, desde 26 de janeiro de 1950, República Democrática Soberana da Índia.

Características religiosas e o isolamento geográfico natural fizeram com que a Índia recebesse e se adaptasse àqueles que atravessavam suas montanhas. Os reis locais hindus sobreviveram às depredações de persas, gregos, nômades chineses, árabes, portugueses, britânicos e outros invasores; vivendo sagas de conquistas e colapsos. Embora sofrendo a influência dos muçulmanos, mongóis e ingleses, a Índia conseguiu guardar quase que inalterados seus hábitos, tradições e até mesmo a religião. As dinastias locais foram construídas sobre fortes raízes culturais que impediram, desde os primeiros invasores - os árias -, sua dominação por muito tempo.

O conhecimento da pré-história do continente indo-paquistanês começou em 1922, com as escavações em Mohenjo Daro e Harapã, e só se tornou

sistemático após 1945. A descoberta da civilização hindu mais antiga foi feita por acaso. Em meados de 1800, quando os ingleses estavam construindo a estrada de ferro que liga Karachi a Punjab, encontraram tijolos cozidos ao longo do trilho. Na ocasião, eles não deram muita importância ao fato e só por volta de 1920 arqueólogos verificaram que os tijolos tinham 5000 anos. Depois disso foram descobertas as importantes cidades de Harappa, sobre o rio Ravi, e Mohenjo Daro, sobre o rio Indo.

A civilização responsável pela fabricação desses tijolos, uma das mais antigas do mundo, ficou conhecida como hindu. Possuía linguagem escrita e era altamente sofisticada. Registros, datando de 3000 aC, indicam que a civilização hindu originou-se ao sul e foi se deslocando para o norte. Construíram cidades complexas, matematicamente planejadas; algumas delas tinham em torno de 6 quilômetros de diâmetro e por volta de 30.000 moradores. Essas municipalidades possuíam celeiros, refúgios e até toaletes domésticos. Em Mohenjo Daro (no atual Paquistão), um canal de dois quilômetros conectava a cidade com o mar, e navios mercantes viajavam até a Mesopotâmia. Nas elevações, a civilização hindu estendia-se sobre quase meio milhão de quilômetros quadrados através do vale do rio Indo e, apesar de coexistir com as civilizações mais antigas do Egito e Sumer (ou Suméria), de longe as superavam.

O primeiro grupo a invadir a Índia, por volta de 1500 a.C., foram os árias vindos do norte, partindo, ao que parece, do sul da Rússia. O período histórico propriamente dito inicia-se com a invasão da Índia por essas tribos. Os árias trouxeram com eles fortes tradições culturais que ainda têm força nos dias atuais. Os invasores falavam e escreviam numa língua denominada sânscrito, utilizada na compilação dos primeiros textos sagrados dos hindus, o Rigveda. Apesar de serem guerreiros e conquistadores, os árias viviam pacificamente com os hindus. Foram eles que introduziram o sistema de castas e estabeleceram as bases da religião indiana. Nos hinos finais do Rigveda mencionam-se pela primeira vez as quatro classes, ou quatro cores (varna): sacerdotes (brâmanes); guerreiros (ksatriya); comuns (vaiçya) e artesãos (sudra).

O quadro geográfico da época védica primitiva tem seu centro no Punjab, a chamada "terra dos cinco rios". A oeste, o domínio ariano se estendia até os rios Gomai e Kurram; a leste chegava ao Sarawasti, uma região que mais tarde se transformou no núcleo sagrado do bramanismo, atingindo seu ponto extremo nas margens do rio Jumna. Os árias habitaram em torno de 700 anos as regiões do norte, movendo-se para o sul, sudoeste, até atingir os portos da costa ocidental. No vale do Ganges, os reinos de Kosala e Videha se tornaram os centros de maior importância política. A consolidação do poder ariano nessa área serviu de base à ocupação da maior parte do norte da Índia nos séculos seguintes.

A segunda grande invasão da Índia ocorreu por volta de 500 a.C., quando os reis persas Ciro e Dario empurraram seus impérios para o leste, conquistando o precioso vale do rio Indo. A influência persa foi marginal comparada com a dos arianos, talvez porque tivessem ocupado a região por um período relativamente curto (150 anos). Os persas por sua vez foram derrotados pelos gregos, sob o comando de Alexandre, o Grande. Em 326 a.C, o conquistador grego varreu o país até o rio Beas, derrotando o rei Porus e um exército de 200 elefantes. O incansável e carismático conquistador queria estender seu império na direção leste, mas suas tropas, exaustas, recusaram-se a prosseguir. Alexandre voltou para casa, deixando atrás de si soldados responsáveis pela manutenção das rotas comerciais.

Enquanto os persas e os gregos dominavam o vale do Ganges e o noroeste, os reinos de base ariana continuavam a se desenvolver no leste. Estenderam-se também na direção sudoeste, até atingir os portos da costa ocidental. No fim do século 6 a.C., o aparecimento de novas religiões revolucionou o clima intelectual indiano. Gautama Buda e Vardhamãna Jnatriputra Mahāvira, fundadores do budismo e jainismo, são as figuras mais proeminentes deste ciclo da história indiana.

Enquanto a extensa esfera helênica declinava, CandraGupta (ChandraGupta) Máuria, rei de Magadha (Magada), o mais extenso império da Índia antiga, conquistava seu caminho até o Afeganistão, iniciando a dinastia máuria, uma das maiores da Índia. Foi sob a dominação do grande

rei Ashoka (281-31 a.C.), o mais célebre dos imperadores da Índia, que o império máuria conquistou todo o território da Índia, com exceção do Tâmil. A história conta que quando Ashoka conquistou Orissa seu exército derramou tanto sangue que o rei arrependido desistiu da vida de luta e se converteu ao budismo. Demonstrando ser um missionário tão incansável quanto havia sido guerreiro conquistador, Asoka levou o budismo até a Ásia central. Seu governo marcou a extensão do império máuria que veio a colapsar somente 100 anos após sua morte.

Após o fim da dinastia máuria, as regiões que haviam sido conquistadas foram se fragmentando em um mosaico de reinos e pequenas dinastias. Os gregos retornaram brevemente em 150 a.C. conquistando Punjab. Nessa época o budismo havia se tornado tão influente que o rei grego Menandro (Milinda), o maior dos reis indo-gregos, desistiu do panteon helênico e se tornou budista. Menandro invadiu o vale do Ganges, até Benares e talvez até Patna, o que favoreceu o budismo. Os reis locais desfrutaram por algumas centenas de anos de uma relativa autonomia, lutando ocasionalmente com invasores provenientes do norte e da China, que pareciam ir e vir, como as estações da Lua. Diferentemente dos gregos, os romanos nunca chegaram a Índia, optando pela expansão na direção Oeste. A Índia, no entanto, manteve relações comerciais com o Império Romano na dinastia dos Cochans (indo-citas) que havia conquistado o Noroeste da Índia. A comercialização era feita tanto pelo Caminho da Seda, estrada terrestre que ia de Antioquia a Pamir, e, também, pelo oceano Índico; navios greco-romanos vinham comercializar nos portos indianos de Barigaza (Barotch, Broach) e de Musiris (perto de Mangalore).

Magada, depois de séculos de decadência e ocupação estrangeira, viu renascer seu poder político com a fundação da dinastia Gupta, pelo hindu Candragupta I. Por volta do ano 320 o soberano já reinava em toda a bacia do Ganges. A ampliação e consolidação do império deve-se, porém, a seu filho Samadragupta (335-375), cujas conquistas foram gravadas em Allâhâbad, sobre um pilar erguido por Ashoka. Samadragupta estendeu o poder imperial sobre a bacia do Ganges e reduziu à condição de

tributários os governantes de Bengala oriental, Assam, Nepal, leste do Punjab e de várias tribos independentes do Rājasthān.

Candragupta II, denominado “sol de heroísmo”, completou as conquistas de seu pai, consolidando todo o norte e estendendo o império até as montanhas Vindhya. Seu reinado marcou o apogeu da dinastia Gupta e a idade de ouro da dinastia sânscrita. Nessa época foram erguidos os esplendrosos templos de Elephanta, Ellora e Khajuraho. Foi um tempo de relativa estabilidade e de desenvolvimento cultural progressivo em todas as frentes e por centenas de anos, até o alvorecer da era muçulmana.

O Islām penetrou na Índia através da conquista do Sind. Hadjadj, governador do Iraque e vice-rei das províncias orientais do califado, entregou o comando da expedição a Mahammad Ibn-Kasim, que atacou e tomou a província em 712. Foi apenas em 1001 que o mundo muçulmano começou a se fazer sentir intensamente. Mahmud Ghanzni (998-1030), homem de uma avidez excepcional e chefe militar notável, derrotou, em Pechavar, a coligação dos rajás do Laore, Canaudi, Delhi e Ajmir, anexou o Pendjab, pilhou Canaudi e ocupou toda a bacia do Indo (Larrouse, p.1459), conquistando todo território indiano entre o Lamaghan e o rio Chenāb. Mahmud capturou o forte de Nagarkot, no vale do Kangra, ocupou a cidade de Multan e tomou Bhatinda (Bactriana), que comandava o acesso ao vale do Ganges. Essas incursões predatórias destruíram a estrutura econômica do norte da Índia, preparando o caminho para a subjugação total do país pelas invasões muçulmanas subseqüentes. Em 1186, sob o comando do sultão gurida Mohammed de Ghor (1175-1206), todo o norte da Índia foi subjugado. Por volta de 1202, os exércitos de Gohr haviam conquistado os reinos hindus mais poderosos ao longo do Ganges. Mohammed foi fundador do sultanato de Delhi, que duraria até o século XVIII.

Gohr morreu em 1206. Nessa época, Qutb-ud-din, um dos seus generais, governava o extremo norte do Sultanato de Delhi enquanto a maior parte do sul da Índia estava livre dos invasores. Em 1310, os invasores muçulmanos surgem no sul da Índia, alterando definitivamente o quadro político local.

Reis turcos governaram a aquisição muçulmana até 1397, quando os mongóis, liderados por Timur Lang (Tamerlão – 1336-1405) invadiram e pilharam toda a região. A invasão teve mais um caráter de incursão predatória do que o de ocupação sistemática. Tamerlão partiu em abril de 1399 depois de pilhagens, destruições e carnificinas que acentuaram a anarquia existente e impediram a implantação de um governo organizado até o advento da dinastia Lodi, em 1451. Os Lodi, de origem afgã, restabeleceram a ordem. Mas, ao procurarem implantar um regime autocrático, suscitaram oposições e revoltas que prepararam a conquista mongólica do Indostão (Mirador, p. 6038).

A Índia islâmica se fragmentou após a devastação brutal que Timur Lang deixou em Delhi. Em 1527, um pequeno chefe turco, Baber, descendente de Tamerlão, obrigado por razões militares a se refugiar no Afeqanistão com um grupo de partidários, proclama-se chefe de Kābul e senhor do Pendjab. Baber defronta-se com o sultão de Delhi, assumindo o poder. Apesar de complicado, Baber era um homem iluminado. Adorava poesia, jardinagem e livros, escrevendo tratados culturais sobre o povo indiano, que havia conquistado, sobre a flora e a fauna local. Foi o fundador do Império “Mongol” da Índia, assim denominado porque a dinastia timurida, embora de raça turca, pretendia descender do conquistador mongol Gêngis-Cã (Larousse, p.1461).

A expansão do império mongol só foi interrompida com a morte de Babur, em 1530, e retomada com seu neto Akbar, filho de Humayun, um dos maiores governantes mongóis. Diferentemente de seu avô, Akbar – *Acbar, o Grande* (1556-1605) - era mais um guerreiro do que um intelectual. Empreendeu campanha de unificação da Índia expandindo seu império até o extremo sul do rio Krishna, submetendo a Rajputana (tomada de Tchitor, em 1568), o Gujerate (1573), a Bengala (1575), a Caxemira (1586) e o Berar (1596). Comparável apenas a Ashoka, Akbar foi responsável pela consolidação e organização do país que perduram até hoje. Sua maior qualidade era a grandeza de espírito. Distinguiu-se por sua tolerância com referência às religiões hindus e ao cristianismo, bem como em relação ao islamismo, devido a suas tendências xiitas, heréticas e liberais (Larousse, p.1461). Soube, por

seu liberalismo, encontrar fiéis auxiliares nos príncipes rajputes⁷, representantes da velha nobreza da Índia do Norte. Tolerava religiões locais e estabeleceu uma tradição de aceitação cultural. Dedicou-se à tarefa de fazer de todo indiano, fosse qual fosse sua raça ou religião, um homem útil ao serviço público. Seu império não foi mongólico, nem mulçulmano, nem hindu, nem de alta ou baixa casta, mas simplesmente indiano (Mirador, p.6039). Casou-se com uma princesa hindu, contribuindo enormemente para o sucesso do governo mongol.

Em 1605, Akbar foi sucedido por seu filho Jahangir (Djaangir), que passou para o filho Shah Jahan (Xá Djaan), em 1627, um império em expansão. O Império Mongol aumentou ainda mais com a anexação do Reino de Amednagar, no Decão em 1632.

Apesar de ter gasto grande parte do seu tempo subjugando os reinos hindus em direção ao sul, Shah Jahan (Xá Djaan) deixou para trás monumentos colossais do império mongol, incluindo o Taj Mahal (mausoléu suntuoso erguido em Agra, em memória de sua esposa), a Mesquita de Pérolas, a Mesquita Real e o Forte Vermelho. As campanhas de Jahan no sul e o gosto pela arquitetura extravagante demandavam impostos elevados, o que irritava seus súditos. Nesse cenário, seu filho Aurangzebe o aprisiona e toma o poder em 1658. Aurangzebe era dotado de uma personalidade forte. Tornou-se impopular pela severidade dos processos que utilizava e por sua política islâmica demasiadamente estrita. Aurangzebe, diferentemente de seus predecessores, desejava erradicar as tradições nativas. Sua intolerância gerou resistências locais ferozes, provocando a revolta dos rajás de Rajputana (1680) e a dos maratas (região de Bombaim) cujo chefe, Shivagi (Sivadji), declara independência, em 1674. A figura lendária de Shivagi tornou-se um símbolo hindu de resistência e nacionalismo.

Apesar de continuar de forma intensa o processo de expansão do império mongol, Aurangzebe não conseguiu dominar os maratas de Decão, que resistiram até sua morte, em 1707. Por volta de 1710, os siques (seita islâmico-hindu), passam a dominar o

Pendajab (Larousse, p.1461). A sucessão de Aurangzebe foi disputada entre os seus três filhos. Os últimos imperadores mongóis, reduzidos à região de Dehli, caíram sob a tutela de um dos príncipes maratas, o Síndia Maadaji, o “Grande Síndia”, que exerceu completa hegemonia na Índia central, até sua morte em 1794. Os mongóis perderam seu papel relevante no país com a fundação, em 1756, da Companhia Britânica das Índias Orientais.

Para alguns historiadores, o império Mughal (mongol em persa) foi se esfacelando à medida que os europeus flexionavam seus músculos imperialistas. Desde a chegada de Vasco da Gama em Calicute⁸, no dia 20 de maio de 1498, até a metade do século XVIII, a presença dos europeus na Índia tivera um caráter meramente episódico. Vasco da Gama havia sido o primeiro europeu a cruzar o imenso mar das Índias, chegando à “terra da especiaria, da pedraria e da maior riqueza que há no mundo”, segundo suas próprias palavras. O navegador revelou, no Oriente, mão dura demais para os objetivos da viagem e falta de tato. À menor suspeita de ameaça, disparava os canhões, que ninguém por lá conhecia. Irritado e violento por temperamento, entrou em confronto com os soberanos das terras em que aportou. Além disso, em Calicute, a delegação portuguesa chegou a confundir um templo local com uma igreja católica e a imagem de uma deusa indiana com a Virgem Maria (Veja, p.47).

Em 1310, o vice-rei português Allbuquerque ocupou a ilha de Goa, no litoral do Sultanato de Bijapur, tornando-a o núcleo do império colonial português. O interior do país não atraía particularmente os portugueses, e o declínio do seu poder naval, acentuado a partir de 1588, tornara inviável qualquer projeto expansionista (Mirador, p. 6039).

Após os portugueses chegaram os holandeses, cujo império principal foi Negatam, no litoral de Madrastra (1660). As costas do Ceilão, que haviam sido submetidas ao controle da marinha portuguesa, passaram, entre 1638 e 1658 para o poder dos holandeses (Larousse, p. 1462).

⁷ *Rajputes, casta militar do norte da Índia, de organização feudal e religião bramânica.*

⁸ *Malabar*

Em 31 de dezembro de 1600, a rainha Elizabeth I (1558-1603) concedeu uma “carta de operação” (Mirador, p. 6039) ao “governador da Companhia de Negociantes de Londres, em comércio com as Índias orientais”. Recém-chegados em relação aos portugueses e holandeses, os ingleses preocupavam-se fundamentalmente com o lado comercial. Assim que se estabeleceram, os britânicos começaram a competir com os portugueses, os holandeses e os franceses. Em 1610, os britânicos expulsaram uma esquadra naval portuguesa e, a partir de 1612 criaram entrepostos comerciais em Surat, Agra, Ahmādābād e Bharukaccha (atual Broach). O pequeno posto avançado de Suruat marcou o início da presença memorável dos britânicos que dominaria todo o subcontinente durante mais de 300 anos; combinando táticas de combate direto com hábeis alianças feitas com príncipes locais. Em 1702, a Companhia de Negociantes, após fundir-se com uma poderosa rival, passa a ser denominada Companhia Unida de Negociantes Ingleses em Comércio com as Índias Orientais. Foi essa empresa que recebeu e reteve a soberania territorial na Índia, até que a coroa britânica assumisse o controle, em 1858 (Mirador, p.6039).

O prestígio da Companhia repousava sobre um exército bem equipado e sobre a fortuna de seus funcionários. Combinando estes elementos à uma administração metódica, um sistema judiciário bem estruturado, um clima de paz e segurança (depois de um século de anarquia e guerra), os ingleses foram capazes de consolidar sua influência. Até a terceira década do século XIX, os britânicos abstiveram-se de impor à Índia os costumes europeus. Aos poucos essa política alterou-se. Em 1833, o governo de Londres permitiu, independentemente de licença prévia, a imigração de missionários para a Índia. Dois anos mais tarde, a língua inglesa passou a ser de estudo obrigatório em todos os graus de instrução enquanto o serviço público recrutava funcionários, de preferência entre os hindus (Mirador, p.6040).

Como uma pequena ilha nação, milhares de milhas distantes, veio a administrar um território tão vasto com 300 milhões de habitantes? Essa tarefa aparentemente impossível foi realizada através de um sistema muito efetivo e organizado, denominado Raj.

Tratados e acordos eram assinados com príncipes nativos e a Companhia gradualmente ia acentuando seu papel nas questões locais. O sistema Raj ajudou a implantar a infra-estrutura e a preparar os nativos para formar seu próprio exército; teoricamente para a defesa da Índia. Em 1784, depois de inúmeros escândalos financeiros, políticos britânicos alarmados transferiram para o controle da rainha metade da Companhia, dando início ao processo de transferência do poder para a coroa britânica. Declarando ter apenas interesses comerciais, o Raj expandiu firmemente sua influência até que os príncipes passaram a governar apenas nominalmente.

O Pendjab foi uma das últimas regiões independentes e a mais importante. Era governada por Ranjit Singh (1780-1839), de religião sikh, que se tornara governador do Lahore em 1799. Singh recebeu dos ingleses os domínios de Holkar, no Pendjab, em recompensa de serviços prestados à causa britânica. Por iniciativa própria, o governador havia se apoderado de todo o Pendjab, anexando o Kashmir e fazendo valer seus direitos sobre o Peshawar (1819).

Em 26 de junho de 1838, os ingleses, Singh e um pretendente ao trono de Kābul - Shāh Shujah (1780-1842), assinaram um acordo em Lahore, no sentido de neutralizar a influência russa no Afeganistão. O acordo visava destinar o monarca reinante, DostMohamed Khān (1793-1863). Os exércitos britânicos lançaram-se à ofensiva e tomaram Kābul, em agosto de 1839. A morte de Singh e a impopularidade de Shāh Shujah levaram os partidários de Khān a se unirem contra os ingleses. Em janeiro de 1842, em pleno inverno, os ingleses se retiraram da região com uma perda quase total de suas tropas militares de 16 mil homens (Mirador, p.6040). Os ingleses terminaram por impor o tratado de Lahore em 1845, exigindo uma indenização de guerra e a redução dos efetivos militares. O Pendjab foi definitivamente anexado às possessões britânicas em 30 de março de 1849. Em 1848, Lord Dalhousie (James Andrew Broun, 1812-1860) havia implementado uma nova doutrina denominada de vacância. Segundo esta doutrina, todo Estado hindu, cujo soberano morresse sem herdeiro natural, era automaticamente anexado às possessões britânicas.

Em 1857, espalhou-se entre soldados hindus que os ingleses estavam lubrificando suas balas com gordura de vaca e porco; o primeiro animal, sagrado para os hindus, e o segundo, impuro para os muçulmanos. Em diversas guarnições, soldados haviam sido aprisionados por se recusarem a utilizar estes cartuchos. O fato gerou uma rebelião contra os britânicos, de um ano de duração, denominada a revolta dos cipayos. Apesar do amotinado indiano ter tido insucesso, levou o governo britânico a tomar o controle total de todos os seus interesses na Índia. A coroa britânica, afastou a Companhia das Índias Orientais e assumiu o governo. Desde 1803, a Índia havia se tornado protetorado da coroa britânica. Em 1858, a rainha Vitória (1819-1901) proclamou a transferência do poder, transformando a Índia numa colônia da Coroa⁹. Através de um ato do parlamento foi criada uma secretaria de Estado para a Índia, assistida por um conselho de 15 membros. Segundo a declaração do trono, a Índia seria tratada como um país aliado e os costumes e as crenças religiosas indianas seriam respeitadas. O governo da Coroa passou a processar-se com mais honestidade e eficiência, trazendo melhorias visíveis à administração, à saúde e às comunicações. Antes mesmo da proclamação da transferência do poder, a administração da Índia havia sido confiada ao *Indian Civil Service* (I.C.S) – corpo de funcionários públicos, recrutados por concurso. Já em 1853, os cargos públicos atraíam a elite da juventude britânica, o que contribuiu para que a Índia se tornasse, na época, um dos países mais bem administrados do mundo.

O legado Raj foi parcialmente resultado do seu sucesso, obtendo controle da nação, vista como fonte de lucro. A infra-estrutura foi desenvolvida, a administração estabelecida, e uma completa estrutura de dominação erguida. A Índia tornara-se uma aventura lucrativa. Os britânicos foram resistentes em conceder à população indiana qualquer tipo de poder no sistema que haviam concebido. Essa burocracia inteligente e ativa não impediu, no entanto, que pouco a pouco os indianos, impregnados de idéias ocidentais, se impacientassem com a participação restrita que lhes cabia na administração do seu país.

Com a aproximação do século XX, cresciam os movimentos em direção ao auto-governo. O renascimento do sentimento religioso hindu, no fim do século XIX, havia estimulado a formação de uma consciência nacional e de orgulho racial. Além disso, a criação das estradas de ferro, o desenvolvimento da imprensa e a difusão da língua inglesa entre os intelectuais havia transformado o país em uma organização político-social mais centralizada e uniforme. O Congresso Nacional Indiano, composto principalmente por hindus, havia se reunido pela primeira vez, em Bombaim, em 1885, com uma característica moderada e de repercussão nacional limitada. No final do século, esta assembléia havia se tornado o núcleo de oposição política. Outro grupo que aderiu à causa nacionalista foi a Liga Muçulmana de Todas as Índias, constituída em 1906.

Ao longo dos anos e, paralelamente ao desejo por independência, tensões entre hindus e muçulmanos foram se desenvolvendo. Os muçulmanos foram sempre minoria e a perspectiva de um governo exclusivamente hindu fazia com que se preocupassem com a independência; estavam tão inclinados a desacreditar às regras hindus quanto resistir ao Raj. Em 1915, Mohandas Karamchand Gandhi apareceu em cena, proclamando unidade entre os dois grupos com uma atuação espantosa de liderança. Sua tática revolucionária consistia em repudiar o terrorismo e em estimular a resistência passiva das massas.

Dentre as principais etapas da trajetória política de Gandhi destaca-se a campanha da tecelagem à mão e de boicotagem dos produtos europeus. Ele próprio, como exemplo, utilizava tecidos produzidos domesticamente para enfraquecer a indústria britânica têxtil.

Nada precipitou mais a emancipação da Índia do que as duas guerras mundiais. Na 1ª Guerra Mundial, os indianos, na esperança de que a guerra trouxesse mais liberdade no futuro, uniram-se à Coroa, colocando à disposição da Grã-Bretanha, para o esforço de guerra, todos os seus recursos. Em 1918, um milhão de sipaios - soldados indianos treinados pelos ingleses, financiados exclusivamente pelo Governo Indiano, a um custo médio de 20 milhões

⁹ A rainha vitória tornou-se imperatriz da Índia em 1877.

de libras por ano, combateram a favor da Grã-Bretanha. Durante todo o decorrer do conflito mundial, a agitação interna permaneceu ativa. Nesse período, o governo da Índia foi obrigado a enfrentar a conspiração do Penjab e os movimentos terroristas de Bengala (Mirador, p.6041).

O papel de Gandhi, entre as duas guerras, foi sobretudo o de explorar as fraquezas e os erros da administração britânica. Em 1917, os ingleses haviam prometido à Índia conceder maior autonomia mas, no entanto, aprovaram, em 18 de Março de 1919, as repressivas Leis Rowlatt¹⁰. Essas leis restringiam dramaticamente as liberdades civis (Seleções, p.162). Diversas manifestações de protestos foram instauradas neste período, culminando no massacre de Amritsar e na morte de cerca de 400 pessoas, em 13 de abril.

Quando o Congresso Nacional Indiano se reuniu em 1920, Gandhi apresentou um plano: resistência maciça – mas pacífica. “Todos os aspectos do satânico governo deveriam ser rejeitados num programa de auto-suficiência econômica denominado *swadeshi*” (Seleções, p.162). Os indianos deveriam renunciar aos títulos e honras britânicas, abandonar as escolas dirigidas por ingleses, boicotar os postos no Governo, as eleições e as mercadorias inglesas. O Congresso aprovou entusiasmaticamente a proposta. O objetivo era *swaraj*, ou auto-governo.

Foi um período de extrema agitação. Milhares de estudantes dispersaram-se pelas aldeias e cidades encorajando e pregando a não-violência, a instrução, a higiene, a criação de indústrias caseiras e o fim do sistema de castas, até então intocável. As greves atingiram a economia nacional e, pela primeira vez na história da Índia, hindus e muçulmanos participaram, lado a lado, em manifestações de protestos. Gandhi havia galvanizado o povo, transformando o Congresso numa força poderosa.

Embora Gandhi tivesse deixado o Congresso em 1934, manteve-se uma figura altamente influente. Em meados dos anos 30, levou o Congresso a provocar espetaculares alterações na Índia. Gradualmente, a

Grã-Bretanha cedia terreno; a Lei do Governo da Índia, de 1935, estabelecia que funcionários eleitos pelo povo tivessem a garantia da partilha do poder.

A 2ª Guerra Mundial foi o fato decisivo para a independência da Índia. Entre 1939 e 1945, foram recrutados mais de 2 milhões de indianos e, ao término do conflito, o Reino Unido devia à Índia mais de um bilhão de libras como resultado de fornecimentos de guerra (Mirador, p.6042). Em 15 de agosto de 1947, a Índia obteve total independência e os ingleses se retiraram.

A independência teve um custo muito elevado. Enquanto Gandhi liderava um movimento hindu enorme, Mohammed Ali Jinnah estava preparando uma frente muçulmana através de um grupo denominado Liga Muçulmana. Jinnah defendia a divisão da Índia em dois estados separados, muçulmano e hindu, e foi capaz de realizar sua meta. Quando os ingleses partiram, eles criaram os domínios do Paquistão e da Índia. As dificuldades quanto à partilha territorial entre a Índia e o Paquistão foram agravadas pela existência de 560 principados virtualmente independentes, no momento em que cessou o domínio britânico. Esses pequenos feudos hereditários eram livres para escolher entre um ou outro dos dois novos países. No caso do Kashmir, um principado com fronteiras tanto com a Índia quanto com o Paquistão, o marajá hindu relutou em decidir-se, ainda que 75% da população fosse muçulmana. A violência eclodiu quando as minorias hindus e muçulmanas das áreas fugiam em direções opostas. Em poucas semanas, meio milhão de pessoas havia morrido durante o curso da maior migração da história humana. Em 1948, cerca de 6 milhões de hindus e siques deixaram o Paquistão ocidental em direção à Índia, enquanto que 6,5 milhões de muçulmanos abandonaram a Índia em sentido inverso. Em 1950, 4 milhões de hindus entraram na Índia provenientes do Paquistão oriental (Bangladesh – Bengala/bengalis) e um milhão de muçulmanos deixaram o país (Mirador, p.6042). O idoso Gandhi prometeu jejuar até que a violência parasse. Com exceção de Cachemir (Kashmir), que continua uma região de disputa (e insegura para os turistas), a divisão alcançou certa estabilidade.

¹⁰ Autorizavam a prisão de dissidentes políticos sem julgamento.

A história da Índia desde a independência tem sido marcada por desunião e períodos intermitentes de completo caos. Em 1948, na noite da independência, Gandhi foi assassinado por um fanático hindu. Seu homem de confiança, Jawaharlal Nehru, tornou-se primeiro ministro da Índia independente, posto que manteve até sua morte em 1964 por meio de sucessivas vitórias eleitorais. Nehru foi um líder de sucesso, conduzindo a jovem nação ao longo de um período de paz. A ação de Nehru concentrou-se nos vários planos quinquenais destinados a acelerar o desenvolvimento econômico do país. Seu sucessor, Lal Bahadur Shastri (1904-1966), por outro lado, viveu um governo de contraste, durante os 20 meses que permaneceu no poder. O Paquistão invadiu duas regiões da Índia, obrigando Shastri a defendê-la. Morreu em 1966, sendo sucedido pela filha de Nehru, Indira Gandhi. Nascida em 1917, Indira governou de 1966 até 1977. Com o nome Gandhi¹¹ (apesar de não ter relação com Mahatma), Indira era poderosa e líder incontestada. A oposição manteve-se negligenciável até que ela, abusando de poder, tenta suprimir a imprensa. A oposição emergente ameaça seu poder, levando-a a declarar estado de emergência, em 1975. Indira governou com poderes ditatoriais durante 18 meses; realizando algumas mudanças econômicas positivas, apesar de suas táticas questionáveis. Sua política mais impopular foi forçar a esterilização. Deixou o poder ao ser derrotada nas urnas, em 1977, por Morarji Desai, do partido Janata. Foi a primeira derrota do Partido do Congresso desde a independência.

Indira reconquistou o poder em 1980, mas foi assassinada, em 1984, por terrorista sikh. Seu filho Rajiv foi seu sucessor até 1989, quando foi derrotado nas eleições. Fazia campanha para retornar ao poder em 1991, quando um terrorista suicida tâmil detonou explosivos perto dele, na multidão, mantendo-o. A viúva, Sonia, resistiu aos apelos para entrar na política, o que só ocorreu em 1998. Em maio de 2004, aos 57 anos, Sonia foi eleita líder do Parlamento mas não quis assumir a posição de primeira-ministra. O Partido do Congresso, que desde 1989 estava fora da disputa pelo poder, assume o governo nacional,

desalojando o Partido Bharatiya Janata (BJP), do primeiro-ministro Atal Behari Vajpayee.

Apesar do clima político indiano permanecer em dissensão, o país tem alcançado uma aparente estabilidade nos últimos anos. Hoje, a Índia parece bem equilibrada para desenvolver todo o seu potencial histórico e tornar-se uma potência econômica internacional.

CRONOLOGIA DOS EVENTOS CHAVES¹²

1947 – Fim do governo britânico e partição do subcontinente em Índia hindu e estado majoritário do Paquistão.

1947-48 – Milhares de mortes com derramamento de sangue após a partição.

1948 – Guerra com o Paquistão na disputa sobre o território de Kashmir.

1951-52 – O Partido do Congresso ganha as primeiras eleições gerais sob a liderança de Jawaharlal Nehru.

1962 – Índia perde uma breve guerra com a China sobre disputa da fronteira (Nathu La e Chola).

1964 – Morre primeiro-ministro Jawaharlal Neru.

1965 – Segunda guerra com o Paquistão sobre Kashmir.

1966 – Indira Gandhi, filha de Nehru, torna-se primeira-ministra.

1971 – 3ª guerra entre Índia e Paquistão – Índia ganha o breve conflito sobre a independência do Paquistão oriental (Bangladesh).

1971 – Tratado de 20 anos de amizade assinado com a União Soviética.

1974 – Índia realiza primeiro teste nuclear.

¹¹ Indira ganhou o sobrenome por casamento com o jornalista Feroze Gandhi. (O Globo/O Mundo/14/5/04)

¹² BBC <http://news.bbc.co.uk/go/pr/fr/-/hi/world/south_asia/country_profiles/1155813.stm>, acessado em 10/6/04.

1975 – Indira Gandhi declara estado de emergência após ter sido provada sua culpa de mal prática eleitoral.

1975-1977 – Aproximadamente mil (1.000) políticos oponentes são aprisionados e um programa de controle de natalidade compulsório é introduzido.

1977 – O Partido do Congresso de Indira Gandhi perde as eleições gerais.

1980 – Indira volta ao poder, liderando o fragmentado grupo do partido do Congresso, Congresso (Indira).

1984 junho – Furor das tropas no Templo Dourado, em Amritsar – o mais sagrado local sique de culto, que fora convertido num reduto fortificado – para expulsar os extremistas siques que pressionavam por auto-governo.

1984 outubro – Indira Gandhi é assassinada por dois siques, integrantes de sua guarda pessoal. Seu filho Rajiv assume o poder.

1984 dezembro - Vazamento de gás na planta *Union Carbide* em Bhopal. Milhares de pessoas são imediatamente mortas, muitas outras morreram posteriormente ou ficaram incapazes.

1987 – Índia organiza tropas para operação de paz no conflito étnico de Sri Lanka.

1989 – A queda no apoio ao Governo leva à derrota do Congresso nas eleições gerais.

1990 – Tropas indianas deixam Sri Lanka.

1990 – Grupos separatistas muçulmanos começam campanha de violência em Kashmir.

1991 – Rajiv Gandhi é assassinado por bomba suicida, simpatizante do Tigres Tamil de Sri Lanka.

1991 – Inicia-se o programa de reformas econômicas pelo primeiro-ministro Narasimha Rao.

1992 – Extremistas hindus arrasam a mesquita em Ayodhya, disparando violência entre hindus e muçulmanos.

1996 – O Congresso sobre sua pior derrota eleitoral quando os nacionalistas hindus BJP emergem como o maior partido único.

1998 – BJP formam coalisão governamental sob a liderança do primeiro-ministro Atal Behari Vajpayee.

1998 – Índia realiza testes nucleares, decorrendo uma difusão de condenação internacional.

1999 fevereiro – Vajpayee realiza jornada histórica, de ônibus, para o Paquistão para se encontrar com o primeiro-ministro Nawaz Sharif e para assinar a declaração bilateral de paz de Lahore.

1999 maio – Tensões entre Kashmir leva uma breve guerra com o Paquistão – forças de apoio nas elevações geladas próximas a Kargil na parte indiana de Kashmir.

1999 outubro – Ciclone devasta o estado leste de Orissa, deixando pelo menos 10.000 mortos.

2000 – A Índia registra o nascimento do seu bilhionésimo cidadão.

2000 – Presidente americano Bill Clinton visita a Índia para melhorar os laços entre os dois países.

2001 janeiro – Terremoto maciço atinge o estado oeste de Gujarat, deixando pelo menos 30.000 mortos.

2001 abril – 16 soldados indianos e 3 de Bangladeshi são mortos no pior conflito de fronteira. São lançados foguetes de alto poder, induzindo a Índia a entrar na fileira dos seletos clubes de países capazes de lançar grandes satélites no espaço.

2001 julho – Vajpayee encontra-se com presidente paquistanês Pervez Musharraf no primeiro topo entre os dois vizinhos em mais de dois anos. A reunião termina sem uma ruptura ou mesmo uma declaração comum por causa das diferenças sobre Kashmir.

2001 setembro – Estados Unidos suspendem as sanções impostas à Índia e Paquistão depois que realizaram testes nucleares em 1998. O movimento é visto como uma recompensa pelo suporte de ambos os países na campanha americana anti-terrorista.

2001 outubro – Índia dispara, por quase um ano, sobre os postos militares paquistaneses; é o mais pesado tiroteio sobre a linha divisória do controle de Kashmir.

2001 dezembro – Pelotão suicida ataca Parlamento em Nova Delhi, matando vários policiais. Os cinco atiradores morrem no episódio.

2001 dezembro – Índia impõe sanções contra o Paquistão no sentido de pressioná-la a tomar medidas severas contra os dois grupos militantes em Kashmir, acusados do ataque suicida ao Parlamento. O Paquistão retalia com sanções similares, bandido os grupos em janeiro.

2002 janeiro – Índia testa com sucesso mísseis nucleares (*nuclear-capable ballistic missile*) – o Agni – na sua costa leste.

2002 fevereiro – Explode o pior derramamento de sangue entre-religiões, em uma década, após muçulmanos atearem fogo ao trem trazendo hindus vindo de uma peregrinação em Ayodhya. Morrem mais de 800 pessoas, principalmente muçulmanos, em decorrência da vingança dos mobs hindus.

2002 maio – Morrem mais de 30 pessoas no ataque à soldados indianos acampados em Kashmir. Índia acusa rebeldes paquistaneses residentes. Líder separatista moderado Kashmiri Abdul Gani Lone morre em Srinagar, em um ataque cujos suspeitos são militantes islâmicos.

Paquistão testa mísseis Ghauri (*three medium-range*).

Intensifica-se a guerra verbal entre líderes indianos e paquistaneses. Guerra real parece iminente.

2003 junho – Índia e China chegam a acordo sobre o status de Tibet e Sikkim envolvendo as negociações sobre linha de fronteira.

2003 agosto – Pelo menos 50 pessoas morrem em duas explosões de bombas simultâneas em Bombaim.

2003 novembro – Índia e Paquistão declaram cessar fogo em Kashmir.

2003 dezembro – Índia e Paquistão concordam em reassumir ligações aéreas diretas e permitir “*overflights*”.

2004 janeiro – Reunião *groundbreaking* entre o governo e separatistas moderados de Kashmir.

2004 maio – Vitória surpresa do Partido do Congresso nas eleições gerais. Manmohan Singh é declarado primeiro-ministro.

Mina terrestre explode ônibus em Kashmir carregando soldados indianos e seus parentes. Morreram 33 pessoas.

2004 junho – Parlamento fecha por dois dias após a oposição ter demandado que o novo governo demitisse ministros julgados inadequados para a função.

Capítulo 2

Economia e política: visão geral

Capítulo 2

Economia e política: visão geral

Política de desenvolvimento nas primeiras décadas do pós-guerra

O desenvolvimento indiano foi balizado por Planos Econômicos Quinquenais, iniciados em 1951. O segundo Plano (1956-1961), de natureza mais intervencionista e voltada para a indústria básica e pesada, foi concebido por Mahalanobis e tinha dois grandes objetivos: ampliar, progressivamente, o controle do Estado sobre os meios de produção e fazer com que o setor privado se adaptasse às suas diretrizes. Uma série de medidas de natureza fiscal e monetária foram introduzidas, destacando-se entre elas: a nacionalização de companhias de seguro (1955) e a nacionalização dos bancos comerciais (1969); que tiveram parte de sua poupança privada destinadas à investimentos públicos (Srinivasan & Tendulkar, 2003).

Adotando o modelo de industrialização pela substituição da importação, prática adotada por muitos países em desenvolvimento entre a II Guerra Mundial até os anos 70, uma das metas do Plano era eliminar a importância do consumo de bens, particularmente luxuosos, através de tarifas elevadas, cotas reduzidas e suspensão da importação de alguns itens. Nesse período, as maiores empresas de 17 setores industriais foram nacionalizadas. A implantação de uma nova empresa, a produção de novos produtos ou a expansão da capacidade de produção requeria a solicitação de licenças - *License Raj*. Tanto a demissão de trabalhadores quanto o fechamento de uma empresa também requeriam licenças.

No sentido de evitar o fechamento daquelas empresas que não estavam indo bem, o Governo fornecia assistência e subsídios. Autores como Srinivasan e Tendulkar (op.cit) afirmam que o Plano permitiu tomadas de decisões arbitrárias e corrupção, estimulou pouco os investimentos nas áreas priorizadas e levou a uma falta de controle da utilização das licenças fornecidas.

No âmbito das políticas externas, a Índia limitou sua participação no comércio internacional, orientando

as indústrias na direção do mercado doméstico. Um conjunto de tarifas de importação foram instituídas; originalmente, com a finalidade de proteger a indústria nascente em áreas selecionadas. Os investimentos ambiciosos na indústria pesada, no início do Plano, originou um esforço vigoroso nas demandas de importação e uma sangria nas reservas cambiais, precipitando uma crise na balança de pagamentos, em 1957 (idem).

O modelo de planejamento centralizado de industrialização autárquica isolou a Índia da economia mundial. Enquanto o volume mundial de exportação aumentou, em média, 7,9 % ao ano, entre 1950 e 1973; as exportações indianas, no mesmo período, aumentaram apenas 2,7 % (Srinivasan & Tendulkar, 2003, p.16)

Para os autores, meados da década de 60 seria o período adequado para a Índia abandonar a política de substituição da importação e adotar uma política orientada para a exportação, à semelhança da Coreia do Sul e do Taiwan. A Índia já havia conseguido substituir os importados de menor valor agregado e amadurecido os investimentos em infra-estrutura. O ambiente externo também era favorável: aumento do volume das exportações mundiais, crescimento estabilizado com plenitude de emprego nos países industrializados, gerando escassez de mão-de-obra e ausência de competidores para a exportação de produtos manufaturados que requeriam mão-de-obra intensa, exceto no caso do Japão.

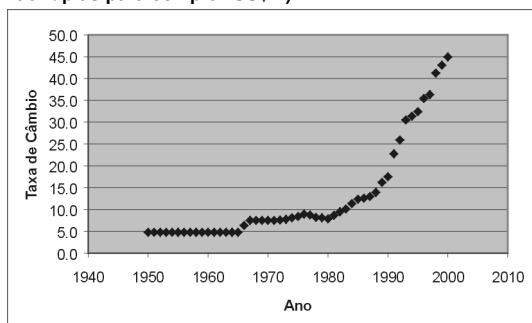
O processo de desregulamentação gradual: 1974-1991

A fase de desregulamentação gradual iniciou-se em 1974, em resposta às mudanças na economia mundial. O colapso do sistema de Bretton Woods, em 1971, e o *boom* nos preços do petróleo em 1973 e 1979, induziram um conjunto de mudanças na política externa indiana.

Apesar da Índia ser quase totalmente dependente das importações de petróleo, elevando o déficit da

conta corrente e a deterioração do comércio, o impacto das crises sobre o país não foi desastroso. Srinivasan e Tendulkar (op.cit), argumentam que diversos fatores contribuíram para isso. Um deles foi a desvalorização real da rúpia. Até 1975, a taxa de câmbio da moeda indiana estava ligada à libra esterlina; posteriormente à uma cesta de moedas¹. Como a libra e outras moedas se desvalorizaram em relação ao dólar americano, a rúpia também sofreu depreciações. Este arranjo permitiu que a rúpia se desvalorizasse, de forma não explícita², à medida que a taxa de câmbio libra-dólar se elevava. O gráfico 1 apresenta o comportamento da moeda da década de 50 até os dias atuais.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de câmbio real (quantidade de rúpias para comprar US\$ 1)



Fonte: Pen World Table, 2004

Além da desvalorização da rúpia, outros fatores contribuíram positivamente para a economia indiana nos períodos da década de 70 em que os preços do petróleo sofreram elevações. O primeiro foi a demanda crescente das nações ricas do Golfo Persa sobre os produtos agrícolas indianos, em função de sua localização geográfica. O segundo, ainda relacionado aos países exportadores de petróleo, foi o esforço de desenvolvimento dessas nações, o que demandava trabalhadores de nível médio de qualificação. Profissionais indianos se deslocaram para esses países, enviando, nas décadas de 70 e 80, remessas significativas para suas famílias na Índia. Além disso, na metade da década de 70, as importações indianas de petróleo foram reduzidas devido a descoberta e a exploração

de petróleo no mar da Arábia, perto de Bombaim. Finalmente, colheitas favoráveis sucessivas, combinadas à uma política de preços que atraiu os produtores, favoreceram a economia indiana.

Ao longo das décadas de 70 e 80, o processo de desregulamentação foi cauteloso e seletivo. A complexidade do sistema de licenças persistiu. A economia indiana permaneceu fechada para o comércio mundial e, de alguma forma, mais protegida do que nunca (Subramanian & Rodrik, 2004). Nesse período, no entanto, foram facilitados o acesso à tecnologia importada, aos bens de capital e aos investimentos estrangeiros diretos. Em meados da década de 80 a Suzuki entrou no mercado doméstico da Índia, submetendo-se às condições honorosas para a própria empresa; dentre elas uma *join venture* com setor público. É interessante resgatar o fato de que as primeiras empresas de informática do país surgiram também nesta época, como reflexo dos investimentos do governo na área educacional. A indústria nascente no setor de tecnologia da informação (IT) consolidou-se na década de 90, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico da nação.

O período de desregulamentação não evidenciou um desempenho elevado na economia – a taxa média de crescimento do volume de exportação e da produção doméstica foram bem próximas; 6,5 e 5,7 %, respectivamente. No entanto, as políticas governamentais de caráter *probusiness*³ adotadas por Indira Gandhi, ao retornar ao poder em 1980, reforçadas de maneira mais explícita por Rajiv Gandhi, ao assumir o poder em 1984, favoreceram os interesses dos empreendimentos existentes, criando uma base sólida de manufatura e crescimento da produtividade. Subramanian e Rodrik (op.cit) apontam que esta estratégia, que representa uma mudança relativamente pequena, foi capaz de gerar uma resposta positiva na produtividade porque a Índia estava muito aquém do seu potencial de gerar renda. Além dis-

¹ Em 1993, a taxa de câmbio indiana passou a ser livre.

² A política de desvalorização cambial, introduzida em junho de 1966, havia originado uma explosão política porque a população havia atribuído à essa medida a causa das altas taxas de inflação.

³ A orientação *promarket* está centrada na remoção dos impedimentos dos mercados e procura atingir seus objetivos através da liberalização da economia, favorecendo novos entrantes e consumidores. A orientação *probusiness*, em oposição, concentra-se em elevar o lucro dos estabelecimentos industriais e comerciais existentes.

so, teve efeito psicológico sobre os investidores, pois demonstrou a suspensão da hostilidade do governo central em relação ao setor privado.

Para os autores, a política *probusiness*, adotada na década de 80, fortaleceu o setor real da economia, possibilitando uma resposta às reformas de liberalização do controle estatal e à integração com a economia internacional, introduzidas a partir de 1991.

A crise fiscal e a liberalização da economia

Segundo Panagariya (2004, p.7), o crescimento econômico da Índia na década de 80 foi impulsionado por uma política fiscal, de natureza insustentável, financiada pelos empréstimos domésticos e estrangeiros. Os déficits fiscal e na balança comercial, na visão de Subramanian e Rodrik (op.cit), foram exacerbados por fatores externos: a guerra do Golfo e o colapso das economias centralizadas da União Soviética e do Leste Europeu. A Guerra do Golfo, além de elevar o preço do petróleo, repatriou os trabalhadores indianos que remetiam dinheiro para a Índia. Internamente, as mudanças freqüentes no governo central foram criando incertezas políticas, minando a confiança da população na habilidade do governo em gerenciar a economia e manter a estabilidade das políticas econômicas. A conjunção desses fatores deflagrou uma crise severa na balança de pagamento (Topolova, 2004; Krueger, 2004), levando o país a recorrer ao Fundo Monetário Internacional, em 1991. Em julho do mesmo ano, iniciou-se o processo de liberalização *promarket* da economia, que caracterizou o fim do “*license raj*”.

A economia indiana: indicadores macroeconômicos

Os frutos da reforma de julho de 1991 só começaram, segundo Panagariya (op.cit), a serem colhidos depois de 1993. Nos onze anos do período entre 1992-93 e 2002-03, a taxa média do crescimento anual foi de 5,9 % (idem, p.10). A tabela 4 apresenta o crescimento do PIB e do PIB/capita estimado pelo Banco Mundial para o período 2002-06.

Tabela 4: Crescimento anual médio do PIB e do PIB/capita (%)

Crescimento anual médio	1982-92	1992-02	2001	2002	2002-06
PIB	5,6	6,0	5,2	4,6	6,2
PIB/capita	3,4	4,2	3,5	3,0	4,7

Fonte: World Bank . 2003

O PIB per capita da Índia, em 2001, foi de 462 dólares. O Brasil e a China tiveram, no mesmo ano, PIB/capita de US\$ 2.888 e US\$ 918, respectivamente.

A tabela 5 possibilita comparar as taxas de crescimento do PIB brasileiro, indiano e chinês.

Tabela 5 - Comparação das taxas de crescimento do PIB (%)

Indicador	Produto real total			Produto real/capita		
	1990 2001	1995 2001	2000 2001	1990 2001	1995 2001	2000 2001
Índia	5,9	5,5	5,4	4,0	3,7	3,7
Brasil	2,8	2,0	1,5	1,4	0,6	0,2
China	10	8,0	7,3	8,9	7,1	6,5

Fonte: UNCTAD TRAINS. 2004

O crescimento da economia indiana, segundo Anne Krueger (Acting Managing Director do FMI), foi, em 2003, superior a 7% (Krueger, 2004,p.6), refletindo de forma positiva o esforço concentrado do país na melhoria da eficiência e da competição da economia.

Houve uma diminuição no grau de envolvimento direto do governo nas atividades econômicas, inclusive através de um programa de reestruturação e privatização das companhias públicas. A política industrial não perdeu sua relevância, mas o escopo governamental parece ter sido reduzido significativamente. Até junho de 2003, haviam aproximadamente 619.000 companhias registradas, sendo que 40% delas no setor de manufatura. Os empreendimentos de propriedade estatal são comparativamente menores em quantidade mas maiores em tamanho, contabilizando mais que 25 % do capital integralizado (Topalova, 2004, p. 6).

No entanto, o Governo, vem reduzindo seu patrimônio nas empresas dos setores estratégicos como armas e munições, defesa e ferrovias para 26% e, em alguns casos, até menos. As atividades reservadas ao setor público foram reduzidas, desde 1998, de seis para três setores e o número reservado para a indústria de pequena escala passou de 821 para 799; com tendência a remoção de mais de 50 itens. Atualmente, as licenças compulsórias são requeridas basicamente por questões de segurança, ambientalistas e estratégicas.

Segundo o relatório da OMC (op. cit), o sucesso do programa de privatização tem sido limitado. O documento aponta a necessidade de se dar continuidade

ao processo de reformas estruturais domésticas, com a implementação de medidas que possam, principalmente, reduzir o déficit fiscal. De acordo com Purfield (2004, p.3), a situação fiscal dos estados indianos se deteriorou dramaticamente em 1998, após passar por um ajuste moderado na metade da década de 90. No final da década de 80, o crescimento médio anual do déficit combinado dos estados indianos foi de 3%. Em 1993/94 reduziu para 2,5%, elevando-se para 4,4% do PIB, no final da década de 90. Esta deteriorização tem efeito macroeconômico, especialmente nas finanças governamentais. O déficit do Estado gira em torno de 10% do PIB e os estados, que contribuem com apenas 40 % da receita, comprometem acima de 50% dos gastos do Governo. Por esse motivo, mais da metade do déficit governamental é decorrente da deteriorização das finanças dos estados. Purfield (op.cit) afirma, a partir de um estudo envolvendo os 15 maiores estados indianos, que a deteriorização reflete deficiências institucionais e não fatores estruturais específicos do estado, sugerindo um conjunto de reformas (p.14) que poderiam melhorar essa *performance*.

Para a OMC (op.cit.), os subsídios à produção de fertilizantes, derivados de petróleo e bens agrícolas, eleva os gastos governamentais. As estimativas de subsídios implícitos e explícitos na metade da década de 90 foram de 14,5% do PIB.

A tabela 6 fornece um panorama do comportamento de alguns indicadores econômicos da Índia ao longo das últimas três décadas, indicando a mudança na estrutura econômica do país: redução na ênfase do setor agrícola e elevação no setor de manufatura e serviços.

	1982	1992	2001	2002
PIB (em bilhões de dólares)	194,8	244,2	478,5	510,2
Investimento doméstico bruto/PIB	21,7	23,8	22,3	22,8
Exportação de bens e serviços/PIB	6,1	9,0	13,5	15,2
Poupança doméstica bruta/PIB	18,3	21,8	23,5	24,2
Poupança nacional bruta/PIB	19,2	21,8	25,5	26,3
Saldo da conta corrente/PIB	-2,0	-1,6	0,1	0,6
Pagamentos de juros/PIB	0,4	1,4	0,8	0,7
Dívida total/PIB	14,1	37,0	20,4	20,6
Serviço total da dívida/exportações	13,6	28,0	11,7	13,9

Tabela 6 - Evolução de alguns indicadores econômicos (continuação)

(% do PIB)	1982	1992	2001	2002
Agricultura	35,9	30,9	25,0	22,7
Indústria	25,8	26,7	25,7	26,6
Manufatura	6,5	6,6	3,6	6,2
Serviços	6,8	8,2	6,8	7,1
Consumo privado	5,3	5,0	6,2	-0,8
Consumo geral do governo	10,7	11,2	12,5	12,5
Importações de bens e serviços	8,4	9,8	14,1	15,6
Crescimento anual médio	1982-92	1992-02	2001	2002
Agricultura	3,1	2,5	6,5	-5,2
Indústria	6,7	6,2	3,4	6,4
Manufatura	6,5	6,6	3,6	6,2
Serviços	6,8	8,2	6,8	7,1
Consumo privado	5,3	5,0	6,2	-0,8
Consumo geral do governo	6,1	7,1	3,0	3,1
Investimento doméstico bruto	5,7	7,2	1,6	9,5
Importações de bens e serviços/PIB	5,7	12,0	4,0	8,1

Fonte: World Bank. 2004

O setor agrícola

No setor agrícola, as políticas foram sempre direcionadas ao fornecimento doméstico e a auto-suficiência. A agricultura foi sempre protegida pelo controle das importações e exportações, incluindo tarifas, comércio estatal, restrições à exportação e, até mais recentemente, às importações. Na visão da OMC (op.cit), uma das conseqüências dessas políticas foi a elevação dos estoques, que atingiu níveis insustentáveis e custos associados à sua manutenção.

Com a remoção das restrições à importação, as tarifas sobre certos produtos agrícolas foram elevadas. Para encorajar a exportação, o Governo vem implantando *agricultural exports processing zones* (ZPEs). No sentido de assegurar preços remunerativos para os fazendeiros, um amplo domínio de controles de preço e distribuição está sendo mantido. O Governo também subsidia a venda de certos *commodities*, tais como: trigo, arroz, açúcar, e óleos comestíveis, através de um serviço de distribuição pública⁴ (PDS), direcionado às famílias de baixa-renda.

⁴ Uma discussão sobre o papel do engajamento da sociedade civil no Public Distribution System da Índia encontra-se no estudo de Jenkins e Goetz (2002), apresentado no World Development Report 2004 Workshop.

O setor de manufatura

O setor de manufatura é dominado pelos têxteis e confeccionados. Tendo em vista a suspensão do Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATV), em dezembro de 2004, e a necessidade de elevar a competitividade do setor, a Índia vem adotando as seguintes medidas: remoção da lista de itens reservados ao setor de pequena escala (SSI) de produtos confeccionados; remoção de *foreign equity restrictions* (com um pequeno número de exceções) e reestruturação e/ou fechamento das unidades inviáveis.

O setor de manufatura de têxteis e confeccionados é responsável por 30% das exportações totais da Índia. A União Européia e os Estados Unidos são os maiores importadores desses produtos.

O setor de serviços

No âmbito dos serviços foram introduzidas reformas significativas, especialmente nos setores de telecomunicação, financeiro e de infra-estrutura, tais como energia e transporte. A liberalização da telecomunicação teve início na década de 90, com a emissão de licenças para os investidores privados no serviço de telefonia celular. Posteriormente, foram liberados os investimentos privados em todos os serviços de telecomunicações.

A liberalização dos serviços de telecomunicações resultou em ampliação da oferta e redução das tarifas nacionais e internacionais. A redução da tarifa tende a impactar o setor de *software* e da tecnologia da informação (TI) como um todo, cujo sucesso tem sido considerado o maior do país nos últimos anos. Este sucesso é atribuído, em parte, ao nível e a abundância de trabalhadores com qualificações relativamente elevadas e de baixo-custo; comparada com outros setores, a indústria de *software* tem sido relativamente livre de barreiras comerciais e de investimentos. O Governo, no entanto, dá apoio ao setor, incluindo taxas subsidiadas e isenção de taxas e tarifas, e parques tecnológicos de *software*. Tendo em vista a ligação entre *software* e telecomunicações, o Governo fundiu os ministérios de Tecnologia da Informação e Comunicações e introduziu no Parlamento uma nova *Communications Convergence Bill*.

No campo de *softwares* e informática em geral, a Índia é reconhecida mundialmente pelo seu potencial, o que garante uma tendência progressista para a economia do país, graças à competência de profissionais que ocupam importantes posições nas principais empresas multinacionais do setor (Comércio Exterior Informe BB, nº38, p.17).

Apesar do governo indiano ter feito investimentos para reduzir a escassez de transporte e energia, os resultados continuam insatisfatórios, particularmente no setor de energia. A infra-estrutura pobre da Índia continua sendo o maior limitador das atividades econômicas no país; ausência de portos de água-profunda e um sistema ferroviário antiquado. Quanto aos serviços de transporte, a atual *Railway Budget* (Orçamento das Ferrovias) revisou a estrutura das tarifas, reduzindo subsídios de frete e transporte de passageiros, além disso, passou a ser permitido investimentos pelo setor privado. Este setor também vem sendo encorajado a investir no desenvolvimento e na operacionalização de rodovias nacionais.

A escassez no fornecimento de energia tem resultado no uso de geração de captação. Os principais fornecedores de energia – o *state electricity boards* –SEBs (Conselhos Estaduais de Energia), têm tido perdas estimadas em 1% do PIB (em 2000), devidas parcialmente às tarifas subsidiadas para o setor agrícola. A tabela 7 fornece dados comparativos da evolução do consumo e preço de energia na Índia, Brasil e China.

Tabela 7 - Indicadores de desenvolvimento: energia

KTOE*				
PAÍS	1971	1981	1991	2001
Índia	183.565	255.432	379.440	531.453
Brasil	69.620	106.543	134.792	185.083
China	391.712	594.023	873.087	1.139.369
Kg OE** por 1 US\$ do PIB				
PAÍS	1971	1981	1991	2001
Índia	1,5610	1,5450	1,3665	1,0791
Brasil	0,2723	0,2154	0,2205	0,2317
China	3,7784	3,4181	2,0107	1,0198

*quilotoneladas de óleo equivalente

**óleo equivalente

Fonte: UNCTAD TRAINS. 2004

Políticas comerciais

As políticas comerciais na Índia são formuladas e implementadas pelo Ministério do Comércio e Indústria (MCI), através de consultas à outros ministérios. Este Ministério é assistido pelos órgãos autônomos que o compõe e, também, por grupos comerciais e industriais, através de consultas regulares. Solicitações de consultas são encaminhadas à outras instituições governamentais e grupos *ad hoc* independentes. Além disso, a Comissão de Planejamento, ao preparar as metas dos Planos Quinquenais estabelece forças-tarefas para examinar o comércio e as políticas relacionadas (Trade Policy Reviews, OMC, 2002, p.5).

O país tem sido um forte defensor dos acordos comerciais multiregionais, em preferência aos regionais, pertencendo a poucos acordos desta natureza. Mesmo assim, o país tem se esforçado para fortalecer os acordos regionais aos quais pertence como o *South Asian Association for Regional Cooperation* (SAARC) e o Acordo de Bangkok. Além disso, a Índia mantém acordos bilaterais com alguns vizinhos, incluindo Bangladesh e Nepal; tem acordo de livre comércio com Sri Lanka.

A Índia tem procurado modernizar as leis que regulamentam a competição e a “doença” industrial; paralelamente adotando medidas para fortalecer a governança corporativa. As Práticas Comerciais Monopolistas e Restritivas (*Monopolies and Restrictive Trade Practices-MRTP*) atuais, estão sendo substituídas pelo novo Programa de Competitividade (*Competition Bill*). Uma das finalidades desse Programa é estabelecer procedimentos para lidar com as fusões e aquisições.

Tabela 8 - Comparação, entre a Índia e o Brasil, dos gastos em algumas atividades econômicas (percentual em relação ao PIB)

INDICADOR	1990		2001	
	Índia	Brasil	Índia	Brasil
Dispêndio do governo	11,6	19,3	13,1	19,9
Dispêndio consumo privado	67,0	59,3	66,2	60,1
Dispêndio do investimento doméstico bruto	24,1	20,2	22,5	21,0
Dispêndio exportações	7,3	8,2	13,7	13,4
Dispêndio importações	9,9	7,0	15,4	14,4

Fonte: UNCTAD TRAINS. 2004

O setor financeiro

O setor bancário também vem sendo submetido à Reformas, desde o início da década de 90. Medidas para reduzir o nível de empréstimos *non-performing*, especialmente nos bancos do setor público e para reestruturar três bancos do setor público. O *Reserve Bank of India* – Banco Central da Índia – que regula o setor bancário também tem fortalecido requisitos preferenciais, incluindo a elevação do capital mínimo e adequando as taxas de capital. A supervisão das empresas de financiamento não bancárias está baseada no monitoramento interno e externo sob bases regulares. Os grandes desafios permanecem: reduzir o nível elevado dos empréstimos *non-performing* e reestruturar os bancos fracos do setor-público. A indústria de seguro foi aberta para a competição do setor privado e novas licenças foram emitidas para as companhias privadas; a equidade estrangeira está restrita à 26% do total. O papel da agência reguladora *Insurance Regulatory and Development Authority* (IRDA) foi ampliado.

A tabela 9 apresenta a evolução média dos principais indicadores comerciais e financeiros da Índia ao longo de duas décadas.

Tabela 9 - Preços e finanças públicas

	1982	1992	2001	2002
Preços domésticos (% mudança)				
Preços consumidor	6,7	12,6	3,1	4,3
Comércio (US\$ milhões)				
Exportações totais (fob)	9.490	18.869	44.915	53.000
Produtos marítimos	377	602	1.237	1.381
Minério e minerais	445	738	1.262	1.900
Manufaturados	5.109	33.370	33.370	38.353
Total das importações (cif)	16.468	24.316	57.618	65.474
Alimento	1.071	507	2.043	2.368
Combustível e energia	5.957	6.100	14.000	17.640
Bens de capital	2.662	4.532	9.882	12.746
Índice de preço de exportação (1995=100)	94	95	90	101
Índice de preço de importação (1995=100)	125	96	93	100
Termos de comércio (1995=100)	75	99	97	101
Balança de pagamentos (US\$ milhões)				
Exportações de bens e serviços	12.377	23.599	65.580	77.986
Importações de bens e serviços	18.352	27.917	73.706	84.254
Taxa de câmbio (Rs/US\$)	9,7	30,6	47,7	48,4

Fonte: World Bank Group. 2003

Investimentos estrangeiros diretos

O processo de liberalização do regime de investimentos estrangeiros diretos (IED) no país não tem sido representativo (OMC, 2003), o recorde indiano é de apenas 1% do PIB. O governo vem adotando várias medidas para melhorar a legislação dos direitos de propriedade intelectual como estratégia para atrair IED. As medidas que vêm sendo implementadas pelo governo indiano estão alterando este quadro pois, segundo estudo prospectivo realizado recentemente pela UNCTAD e pelo corpo editorial da *Corporate Location*, a Índia ocupa a segunda posição na lista dos países do continente asiático mais atraentes para fluxos de investimentos estrangeiros diretos (UNCTAD-DITE, Global Investments Prospects Assessment (GIPA) 2004).

A tabela 10 apresenta um quadro comparativo dos investimentos estrangeiros diretos (IED), de 1998 a 2002, em milhões de dólares e em alguns países

	1998	1999	2000	2001	2002
Brasil	28.886	28.578	32.779	22.457	16.566
China	43.751	40.319,0	40.772	46.846	52.700
Índia	2.633	2.168	2.319	3.403	3.449
Reino Unido	74.324	87.973	130.422	61.958	24.945
Estados Unidos	174.434	283.376	314.007	143.978	30.030

Fonte: UNCTAD .2004

Apesar dos investimentos estrangeiros ainda não serem permitidos em todos os setores, para um grande número deles os procedimentos são automáticos, envolvendo apenas registro no Banco Central da Índia (*Reserve Bank of India – RBI*), outros setores necessitam permissão do Governo.

Importações e exportações

As importações indianas são reguladas pela Política de Exportações e Importações (Eximpol) e o sistema de licenciamento é baseado na Lista Negativa de Importações que classifica as restrições às importações em três categorias: itens proibidos, restritos e canalizados. Essas proibições têm por base motivos religiosos, culturais e ambientais. Entre os produtos proibidos encontram-se as gorduras de galinha, de bovinos e de

pescados, óleos de estearina e de pescado, margarinas e animais silvestres (Comércio Exterior Informe BB, nº 38).

Após a remoção de todas as restrições das importações - mantidas em função da balança de pagamentos - as tarifas alfandegárias tornaram-se a principal forma de proteção de divisa.

O país tem se esforçado, de forma expressiva, para racionalizar o sistema tarifário, mas, devido as exceções numerosas baseadas no uso-fim, este permanece complexo, com tarifas⁵ médias relativamente altas (32% em 2001/02).

Setores como papel e impressão, têxteis e confeccionados e alimentos-bebida-cigarro tiveram suas tarifas elevadas. O Governo havia anunciado que para 2004/05 tencionava simplificar e baixar as tarifas para 2 categorias : 10% para matérias-primas, intermediários e componentes, e 20% para produtos finais. Além das tarifas, um conjunto de produtos importados pagam taxas alfandegárias adicionais e especiais.

A tabela 11 permite uma comparação entre as tarifas de importação de alguns países em desenvolvimento; a Índia assumindo posição de destaque.

Período (média)	Import. (bilhões US\$)	Razão entre impostos coletados e importações		
	2000	1985-89	1990-94	1995-00
China	225	10,3	4,7	3,2
México	183	5,2	5,7	1,0
Korea, Rep.	160	8,0	5,3	3,5
Malásia	82	6,4	4,0	2,2
Tailândia	62	11,3	9,0	5,0
Brasil	59	8,2	8,1	8,0
Índia(a)	51	54,8	38,4	24,4
Indonésia(a)	34	5,2	5,0	1,4

(a) Dados tem por base ano fiscal

Fonte: UNCTAD .2004

⁵ A evolução das tarifas por indústria, 1987-2001 pode ser vista no estudo de Topalova (2004).

A análise dos valores das tarifas, no entanto, deve ser feita com cautela. Um exemplo disto é o estudo da *Oxfam International* (abril, 2004, p.12) mostrando que os países pobres que exportam para os Estados Unidos pagam tarifas mais elevadas do que os países ricos.

País	PIB/capita (US\$)	Exportações para os Estados Unidos (US\$ bilhões)	Tarifa paga (US\$ milhões)
Camboja	280	0,964	152
Noruega	37.850	5,173	24
Bangladesh	360	2,353	331
França	22.010	30,023	330

Fonte: *Stitched Up, Oxfam Briefing Paper. 2004*

As importações têm sido estimuladas pelas contínuas reformas, como redução de imposto alfandegário máximo e do imposto sobre matérias-primas. Apesar disso, vários setores ainda reclamam maior liberalização. O governo está empenhado em eliminar gradualmente todas as quotas de importação até o ano 2005, conforme compromisso assumido com a Organização Mundial do Comércio (Comércio Exterior Informe BB, nº38, p.16).

Paralelamente ao processo de redução das restrições tarifárias e das licenças de importação, vem sendo incrementada a utilização de mecanismos de defesa comercial: desde 1995, a Índia iniciou 250 casos *anti-dumping*.

Certos importados, tais como automóveis e borracha natural, podem entrar somente através de portos específicos. Restrições similares relativas às entradas através de certos portos foram removidas sobre 300 itens sensíveis sujeitos previamente à restrições de importações; as importações desses produtos continuam sendo monitoradas. Parte das políticas governamentais para incentivar as exportações é confinar as restrições a um número reduzido de itens sensíveis, por razões de saúde e segurança - Política de Exportação e Importação 2002-2007.

A tabela 13 apresenta o destino das exportações indianas por região e países entre 1991 e 1999.

Ano de	1991 92	1992 93	1993 94	1994 95	1995 96	1996 97	1997 98	1998 99
EUA	16.4	19	18	19.1	17.4	19.6	19.4	21.8
Reino Unido	6.4	6.5	6.2	6.4	6.3	6.1	6.1	5.7
Hong Kong	3.4	4.1	5.6	5.8	5.7	5.6	5.7	-
Japão	9.2	7.7	7.8	7.7	7	6	5.4	4.9
Alemanha	7.1	7.7	6.9	6.6	6.2	5.7	5.5	5.6
Emirados Árabes	4.1	4.4	5.2	4.8	4.5	4.4	4.7	-
Bélgica	3.7	3.7	3.8	3.8	3.5	3.3	3.5	3.9
Itália	3.2	3.4	2.7	3.3	3.2	2.8	3.2	-
Rússia	9.2	3.3	2.9	3.1	3.3	2.4	2.7	2.1
Países Baixos	2.1	2.2	2.3	2.2	2.4	2.6	2.3	2.3
Bangladesh	1.8	1.9	1.9	2.4	3.3	2.6	2.3	-
França	2.4	2.5	2.3	2.2	2.4	2.2	2.2	2.5
Singapura	2.2	3.2	3.4	2.9	2.8	2.9	2.2	-
China	0.3	0.8	1.3	1	1	1.8	2	-
Árabia Saudita	2	2.2	2.3	1.7	1.5	1.7	2	2.3
Brasil	0.1	0.1	0.3	0.3	0.3	0.4	0.4	-

Fonte: UNCTAD .2004

Em 2002, os países que mais exportaram (em US\$) para a Índia foram os Estados Unidos, a Bélgica, a China e o Reino Unido, como mostra a tabela 14.

Areas, nes.	US\$ 17.702.641.66
Estados Unidos	US\$ 4.434.948.608
Bélgica	US\$ 3.694.792.192
China	US\$ 2.779.142.656
Reino Unido	US\$ 2.764.165.120
Outros parceiros	US\$ 29.742.458.368

Fonte: UNCTAD .2004

Código (HS 1996)	Descrição	Valor do negócio
27	Combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, etc.	US\$ 19.589.963.776
71	Pérolas, pedras preciosas, metais, moedas, etc.	US\$ 10.415.973.376
84	Reatores nuclear, boilers, maquinários, etc.	US\$ 5.106.900.480
85	Equipamentos elétricos e eletrônicos	US\$ 5.043.899.904
29	Químicos orgânicos	US\$ 2.199.718.912
	Outras commodities	US\$ 18.761.692.160

Fonte: UNCTAD .2004

Os países para os quais a Índia mais exportou foram: Estados Unidos, Emirados Árabes, China, Hong Kong SAR, Reino Unido e Alemanha. A tabela 16 apresenta os valores das exportações por país.

País	Valor (US\$)
Estados Unidos	US\$ 10.852.063.232
Emirados Árabes	US\$ 3.311.796.992
China, Hong Kong SAR	US\$ 2.601.013.504
Reino Unido	US\$ 2.484.809.216
Alemanha	US\$ 2.096.743.168
Outros parceiros	US\$ 31.125.013.248

Fonte: UNCTAD .2004

As principais categorias exportadas pela Índia, estão indicados na tabela 17 abaixo.

Código (HS 1996)	Descrição	Valor do negócio
71	Pérolas, pedras preciosas, metais, moedas, etc.	US \$ 9.049.470.976
62	Artigos confeccionados, acessórios, não tricô ou crochê.	US \$ 3.336.013.312
27	Combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, etc.	US \$ 2.694.510.848
52	Algodão	US \$ 2.192.022.016
	Outros commodities	US \$ 32.823.989.504

Fonte: UNCTAD .2004

As categorias 85 e 84 ocuparam a primeira e a segunda posição, respectivamente, na lista das importações indianas dos Estados Unidos. Outros produtos que tiveram valores significativos procedentes deste país foram os das categorias 90 (aparelhos óticos, fotográfico, técnicos e médicos) e 88 (aviões, foguetes e componentes). Para os Estados Unidos, as principais categorias de produtos exportados pela Índia, em ordem decrescente de valores, foram: 71, 62 (artigos confeccionados, acessórios, não tricô ou crochê), 63 (artigos têxteis, conjuntos, roupa usada, etc), 61 (artigos confeccionados, acessórios, de tricô ou crochê) e 3 (peixes, crustáceos, moluscos, etc).

As principais importações indianas provenientes da China foram as categorias, em ordem decrescente de valores, 85, 29, 84, 27 e 50 (seda). O algodão, categoria 52, ocupa a terceira posição na lista dos commodities mais exportados para a China pela Índia.

Setor	Anos				
	1998	1999	2000	2001	2002
	%	%	%	%	%
Energia (produtos petrolíferos)	19.0	28.9	34.7	30.7	32.0
Pedras preciosas/pérola/jóias	8.9	11.0	9.7	9.1	10.0
Equip.eletrônicos/telecomunicação	7.1	6.9	8.2	8.7	10.4
Transporte	1.9	2.2	1.9	2.2	3.1

Fonte: ITC. 2003

Produtos	Anos				
	1998	1999	2000	2001	2002
	%	%	%	%	%
Jóias/pedras preciosas	15.9	18.3	14.8	15.1	15.6
Alimentos	14.1	11.3	10.2	10.7	10.2
Têxtil/Confeccionados	27.2	23.4	23.0	21.1	19.9
Tecnologia Informação	1.5	1.7	1.9	2.2	2.2
Transporte	2.0	1.9	2.0	2.0	2.2

Fonte: ITC. 2003

A Índia depende das importações de insumos de energia (carvão, petróleo e seus derivados); é o que pesa na sua balança comercial. A elevação nas importações em equipamento eletro-eletrônico e de telecomunicações indica o investimento do país nesse setor.

Ano	Importações	Exportações	Balança comercial
1998	42.424.959	33.109.482	-9.315.477
1999	49.713.499	36.671.861	-13.041.638
2000	51.377.313	45.249.69	-6.127.844
2001	51.908.485	44.306.398	-7.602.087
2002	61.118.162	52.471.221	-8.646.941

Fonte: UNCTAD. 2004

O melhor índice de especialização em exportação da Índia é em têxteis – 6ª posição e vantagem comparativa de 4,52; de acordo com a fórmula Balassa (ITC, 2002). O índice compara a fração das exportações nacionais de um dado setor com a fração das exportações mundiais deste setor. Índice acima de 1 indica que o país é especializado no setor analisado.

Quais são os impedimentos ao crescimento do comércio internacional indiano? Segundo a OMC, as novas barreiras tarifárias, impostas aos produtos indianos por vários mercados são empecilhos às suas exportações. São políticas restritivas à importação: (i) taxas de importação além das tarifas alfandegárias, restrições quantitativas, licenças de importação, barreiras alfandegárias; (ii) padrões, testes, etiqueta e certificação (incluindo padrões fitossanitários), estabelecidos em níveis irreais (elevados) para os países em desenvolvimento ou são cientificamente injustificáveis; (iii) subsídios à exportação; (iv) barreiras sobre serviços (barreiras visíveis e invisíveis restringindo o movimento dos fornecedores de serviços, etc.); (v) regimes de intermediação governamental; e (vi) outras barreiras, incluindo *anti-dumping* e medidas compensatórias, são algumas delas.

Uma das mais importantes barreiras não-tarifárias que afeta o comércio indiano são as restrições quantitativas, principalmente na área têxtil. Nenhum dos principais parceiros comerciais da Índia vem fazendo qualquer ajuste industrial nem acordo que facilite qualquer acesso significativo à países em desenvolvimento como a Índia. O programa de integração implementado pelos países importadores não está alinhado com o espírito do Acordo sobre Têxteis e Confeccionados (ATC), apesar de estar técnica e legalmente enquadrado.

Nos últimos dez anos do período de transição, mais de 95% do comércio de confeccionados e fios indianos permaneceram desintegrados com alguns de seus maiores parceiros comerciais. Além do mais, o cronograma de integração concentrou-se nos produtos de baixo valor agregado. Portanto, é óbvio que os maiores países importadores continuaram retardando o processo de integração e a maior parcela da integração está sendo realizada somente agora, no final do período de transição.

Outro problema na área de têxteis e confeccionados é a mudança unilateral introduzida pelos parceiros comerciais no que tange às regras de origem. Essas mudanças afetaram de maneira adversa as exportações de têxteis e os direitos indianos sob o ATC incluindo a utilização plena das cotas. Repetidas investigações *anti-duping* sobre os produtos têxteis como tecidos de algodão e roupas de cama de algodão, nos quais a Índia desfruta uma medida de vantagem comparativa, têm tido efeito debilitante sobre a indústria têxtil indiana e suas exportações. As exportações dos produtos têxteis também têm sido afetadas por ter sido banido o uso de corantes Azo.

Outra área de preocupação relacionada ao mercado internacional têxtil é a tendência crescente de pactos bilaterais para conferir a liberalização seletiva de cotas.

Força de trabalho e gerência

A Índia possui uma reserva de trabalhadores qualificados e não-qualificados, empregados no sistema de 48 horas e 6 dias por semana. A força de trabalho indiana é ampla e relativamente barata, além de habilidosa. No entanto, sua produtividade é 20 a 25% mais baixa do que na China, e no setor têxtil e de confecção este percentual chega a ser maior.

Em 2002, apenas 5% da força de trabalho corrente (20-24 anos) obteve treinamento vocacional: no México e na Coreia correspondem a 28% e 96%, respectivamente. Segundo o documento *India Vision 2020* (Planning Commission, New Delhi, 2002), 56% da força de trabalho indiano encontra-se no setor agrícola.

Indicadores sociais

Indicadores sociais como pobreza e mortalidade infantil vêm melhorando nos últimos 10 anos. Uma idéia do posicionamento da Índia em relação ao continente sul asiático e aos países de baixa receita, pode ser visto apreendido na tabela 21.

Tabela 21 - Indicadores socioeconômicos da Índia, 2002

	Índia	Sul da Ásia	Baixa renda
População, metade do ano (em milhões)	1.048,3	1.401	2.495
Renda nacional bruta per capita (método Atlas, US \$)	470	460	430

Tabela 21 - Indicadores socioeconômicos da Índia , 2002 (cont.)

2002	Índia	Sul da Ásia	Baixa renda
Renda nacional bruta (método Atlas, US\$ bilhões)	494,8	640	1.072
Crescimento anual médio, 1996-2002			
População (%)	1,7	1,8	1,9
Força de trabalho (%)	2,2	2,3	2,3
Estimativas mais recentes, 1996-2002			
Pobreza (% da população abaixo da linha da pobreza)	29
População urbana (% do total da população)	28	28	30
Expectativa de vida ao nascer (anos)	63	63	59
Mortalidade infantil (para cada mil nascimentos vivos)	67	71	81
Acesso à água tratada (% da população)	84	84	76
Analfabetismo (% da população idade 15+)	41	44	37
Matrículas na educação primária (% da população em idade escolar)	77	97	95
Masculino	111	108	103
Feminino	92	89	87

Fonte: World Bank. 9/2/04

Em 2002, o percentual da população em idade escolar matriculado na educação média era de 60 e no ensino superior de 10,6 % (2001). Neste mesmo ano, os investimentos em educação foram da ordem de 3.2 % do PIB.

Com relação às crianças no mundo, em idade escolar, que estão fora da escola, 20% encontram-se na Índia. No que tange especificamente aos índices de alfabetização, é importante destacar a melhoria de alguns estados que eram considerados altamente retrógrados e que atingiram o padrão médio nacional: Rajasthan, Chhatisgarh e Madhya Pradesh.

Tabela 22 - Percentual de crescimento da taxa de alfabetismo em alguns estados indianos

Estado	Crescimento na década	Alfabetismo, 2001
Rajasthan	22,5%	61%
Chhatisgarh	22,3%	65,2%
Madhya Pradesh	19,4%	65,1%
Índia	13,75%	65,4%

Fonte: South Asian Voice. 2001

Pode-se compreender melhor o progresso alcançado pela Índia lembrando que em 1947, ao se tornar independente, o índice de alfabetização era de 16%.

Apesar desse avanço, a Índia, quando comparada à outras nações asiáticas que experimentaram o domínio colonialista, permanece com índices de alfabetismo inferior ao do Vietnã (92%, censo de 1999), de Sri Lanka (90%) e da Malásia (84%). Em 2000, o índice brasileiro era de 82%. Com relação aos demais nações do continente sul asiático, a Índia continua a liderar os índices de alfabetismo. O Paquistão tem um índice de 45,4% (estimativa do censo de 1998), o Bihar de 47,5% (censo de 2001). Em 1991, enquanto o índice de Bangladesh era de 33%, o da Índia era de 52%.

As desigualdades entre os gêneros continuam sendo um problema sério na Índia; apenas 54% da população feminina é alfabetizada para 76% da população masculina. Estes valores, no entanto, são bem superiores ao de países como o Afeganistão, Paquistão e Bangladesh.

Segundo a mesma fonte, dados de 2001 apontam que os gastos do governo indiano com educação (em termos de percentual do gasto público) também são significativamente inferiores ao de países como a Malásia (15,4%), a Indonésia (9%) e Filipinas (15,7%).

A parte da Índia onde a diferença nos índices de alfabetismo entre os gêneros é mais acentuada encontra-se no estado de Rajasthan (ver tabela 23).

Tabela 23 - Diferenças (por gênero) nos índices de alfabetismo em alguns estados indianos

Estado	Alfabetismo feminino, 2001 (%)	Alfabetismo masculino, 2001 (%)
Kerala	88	94
Mizoram	86	91
Lakshadweep	82	93
Toda Índia (média)	54	76
Rajasthan	44,3	76,5
Arunachal Pradesh	44,2	64
Uttar Pradesh	43	70
Jammu & Kashmir	42	66
Jharkhand	40	68
Bihar	33,6	60,3

Fonte: South Asian Voice. 2001

Somente em Chandigarh, Goa, Delhi e Andamans os índices femininos de alfabetismo aproxima-se da marca masculina média do país de 76%.

No caso da Índia, a relação entre o nível de industrialização do estado e a taxa de crescimento do índice de alfabetismo pode ser questionada. O estado industrialmente avançado de Gujarat, por exemplo, teve um progresso médio de 8,7% enquanto a média nacional foi de 13,75%. Outros estados industrializados tais como: Tamil Nadu, Karnataka e Punjab também apresentaram taxas de crescimento em torno de 10 -11%, inferiores à média nacional. O grande desafio da Índia é atingir os grupos discriminados socialmente tais como Adivasis⁶ e Dalits, e os distritos e estados negligenciados economicamente.

A Índia é uma das nações mais povoadas do mundo, quase 11 vezes mais densamente povoada do que os Estados Unidos. A densidade populacional média do país saltou de 184 para 324, entre 1970 e 2001.

O estado de Uttar Pradesh, segundo o censo de 2001, continua a ser o mais populoso do país (16,7% da população indiana), seguido pelo estado de Maharashtra (9,42%) e Bihar (8,07%). Em termos de tamanho da população, o distrito de Medinipur de West Bengal é o mais povoado (9,64 milhões de pessoas).

Entre os maiores estados, Tamil Nadu é o mais urbanizado com 49,3 % (2001) vivendo nas áreas urbanas, seguido pelo estado de Maharashtra (42,4% e Gujarat (37,4%) – estados com concentração de empresas têxteis e de confecção.

Os grandes desafios da Índia estão sintetizados nas Metas de Desenvolvimento do Milênio, apresentadas na tabela 24.

Tabela 24 - Perfil da Índia e as metas para o próximo milênio

	1990	1995	2001	2002
1. Erradicar a pobreza extrema e a fome	meta 2015 = reduzir à metade a taxa de pobreza e má nutrição de US\$ 1 por dia			
População abaixo de US\$1 ao dia (%)	34.7	..
Disparidade pobreza a US\$1 ao dia (%)	8.2	..
Fração percentual da renda ou consumo dos 20% mais pobres	8.9	..
Predomínio da má nutrição infantil	63.9	53.2	46.7	..
População abaixo do nível mínimo de consumo de energia diária	25	21	21	..
2. Alcançar a educação primária universal	meta 2015 = 100% de matrículas			
Razão líquida de matrículas no nível primário (% grupo etário relevante)	83.3	..
Porcentagem das crianças que chegam a 5ª série (%)	..	58.6	59	..
Taxa de jovens alfabetizados (% , 15-24 anos)	64.3	68.5	72.6	..
3. Promover igualdade de gênero	meta 2015 = taxa educacional de 100%			
Razão entre meninas e meninos que estão na educação primária e secundária (%)	70	75	78.6	..
Razão entre jovens alfabetizados moças e rapazes (%)	73.9	77.7	81.3	..
Proporção de mulheres empregadas no setor não agrícola (%)	12.7	14.4	17.1	..
Proporção dos assentos no parlamento nacional pertencentes a mulheres (%)	..	8
4. Reduzir a mortalidade infantil	meta 2015 = reduzir a mortalidade infantil de 1990 em 2/3			
Taxa de mortalidade abaixo dos 5 anos (por 1000)	123	104	94	90
Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascimentos vivos)	84	74	68	65
Imunização, sarampo (% de crianças abaixo de 12 meses)	56	72	56	67
5. Melhorar a saúde materna	meta 2015= reduzir a mortalidade materna de 1990 em 3/4			
Taxa de mortalidade no parto (modelo estimado por 100.000 nascimentos vivos)	540	..
Nascimentos atendidos por pessoal especializado (% do total)	..	34.2	42.5	..
6. Combater HIV/AIDS, malária e outras doenças	meta 2015 = reverter, AIDS, etc			
Preponderância do vírus HIV, mulheres (% de 15-24)	0.7	..

⁶ Nativos das florestas.

Fonte: World Bank. 2003

Capítulo 3

Bens de capital, capacidade instalada,
produção e consumo

Capítulo 3

Bens de capital, capacidade instalada, produção e consumo

Dados do mercado

O setor têxtil é um dos mais importantes e um dos que mais crescem, acompanhando a evolução da população e do comércio mundial. Em 2002, foram produzidas 62,7 milhões de toneladas de fibras têxteis no mundo, gerando oportunidades para as indústrias de transformação que tradicionalmente empregam essas fibras para a fabricação do vestuário e de outros produtos aplicados em diversos setores da economia como o da engenharia civil, medicina e agricultura.

A indústria têxtil foi a primeira indústria de transformação criada na Índia. Após a expansão na produção de fios e tecidos de algodão, a Índia entrou no mercado de lã, juta e seda.

O número de empregados diretamente envolvidos na cadeia têxtil indiana ultrapassa seis milhões de pessoas, oficialmente empregadas e fortemente apoiadas pelo governo. Se considerarmos a atividade artesanal, o número de pessoas diretamente envolvidas com a cadeia têxtil é de aproximadamente 15 milhões de trabalhadores. Sua importância é tão grande, que levou o governo da Índia a criar um ministério exclusivo para a cadeia têxtil, exatamente como fez a China muitos anos atrás.

Sem abandonar seus aspectos tradicionais, algumas transformações significativas vêm sendo introduzidas na cultura têxtil indiana. Os novos tecidos apresentam geometrias mais simples, estruturas jacquard e cores mais delicadas, como jamais foi visto no lar de um indiano. A palavra *design* começa a ser empregada com maior frequência. Além dos produtos rústicos, de algodão, linho, juta e outras fibras vegetais, podemos observar um aumento de artigos produzidos com poliamida, poliéster, e outras fibras manufaturadas.

As exportações atuais da cadeia têxtil indiana chegam a US\$ 13,5 bilhões, havendo a expectativa de atingir-se US\$ 50 bilhões até o final desta década. A indústria de confecção tem um peso menor nas exportações da Índia, “somente” US\$ 6 bilhões por ano (44,4% dos produtos exportados). Estima-se que os confeccionados atinjam a marca de US\$ 25 bilhões de produtos exportados até o ano 2010.

Desde 1991, a Índia vem promovendo transformações em sua política comercial, com alterações no perfil do comércio exterior do país. Este processo vem sendo acelerado gradativamente pela nova legislação que permite o livre acesso à importação, restringindo o monopólio governamental.

O estágio econômico atual da Índia e a dimensão de seu mercado consumidor tomam o país atrativo para os exportadores brasileiros. Além disso, a ampliação das negociações comerciais entre o Brasil e a Índia tenderá a ocorrer a partir de relações de força mais equilibradas do que às que atualmente são desenvolvidas com os EUA e UE. No início das negociações para a exportação, entretanto, deve-se ter cautela, sobretudo devido às dificuldades com “logística”, devendo-se priorizar estratégias de formação de parcerias locais, evitando-se a exportação direta.

Investimentos

Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), o governo indiano está investindo US\$ 10 bilhões em modernização e promoção comercial da indústria têxtil, preparando-se para a eliminação do sistema de cotas em 2005.

Apesar de todo o esforço que tem sido realizado, ainda há muito que ser feito em termos de investimentos tendo em vista a dimensão de sua capacidade instalada e sua defasagem tecnológica. O governo indiano optou por apoiar as atividades de *design*, estilo, produção e exportação. Apoiando tanto as grandes empresas fabris (*mills*) quanto o artesanato e as SSI, a Índia tem procurado aumentar o valor de seus artigos têxteis de baixo valor agregado para atender às exigências do mercado internacional.

Competitividade

Possuindo Recursos Humanos qualificados nos maiores centros acadêmicos da Europa e Estados Unidos, a Índia está sempre pronta a acompanhar, em tempo real, as novas tendências do mundo da moda e da produção. A fluência de seus profissionais na língua inglesa facilita a comunicação entre pares e o acesso às informações e às inovações

de natureza científico-tecnológica. Visando ampliar a competitividade de seus produtos no mercado internacional, a Índia mescla tradição cultural ao gosto ocidental.

A Índia é muito competitiva na produção de têxteis de algodão, principalmente na fiação, cuja capacidade instalada é próxima a da China, destacando-se a produção de fios de fibras curtas em filatórios de anel, perdendo, porém, competitividade somente nas fiações a rotor e de fibras longas.

Seus produtores temem seus vizinhos - Paquistão, Bangladesh e China – e isto tem feito com que o país busque vantagens competitivas em todos os segmentos da cadeia têxtil.

Indústria de bens de capital

Mesmo expandindo seu raio de ação no mercado internacional, a indústria de bens de capital é fraca, tendo sua produção, em milhões de dólares, sofrido um redução de 40%, entre o período 97-98 e 2002-2003, como pode ser visto na tabela 25.

	97-98	98-99	99-00	00-01	01-02	02-03
Milhão de US\$	404,29	270,29	256,70	286,90	225,84	243,48

Fonte: Índia. Ministry of Textiles, 2004.

Capacidade instalada

Para efeito de análise, a capacidade instalada foi dividida nos segmentos de fiação, tecelagem e malharia.

Fiação

Os dados das tabelas 26, 27 e 28 nos permitem fazer algumas considerações.

Em 2001 a Índia possuía mais de 39 milhões de fusos para fibras curtas, enquanto a China possuía 35 milhões. Em 2002 a Índia adquiriu 769 mil fusos e a China 762 mil. Nas fiações de fibras curtas, de anéis, a Índia possui maior capacidade instalada do que a China, entretanto, perde em termos quantitativos, nas fiações a rotor e de fibras longas. Nas fiações a rotor a China, em 2001, possuía 711 mil rotores, adquirindo 230 mil em 2002. Nos anos correspondentes, a

Índia possuía 473 mil rotores adquirindo apenas cinco mil. Na Índia, os fusos de fibras longas em 2001 atingiram a casa de 990 mil, sendo adquiridos mais 7,5 mil em 2002, enquanto a China, na mesma classe de fusos atingiu o número de 3,6 milhões, adquirindo mais 88 mil em 2002.

Com relação à idade do equipamento, 20% dos fusos de anel da China e 29% dos fusos de anel da Índia têm menos de 10 anos de vida. No que tange aos filatórios a rotor com menos de 10 anos de vida, registraram-se os seguintes percentuais: 60% na China e 29% na Índia.

Tabela 26 - Fusos para fibras curtas, instalados e adquiridos

	2001	2002	Adquiridos em 2002
Brasil	5.160.000	4.358.900	56.952
Índia	39.115.540	38.849.448	769.076
China	35.483.000	NI	761.556
Hong Kong	48.000	24.000	5.472

Fonte: ITMF. 2003

Tabela 27 - Fusos para fibras longas, instalados e adquiridos

	2001	2002	Adquiridos em 2002
Brasil	-	-	-
Índia	NI	3.600.000	7.548
China	24.000	NI	88.356
Hong Kong	48.000	24.000	4.620

Fonte: ITMF-.2003

Tabela 28 - Rotores instalados e adquiridos

	2001	2002	Adquiridos em 2002
Brasil	300.000	322.150	8.320
Índia	472.830	465.287	5.272
China	711.500	NI	230.844
Hong Kong	20.100	NI	288

Fonte: ITMF. 2003

Os dados da tabela 29 mostram que o número de fiações de maior porte, integradas ou não, aumentou de 5,2%, entre o período 1997-98 e 2002-03. As fiações de pequeno porte, as chamadas *Small Scale Industry (SSI)*, cresceram 43% no mesmo período.

Tabela 29 - Fiações (algodão e artificiais/sintéticas)						
	97-98	98-99	99-00	00-01	01-02	02-03
Fiações (não SSI)	1.504	1.543	1.565	1.665	1.579	1.599
Integradas (não SSI)	278	281	285	281	281	276
Fiações (SSI)	801	901	921	996	1.406	1.146

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles, 2004.

Tabela 30 - Fusos e rotores (SSI e não SSI)						
	97-98	98-99	99-00	00-01	01-02	02-03
Fusos (SSI + não SSI) milhão	35,39	36,67	37,08	37,91	38,33	39,02
Rotores (SSI + não SSI) mil	339	434	444	454	480	469
Fusos de lã penteada (mil)	563	575	585	598	598	604
Fusos de lã não penteada (mil)	406	412	419	426	426	437

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles, 2004.

De acordo com a tabela 30, o número de fusos de filatórios de anel, entre o período 1997-98 e 2002-03, registrou um aumento de 10%, enquanto os rotores aumentaram em 38% no mesmo período. Mesmo assim, podemos verificar que no ano 2002-2003 o número de fusos é 85 vezes maior que o número de rotores.

Fiações de pequeno porte - SSI

Como podemos observar na tabela 31, o Estado de Tamil Nadu possui o maior número de fusos instalados nas empresas de pequeno porte, com 85% do total. Tamil Nadu ainda possui 41% dos rotores, 77% do número de empresas e 76% do total de trabalhadores empregados.

Tabela 31 - Capacidade instalada e trabalhadores de fiações de pequeno porte por estado em 2003				
Estados/União	Número de empresas	Capacidade Instalada		Trabalhadores
		Fusos	Rotores	
Andhra Pradesh	20	77.292	5.600	952
Delhi	4	2.352	0	86
Gujarat	28	47.096	4.481	611
Haryana	78	36.491	37.078	1.879
Himachal Pradesh	1	0	1.080	18
Karnataka	6	31.385	2.296	578
Kerala	5	17.320	660	383
Madhya Pradesh	10	5.808	920	149
Maharashtra	15	37.202	2.664	1.317
Orissa	1	224	0	15
Punjab	31	117.612	3.936	1.948
Rajasthan	8	14.071	2.608	455
Tamil Nadu	899	2.714.081	46.258	30.771

Tabela 31 - Capacidade instalada e trabalhadores de fiações de pequeno porte por estado em 2003 (continuação)

Estados/União	Número de empresas	Capacidade Instalada		Trabalhadores
		Fusos	Rotores	
Uttar Pradesh	43	85.240	4.769	1.152
Uttaranchal	3	1.160	0	47
Daman & Diu	2	728	0	32
Pondicherry	4	7.576	0	103
TOTAL	1.158	3.195.638	112.620	40.496

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles, 2004.

Empresas de maior porte – (mills)

A partir dos dados da tabela 32 extraímos as seguintes informações sobre os Estados com maior capacidade instalada nos setores de Fiação, Tecelagem e Malharia.

Fiações de maior porte – (mills)

O Estado de Tamil Nadu possui o maior número de fusos instalados na Índia, nas empresas de maior porte, com 38% do total. Tamil Nadu ainda possui 28% dos rotores, 52% do número de empresas e 22% dos trabalhadores empregados.

Tecelagens de maior porte – (mills)

O Estado de Maharashtra possui o maior número de teares instalados com 36% do total.

Malharias de maior porte – (mills)

O território de Dadra Nagar Haveli possui o maior número de máquinas de malharia, com 42% do total.

Tabela 32 - Número de empresas mills de algodão e artificiais e sintéticas: capacidade instalada e número de trabalhadores em 2003								
Estado/União	Fiações Mills	Mills compostas	Total Mills	Capacidade Instalada				Trabalhadores
				Fusos	Rotores	Teares	Malharias	
Estados								
Andhra Pradesh	97	1	98	2.094.658	6.036	520	1	36.343
Assam	6	2	8	149.448	0	240	0	4.046
Bihar	6	1	7	132.188	0	60	0	2.771
Chhattisgarh	1	0	1	25.024	0	0	0	1.225
Delhi	0	1	1	22.848	0	230	0	1.318
Goa	1	0	1	30.988	0	0	0	72
Gujarat	58	54	112	2.922.064	41.800	21.393	28	99.657
Haryana	76	2	78	392.318	75.168	135	3	18.903
Himachal Pradesh	16	0	16	540.680	2.800	0	0	13.292
Jammu & Kashmir	2	0	2	73.968	0	0	0	3.861
Jharkhand	1	0	1	30.744	0	0	0	707
Karnataka	47	7	54	985.957	8.848	1.162	0	29.478
Kerala	33	4	37	870.016	1.916	1.204	0	16.096
Madhya Pradesh	40	12	52	1.230.608	15.012	3.175	98	49.568
Maharashtra	131	74	205	5.017.213	41.880	31.369	26	167.120
Manipur	1	0	1	16.416	0	0	0	350
Orissa	16	1	17	367.440	3.904	1.048	0	16.108
Punjab	75	4	79	1.575.012	36.660	1.000	1	52.135
Rajasthan	44	8	52	1.311.612	19.086	825	47	55.301
Tamil Nadu	808	20	828	12.945.264	107.513	5.939	141	190.352
Uttar Pradesh	58	16	74	1.952.190	9.592	11.328	0	68.028
Uttaranchal	5	0	5	113.568	0	0	0	3.333
West Bengal	23	11	34	1.039.947	2.400	5.394	0	36.003
Territórios da União								
Dadra Nagar Haveli	4	2	6	78.840	5.392	0	250	2.307
Daman & Diu	1	0	1	7.328	0	0	0	180
Pondicherry	9	2	11	187.636	2.888	1.136	0	7.559
Total Geral	1.559	222	1.781	34.113.975	380.895	86.158	595	876.113

Fonte: Índia. Ministry of Textiles. 2004

Tecelagem plana

Os esforços de modernização da Índia têm se concentrado quase que exclusivamente na fiação. Sua estrutura atual com 71% de fusos e rotores com mais de 10 anos e 98% de teares com lançadeira,

não apresenta condições de competir por custos, devido à baixa produtividade da capacidade instalada, mesmo se for considerado o baixo valor da mão-de-obra.

A Índia possui 1,692 milhões de teares (*powerloom*) contra 660.000 na China, sendo que a China tem 12% desses teares sem lançadeiras e a Índia somente 2%.

Nas tabelas 33, 34, 35, 36 e 37 são apresentadas informações sobre as capacidades instaladas no Brasil, Índia, China e Hong Kong.

Tabela 33 - Teares sem lançadeira, instalados e adquiridos

	2001	2002	Adquiridos em 2002
Brasil	38.400	38.850	394
Índia	11.843	13.459	543
China	115.000	NI	51.273
Hong Kong	4.670	NI	2.405

Fonte: ITMF-. 2003

Tabela 34 - Teares sem lançadeiras adquiridos em 2002

	Projétil	Jato de Ar	Jato de Água	Total
Brasil	145	182	67	394
Índia	452	91	-	543
China	19.358	16.052	15.863	51.273
Hong Kong	2.169	167	69	2.405

Fonte: ITMF-. 2003

Tabela 35 - Teares para filamentos instalados

	2001	2002
Brasil	-	-
Índia	11.800	NI
China	196.440	NI
Hong Kong	-	-

Fonte: ITMF-. 2003

Tabela 36 - Teares com lançadeira, instalados e adquiridos

	2001	2002	Adquiridos entre 1993 e 2002
Brasil	78.500	NI	NI
Índia	129.358	NI	9.311
China	578.400	NI	77.376
Hong Kong	370	NI	802

Fonte: ITMF-. 2003

Tabela 37 - Teares instalados para tecelagem de lã

	2001	2002
Brasil	15.000	NI
Índia	7.300	NI
China	24.000	NI
Hong Kong	NI	NI

Fonte: ITMF-. 2003

Com relação ao número de empresas, podemos verificar na tabela 38 a grande supremacia do setor de *powerloom* em relação ao setor de *mills*, enquanto que na tabela 39 notamos que a maior parte dos tecidos planos na Índia tem sua origem nas pequenas e microempresas de *powerloom* e *handloom*.

Tabela 38 - Tecelagens mills e powerloom

	Algodão/Art. Sintéticas	
	Tecelagens (mills)-não SSI	Tecelagens (powerloom)
97-98	187	351.000
98-99	199	358.000
99-00	202	367.000
00-01	203	374.000
01-02	207	375.000
02-03	209	380.000

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004

Tabela 39 - Teares mills, powerloom e handloom

	Capacidade Instalada		
	Teares (setor organizado) mil	Powerloom (milhão)	Handloom (milhão)
97-98	140	1,534	3,891
98-99	140	1,599	3,891
99-00	140	1,630	3,891
00-01	140	1,662	3,891
01-02	141	1,666	3,891
02-03	137	1,692	3,891

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004

Como apresentado na tabela 40, o Estado de Maharashtra possui o maior parque de teares e a maior quantidade de trabalhadores, enquanto o Estado de Gujarat apresenta-se na segunda posição,

em termos de número de teares e pessoal ocupado, mas registra, entre todos os estados, o maior número de teares sem lançadeira.

A tabela 41 nos mostra que o Estado de Assam possui o maior número de teares *handlooms*, com 36% do total, concentrados principalmente na zona rural.

Tabela 40 - Capacidade instalada e trabalhadores nas tecelagens de algodão, artificiais e sintéticas em 2002-2003 (setor mills)

Estado/União	Nº de empresas	Capacidade Instalada						Malha M/C	Trabalhadores
		não auto	auto	sem lançadeiras	semi auto	fita estreit	total		
Andhra Pradesh	6	503	30	80	0	0	613	8	2.917
Assam	3	96	242	0	0	0	338	0	82
Dadra Nagar Haveli	2	0	122	268	0	0	390	56	224
Delhi	1	0	80	0	0	0	80	0	2.014
Gujarat	38	3.182	132	1.529	0	32	4.875	4	6.049
Haryana	6	12	4	36	0	7	59	0	222
Himachal Pradesh	1	0	0	208	0	0	208	0	573
Karmataka	4	101	0	0	0	0	101	0	60
Kerala	1	34	0	0	0	0	34	0	15
Madhya Pradesh	8	178	173	196	0	0	547	0	2.789
Maharashtra	71	4.785	499	463	0	9	5.756	84	6.117
Orissa	4	452	0	0	0	0	452	0	54
Punjab	13	287	0	73	0	0	360	71	1.370
Rajasthan	15	58	445	577	16	164	1.260	0	4.568
Tamil Nadu	19	175	567	432	0	0	1.174	60	3.272
Uttar Pradesh	7	329	32	46	0	1	408	0	408
West Bengal	7	527	0	0	0	0	527	0	619
Total	206	10.719	2.326	3.908	16	213	17.182	283	31.353

Fonte: Índia. Ministério dos Têxteis. 2004

Tabela 41 - Distribuição do número de handlooms por estado e sua produtividade em 2003

Estados/União	Teares (x1000)			Produtividade (m/tear/dia)
	Urbano	Rural	Total	
Estados				
Andhra Pradesh	57	163	220	4,91
Arunachal Pradesh	NI	46	46	1,26
Assam	65	1.344	1.409	0,63
Bihar	12	71	83	11,79
Delhi	7	2	9	14,20
Goa	NI	NI	NI	6,97
Gujarat	5	18	23	11,95
Haryana	14	6	20	11,72

Tabela 41 - Distribuição do número de handlooms por estado e sua produtividade em 2003 (continuação)				
Estados/União	Teares (x1000)			Produtividade (m/tear/dia)
	Urbano	Rural	Total	
Estados				
Himachal Pradesh	1	30	31	2,36
Jammu & Kashmir	5	20	25	5,60
Karnataka	37	45	82	5,93
Kerala	5	47	52	6,04
Madhya Pradesh	16	31	47	12,06
Maharashtra	51	17	68	8,33
Manipur	42	228	270	1,86
Meghalaya	NI	8	8	1,50
Mizoram	21	83	104	0,22
Nagaland	11	67	78	1,21
Orissa	6	113	119	7,56
Punjab	4	8	12	12,58
Rahasthan	8	25	33	8,14
Tamil Nadu	122	307	429	4,77
Tripura	NI	119	119	2,30
Uttar Pradesh	100	161	261	11,31
West Bengal	37	301	338	10,17
Territórios da União				
Pondicherry	4	1	5	3,78
TOTAL	630	3.261	3.891	5,12
%	16,19	83,81	100,00	

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004

Através da mesma tabela podemos verificar a produtividade de alguns Estados, como Mizoram, com 0,22 m/tear.dia, e Assam, com 0,63 m/tear.dia. Se confrontarmos os dados com os de Deli, 14,20 m/tear.dia ou Punjab, com 12,58 m/tear.dia, podemos avaliar o esforço que o governo precisa fazer para auxiliar as pequenas empresas (SSI).

A indústria de tecelagem *handloom* oferece ocupação para 13 milhões de famílias de tecelões, produzindo mais de 30% dos tecidos feitos a mão no mundo. O salário médio de um tecelão é de US\$ 0,70/dia. Uma grande parte da produção serve para cobrir as necessidades do consumo rural ou para a exportação. As pequenas quantidades de têxteis com desenhos e cores exclusivos têm uma importância única dentro deste setor, sendo artigos valorizados mundialmente. A for-

ça deste segmento está nos baixos salários e na produção em massa. Outra característica é a importância da tecelagem manual como componente social. Para preservar a relevância deste setor artesanal, é necessário oferecer uma ampla gama de utilização para seus tecidos, que apresentam, entretanto, algumas desvantagens, quando empregados no vestuário de algodão. Pode-se registrar problemas com o tingimento e a secagem que são realizados de forma rudimentar. Sem dúvida, o emprego da energia elétrica e do vapor d'água nos processos de beneficiamento, poderia dar impulso para abertura de um enorme mercado, tanto interno quanto de exportação. Outras iniciativas importantes são o apoio profissional para a comercialização e aumento da eficiência de infra-estrutura, e grande aporte financeiro para participação em feiras e exposições.

Tabela 42 - Número de teares *powerloom* e de empregados

Anos	Número de unidades	Teares <i>powerloom</i>	Trabalhadores
1990	276.007	1.044.472	2.611.180
1991	296.035	1.134.966	2.837.415
1992	309.064	1.200.111	3.000.278
1993	310.590	1.239.268	3.098.170
1994	319.728	1.314.003	3.285.008
1995	326.286	1.365.284	3.413.210
1996	333.017	1.411.903	3.529.758
1997	349.380	1.523.336	3.808.340
1998	357.943	1.595.344	3.988.360
1999	365.197	1.622.982	4.057.230
2000	373.098	1.655.367	4.138.417
2001	374.642	1.665.722	4.164.305
2002	377.164	1.680.812	4.202.030
2003	410.640	1.830.074	4.575.185

Fonte: Índia. Ministry of Textiles. 2004

A tabela 42, acima, por sua vez, demonstra que entre os anos 1990 e 2003 houve um aumento de 75% no número de teares *powerloom*, mantendo-se uma média de 2,5 teares por trabalhador.

Malharia Circular

Tabela 43 - Aquisição de máquinas circulares

Aquisição de máquinas circulares acima de 165 mm no período de 1995-2002					
		Brasil	Índia	China	Hong Kong
Simplex	= ou < 24"	215	885	1.960	324
	= ou > 26"	1.295	1.889	7.529	778
Dupla	= ou < 24"	36	383	962	277
	= ou > 26"	1.837	1.681	3.779	630
Total		3.383	4.838	14.230	2.120
(*)		460	193	549	150

* Somente aquelas com seleção eletrônica (*jacquard*)

Fonte: ITMF-. 2003

A Índia tem investido seriamente na malharia circular, principalmente nas máquinas com diâmetro maior do que 26 polegadas, como podemos ver na tabela 43. O investimento nas malharias tem alterado a participação de suas exportações. Com o contínuo investimento no segmento de malharias circulares, os fabricantes estão preparando-se para a eliminação das cotas em janeiro de 2005.

Malharia retilínea

Tabela 44 - Máquinas retilíneas adquiridas em 2002

	Brasil	Índia	China	Hong Kong
Máquinas manuais ou semi-automáticas	31	1.821	61.125	25.594
< 70"	24	11	1.594	1.787
Máquinas Eletrônicas	153	36	565	93
Total	177	47	2.159	1.880

Fonte: ITMF-. 2003

No que se refere a malharia retilínea a tabela 44 apresenta a aquisição de máquinas realizada em 2002 pelo Brasil, Índia, China e Hong Kong.

A relação abaixo apresenta os produtos manufaturados pelas malharias de pequeno porte num total de 21 itens. Deste total, 50% (no mínimo) é direcionado às exportações.

Manufaturados pelas Indústrias de Malharias de Pequeno Porte - SSI

- Tecidos de malhas de algodão
- Roupas de malhas de algodão
- Meias curtas de malhas de algodão
- Roupa íntima de malhas de algodão
- Xale de malhas de algodão
- Outros tecidos de malhas de algodão
- Tecidos de malhas de lã
- Roupas de malhas de lã
- Meias curtas de malhas de lã
- Cachecol de malhas de lã
- Roupa íntima de malhas de lã
- Caps de malhas de lã
- Xale de malhas de lã
- Luvas de lã
- Cachecol de malhas de lã
- Outras roupas de malhas de lã
- Meias curtas de malhas sintéticas e collants
- Roupa íntima de malhas sintéticas
- Roupas de malhas sintéticas outwear e cobertas de jérsei, pulôver, casacos e jaquetas
- Roupas de malhas sintéticas para crianças e ternos para bebês, calções, saias, roupas íntimas e outwear
- Tecidos de malhas sintéticas, exceto tecido de felpa alta feito de fita
- Roupas de natação de malhas sintéticas

- Roupas de malhas sintéticas e lenços, bonés, gravatas, blusas e jeans
- Camisas de malhas sintéticas, camisetas, camisas de gola e camisetas esportivas
- Calças estreitas de malhas sintéticas, da cintura à ponta dos pés
- Outras roupas de malhas sintéticas
- Stove wicks
- Correias de algodão
- Fitas de renda
- Atapetados – algodão

Produção e consumo de fibras, fios e tecidos

A indústria têxtil foi a primeira indústria de transformação criada na Índia. Após a expansão na produção de fios e tecidos de algodão a Índia entrou no mercado da lã, juta e seda. Seu mercado é de 1 bilhão de consumidores (30% na região urbana) e os números na região traduzem a sua importância do setor têxtil (2003-2004): produz 1,4 bilhões de m² de tecidos planos nas fábricas do setor *mill*, 5,5 bilhões de m² de tecidos planos no setor *handloom*, e 27,2 bilhões de m² de tecidos planos no setor *powerloom*.

A produção de tecidos de algodão é 19,3 bilhões de m².

A Índia produz 42 bilhões de m² de tecidos, no total.

Quanto à sua posição no *ranking* de produtores de fibras, a Índia é o maior produtor de juta, segundo maior produtor de seda, terceiro maior de algodão, segundo maior de viscose e quinto maior produtor de fibras e fios de poliéster.

Algodão

Esta fibra tem um grande papel na agricultura e na economia indiana. A relação entre o uso do algodão e o de fibras e filamentos artificiais e sintéticos é de 60:40 (baseado no ano financeiro 2001-2002). Apesar de ser o terceiro maior produtor de algodão do mundo, tem baixa produtividade (306,67 kg de fibras/ha), estando abaixo de muitos outros países (USA: 790 kg/ha, China: 1.103 kg/ha, Austrália: 1.740 kg/ha, Média Mundial: 640 kg/ha).

A Índia cultiva mais de 80 variedades de algodão. A maior parcela do algodão produzido é de fibras médias e longas. Somente 6,61% são de fibras

curtas, sendo 54,26% de fibras médias, 36,42% de fibras longas e 2,68% de fibras extra-longas.

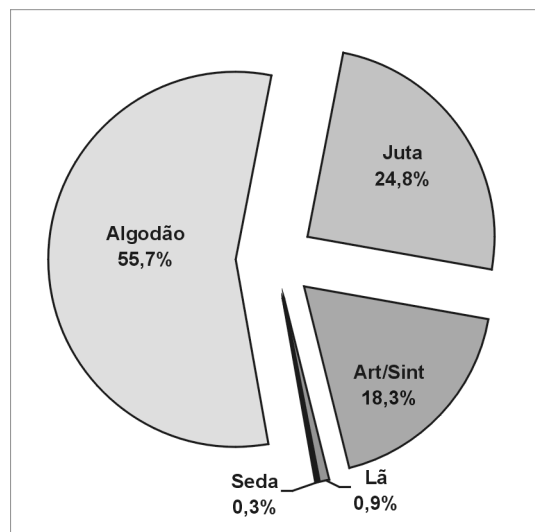
A tabela 45 e o gráfico 2 apresentam a produção e a distribuição percentual de fibras pela Índia, no período 2000-2001, enquanto, a tabela 46 e o gráfico 3 apresentam o consumo e a distribuição percentual de fibras no mesmo período.

Tabela 45 - Produção de fibras pela Índia 2000/2001 (milhões de kg)

Fibras	Milhões de kg
Algodão	2.758
Juta	1.277
Fibras artificiais e sintéticas	905
Lã	47
Seda	15
Total	5.002

Fonte: *Textile Outlook*. Jan. 2002

Gráfico 2 - Produção de fibras pela Índia (distribuição %)



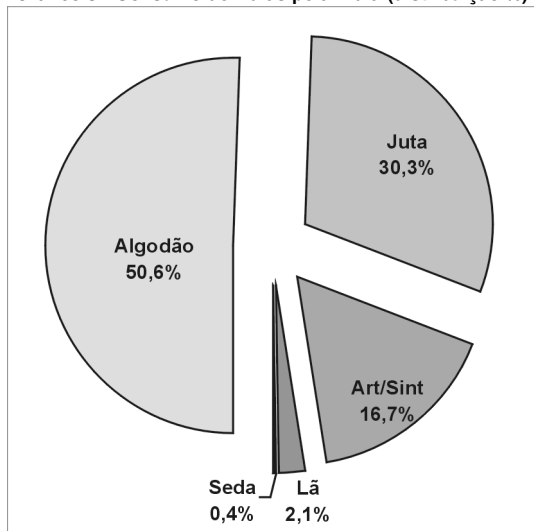
Fonte: *Textile Outlook*. Jan. 2002

Tabela 46 - Consumo de fibras pela Índia 2000/2001 (milhões de kg)

Fibras	Milhões de kg
Algodão	2.652
Juta	1.590
Fibras artificiais e sintéticas	875
Lã	108
Seda	20
Total	5.245

Fonte: *Textile Outlook*. Jan. 2002

Gráfico 3 - Consumo de fibras pela Índia (distribuição %)



Fonte: Textile Outlook. Jan. 2002

Produção de várias fibras na Índia em confronto com os principais países produtores.

Fibras naturais

Tabela 47 - Produção de fibras de algodão

	Algodão (2001-2002)				Mundo
	Índia	China	USA	Paquistão	
Produção (milhões de kg)	2.686	5.320	4.420	1.802	21.505
% part. mundo	12,49	24,74	20,55	8,38	100,00
Ranking	3	1	2	4	-
Produtividade (kg/ha)	308	1.103	790	579	642

Fonte: ICAC. 2003

A Índia é o 3º maior país produtor de algodão, apesar de sua baixíssima produtividade (kg/ha). A China e os Estados Unidos ficam com o 1º e 2º lugares. A produtividade da Índia corresponde a 28% daquela obtida na China, como indica a tabela 47.

Tabela 48 - Produção de juta e outras fibras similares

	Juta e outras fibras similares (2001-2002)				
	Índia	Bangladesh	China	Myanmar	Mundo
Produção (milhões de kg)	1.890,0	925,0	136,0	50,8	3.119,1
% part. mundo	60,59	29,66	4,36	1,63	100,00

Tabela 48 - Produção de juta e outras fibras similares (cont.)

	Juta e outras fibras similares (2001-2002)				
	Índia	Bangladesh	China	Myanmar	Mundo
Ranking	1	2	3	4	-
Produtividade (kg/ha)	19,29	17,80	26,15	9,50	-

Fonte: INDIAN JUTE - Jute Manufactures Development Council. 2003

Com relação à juta, a Índia é o maior produtor com mais de 60% da produção mundial desta fibra (tabela 48).

Tabela 49 - Produção de seda

	Seda (2000)				
	Índia	China	Brasil	Uzbequistão	Mundo
Produção (milhões de kg)	15,21	60,00	1,39	1,1	81,33
% part. mundo	18,70	73,77	1,71	1,35	100,00
Ranking	2	1	3	4	-

Fonte: International Silk Association. 2002

Em 2000 a Índia aparece como o 2º maior produtor de seda no mundo, ficando com 19% da produção total enquanto a China posiciona-se em 1º e o Brasil com o 3º lugar (tabela 49).

Tabela 50 - Produção de lã

	Lã suja (2001-2002)				
	Índia	Australia	China	Newzealand	Mundo
Produção (milhões de kg)	51	607	298	229	2.262
% part. mundo	2,25	26,83	13,17	10,12	100,00
Ranking	10	1	2	3	-

Fonte: ITMF. 2004

A Índia é o 10º maior produtor mundial de lã, segmento em que a Austrália e a China aparecem, respectivamente na 1º e 2º posição (tabela 50).

Fibras/filamentos artificiais/sintéticos

Tabela 51 - Produção de fibras curtas de viscose

	Fibras curtas de viscose 2002				
	Índia	China	Indonésia	Taiwan	Mundo
Produção (milhões de kg)	224	522	214	114	1.653
Ranking	2	1	3	4	-

Fonte: India. Man-made Fibre Statistics. 2002-2003

A Índia é o 2º maior produtor mundial de fibras curtas de viscosa, sucedendo à China, primeira colocada, e antecedendo à Indonésia, 3ª colocada (tabela 51).

Tabela 52 - Produção de fibras curtas de poliéster					
Fibras curtas de poliéster 2002					
	Índia	China	USA	Taiwan	Mundo
Produção (milhões de kg)	563	2.951	930	890	8.842
Ranking	5	1	2	3	-

Fonte: Índia. Man-made Fibre Statistics. 2002-2003.

Como mostra a tabela 52, a Índia é o 5º maior produtor mundial de fibras curtas de poliéster, ficando a China em 1º e os Estados Unidos em 2º lugar

Tabela 53 - Produção de fibras curtas e filamentos de acrílico					
Fibras curtas e filamentos de acrílico 2002					
	Índia	China	USA	Taiwan	Mundo
Produção (milhões de kg)	103	594	363	231	2.747
Ranking	8	1	2	3	-

Fonte: Índia. Man-made Fibre Statistics. 2002-2003.

Com relação à produção mundial de fibras curtas e filamentos de acrílico, a Índia aparece na 8ª posição, enquanto a China aparece na primeira e os Estados Unidos na segunda posição (tabela 53).

Tabela 54 - Produção de filamentos de celulose					
Filamentos de celulose 2002					
	Índia	China	CIS	USA	Mundo
Produção (milhões de kg)	62	160	39	34	466
Ranking	2	1	3	4	-

Fonte: Índia. Man-made Fibre Statistics. 2002-2003

Na produção mundial de filamentos e celulose, mais uma vez a China surge como a primeira colocada, aparecendo a Índia como a segunda maior produtora (tabela 54).

Tabela 55 - Produção de filamentos de poliéster					
Filamentos de poliéster 2002					
	Índia	China	Coréia (S)	Taiwan	Mundo
Produção (milhões de kg)	957	4.770	1.318	1.603	12.185
Ranking	4	1	3	2	-

Fonte: Índia. Man-made Fibre Statistics. 2002-2003.

No ranking mundial de produção de filamentos de poliéster, a Índia é a 4ª colocada (tabela 55).

Tabela 56 - Produção de filamentos de poliamida					
Filamentos de poliamida 2002					
	Índia	China	Taiwan	USA	Mundo
Produção (milhões de kg)	29	475	453	797	3.453
Ranking	9	2	3	1	-

Fonte: Índia. Man-made Fibre Statistics. 2002-2003.

A Índia é o 9º maior produtor mundial de poliamida, ficando os Estados Unidos em 1º e China em 2º lugar (tabela 56).

Tabela 57 - Total de fibras e filamentos artificiais e sintéticos					
Total de fibras e filamentos artificiais e sintéticos 2002					
	Índia	China	USA	Taiwan	Mundo
Produção (celulósicas) (milhões de kg)	286	682	81	114	2.118
Produção (sintéticas) (milhões de kg)	1.759	8.881	2.787	3.089	27.959
Total Geral (milhões de kg)	2.045	9.563	2.868	3.203	30.077
Ranking	5	1	3	2	-

Fonte: Índia. Man-made Fibre Statistics. 2002-2003.

A Índia é o 5º maior produtor mundial de fibras artificiais e sintéticas, ficando a China com o 1º e Taiwan em 2º lugar (tabela 57).

Produção de fios

Fios de fibras curtas

A produção de fios de fibras curtas atingiu a 3.081 milhões de kg durante o ano financeiro 2002-2003, mostrando um crescimento anual de 0,36% entre os anos 1997-98 e 2002-03 (tabela 58).

Tabela 58 - Produção de fios						
Produção de fios (milhão de kg)	97-98	98-99	99-00	00-01	01-02	02-03
Algodão	2.213	2.022	2.204	2.267	2.212	2.177
Outros fios de fibras curtas	760	786	815	893	889	904
Filamentos de artif./sint.	769	850	894	920	962	1.100

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004

Produção de tecidos

A queda na produção do setor *handloom*, principalmente nos anos 2002-2003 e 2003-2004, tem demonstrado a grande dificuldade na manutenção da competitividade deste setor, mesmo com o grande apoio do Ministério dos Têxteis.

A produção total de tecidos, no período 2002-2003, foi da ordem de 42 bilhões de m², sendo a maior parte, correspondente a 19,3 bilhões de m², de tecidos de algodão puro (tabela 60).

Anos	Setor Mill			Setor Handloom			Setor Powerloom			Total Quant
	Quant	Cresc.	%	Quant	Cresc.	%	Quant	Cresc.	%	
95-96	2.019	13 %	7,6	7.202	17 %	27,3	17.201	6 %	65,1	26.422
96-97	1.957	- 3 %	6,8	7.457	4 %	25,9	19.351	12 %	65,3	28.765
97-98	1.948	0 %	6,4	7.604	2 %	24,9	20.951	8 %	68,7	30.503
98-99	1.785	- 8 %	6,1	6.792	- 11 %	23,2	20.689	- 1 %	70,7	29.266
99-00	1.714	- 4 %	5,3	7.353	8 %	22,8	23.187	12 %	71,9	32.254
00-01	1.670	- 3 %	5,0	7.472	2 %	22,2	24.503	6 %	72,8	33.645
01-02	1.546	- 7 %	4,5	7.585	2 %	22,1	25.192	3 %	73,4	34.323
02-03	1.496	- 3 %	4,4	5.989	- 21 %	17,8	26.109	4 %	77,7	33.594
03-04	1.433	- 4 %	4,2	5.518	- 8 %	16,1	27.258	4 %	79,7	34.209

Fonte: Índia.Ministério dos Têxteis. 2004

Produção de tecidos (milhão de m ²)	97-98	98-99	99-00	00-01	01-02	02-03
Algodão	19.992	17.948	18.989	19.718	19.769	19.300
Misturas	5.751	5.700	5.913	6.351	6.287	5.876
100% não algodão (incluindo Khadi, Lã e Seda)	11.698	12.479	14.306	14.187	15.978	16.797
TOTAL	37.441	36.127	39.208	40.256	42.034	41.973

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004

Anos	Algodão	Tecidos em Mistura	Tecidos 100% não algodão	Total
1991-1992	13,71	2,90	6,26	22,87
1992-1993	15,57	2,57	6,36	24,50
1993-1994	15,92	3,58	6,72	26,62
1994-1995	15,24	3,27	7,47	25,98
1995-1996	16,32	3,48	8,19	27,99
1996-1997	16,24	3,98	9,08	29,30
1997-1998	15,94	4,57	10,41	30,92
1998-1999	13,07	4,13	10,99	28,19
1999-2000	14,16	4,48	11,91	30,55
2000-2001	14,22	4,50	11,96	30,68
2001-2002	14,82	4,69	12,46	31,97
2002-2003	14,40	4,38	12,59	31,37
2003-2004*	-	-	-	31,24

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004

* provisório

Como podemos ver na tabela 61 o consumo *per capita* da população indiana vem se ampliando, ano a ano, o que determina um contínuo aumento da produção.

As 10 maiores produtoras de tecidos da Índia são apresentadas na tabela 62.

Tabela 62 - As 10 principais unidades de produção de tecidos (baseados na produção do ano 2002-2003)		
Rank	Maiores empresas e seus endereços	Obs
1	M/s. Arvind Mills Ltd. Naroda Road, Ahmedabad- 380 025 (Guj.) Ph:- 2201168 Fax:- 079-2203012	M/s. Arvind Mills Ltd., tem várias unidades em Gujarat.
2	M/s. Century Textiles & Industries Ltd. Century Bhavan, Dr. Annie Besant Rd., Worli, Mumbai - 400 025. Ph:- 24957000 Fax:- 24309491 E-mail:- centextmill@centurytext.com	Grupo Century possui unidades nos estados de Madhya Pradesh & Maharashtra
3	M/s. The Bombay Dyeing & Mfg. Co. Ltd. (Spring Mills) Nevile House, J N Heredia Marg Bellard Estate, Mumbai - 400001 Ph:- 022-4308351 Fax:- 022 - 4222085	Grupo Bombay Dyeing possui unidades em Maharashtra
4	M/s. Auro Weaving Mills (Divn. of Vardhaman Spg. & General Mills) Chandigarh Road, Ludhiana - 141 011. Ph:- 0161-2603175 Fax:- 0161-2601040 E-mail:- agupta@vardhman.com	
5	M/s. J.C.T. Ltd. Dharmashala Road, Vill Chohal, Hoshiarpur, Punjab - 146024 Ph:- 01824 - 261191 Fax:- 01824 - 261191 E-mail:- jctltd.pgwr@rma.sprintprg.ems.vsnl.net.in	
6	Garden Silk Mills Ltd Garden Silk Mills Compound, Sahara Gate Surat, Gujarat - 395010 Ph:- 02622-71241/45 Fax:- 02622-71284	Grupo Garden tem várias unidades em Gujarat
7	M/s. Mafatlal Industries Ltd. (New Shorrock Mills) Mafatlal Centre Nariman Point, P B No. 9955 Mumbai - 400021 Ph:- 02637 - 250244 / 257071 Fax:- 02637 - 250286 E-mail:- mfrmg@bom8.vsnl.net.in	Grupo Mafatlal possui unidades nos estados de Gujarat & Maharashtra
8	M/s. Suzuki Textiles Ltd 4th Floor Central BLDg No. 2 26 Bomanji Master Lane, Opp Kalbadevi Post Office Mumbai - 400002 Ph:- 01486 - 66694 /66695/66746 Fax:- 01486 - 66748	
9	M/s. Ashima Limited Ashima House, Kavi Nanalal Marg Ahmedabad, Gujarat - 380006 Ph:- 079 - 2773513 Fax:- 079 - 2773513 E-mail:- texcellence@ashimagroup.com	Ashima Ltd., possui unidades de Gujarat
10	M/s. Nahar Fabrics Ltd. (Prop. Nahar Indus Enterprises) 373, Industrial Area-A, Ludhiana - 141003 Ph:- 0161-600701 Fax:- 0161-682942 E-mail:- nahar@gpasdlo1.net.in	

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004

Capítulo 4

Comércio exterior

Capítulo 4

Comércio exterior

As exportações de têxteis e de vestuário da Índia ultrapassaram US\$ 13,5 bilhões de dólares em 2003 (3,5% do comércio mundial de têxteis) e, segundo as projeções, deverão atingir US\$ 50 bilhões em 2010 (8% do comércio mundial de têxteis), dos quais metade (US\$ 25 bilhões) serão de responsabilidade da indústria exportadora de vestuário.

A Índia, nos últimos 10 anos, elevou as exportações anuais de 5 para 12 bilhões de dólares, representando, este último valor, aproximadamente 30% do total de suas exportações. Em números arredondados, a produção de fibra de algodão cresceu de 11 para cerca de 14 milhões de fardos, enquanto a de seda cresceu de 13 milhões de kg para 16 milhões. Com relação à fibra de lã, a produção subiu de 43 para 47 milhões de kg, enquanto a de fibras artificiais e sintéticas passou de 337 para 914 milhões de kg.

O Comissário dos Têxteis da Índia acredita que o país pode oferecer um leque de produtos mais variado do que a China, graças à sua indústria diversificada que vai da fiação manual, com técnicas sofisticadas, passando pela produção de tecidos, mantendo antigas tradições e hábitos culturais, até a produção de tecidos e de vestuário fazendo uso das mais novas tecnologias.

Como revela a tabela 63, entre os maiores participantes do comércio exterior de têxteis e confeccionados, a Índia apresenta-se na 6ª posição com um valor de aproximadamente 11 bilhões de dólares exportados em 2002 (considerando a UE como bloco).

O segmento têxtil e de confecção é o maior setor industrial da Índia, sendo o 2º de maior importância na economia, depois da agricultura, contribuindo com 7% do PIB. A Índia possui um grande potencial para ampliar a sua presença no mercado de exportação.

Tabela 63 - Comércio Internacional em bilhões de dólares em 2002

Nações	Exportações de Têxteis	Exportações de Confeccionados	Total
UE	52,05	50,45	102,50
China	20,56	41,30	61,86
USA	10,70	6,03	16,73
Coréia	10,59	3,69	14,28
Turquia	4,24	8,06	12,30
Índia	5,38	5,48	10,86
México	2,21	7,75	9,96
Indonésia	2,90	3,95	6,85

Fonte: *Selezione Tessile. apr. 2004*

Exportações da cadeia têxtil indiana

Levando em consideração as exportações da Índia, entre 97-98 e 2002-2003, observamos um crescimento de cerca de 28%, enquanto as importações cresceram aproximadamente 100% (tabela 64).

Tabela 64 - Têxteis exportados e importados

Têxteis Export. & Import.	Exportações (incl. Juta, Côco & Artesanato) - milhão US\$	Importações - milhão US\$
97-98	9.797,46	824,2
98-99	9.548,2	851,1
99-00	10.521,3	1.128,8
00-01	12.014,4	1.172,4
01-02	10.797,5	1.537,1
02-03	12.501,5	1.645,8

Fonte: *ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004*

A seguir são apresentadas uma série de tabelas e gráficos referentes às exportações da Índia nas diferentes categorias de produtos, de acordo com o Sistema Harmonizado (SH):

1 – Tabela 65:

Exportações da Índia para o mundo, entre 2000/2001 e 2002/2003, referente aos capítulos 50-63.

2 – Tabela 66 e gráficos 4 e 5:

Exportações da Índia para o mundo, entre 2000/2001 e 2002/2003, referente aos capítulos 50 ao 63, subdivididos em fibras, fios, tecidos, vestuário, tapetes e outros.

3 – Tabela 67:

Exportações da Índia para o mundo, entre 2000/2001 e 2002/2003, dos capítulos 61-62 (vestuário)

4 – Exportações da Índia para o mundo, em 2002

- 4.1 – Tabela 68: SH - Capítulo 50: Seda (fibras, fios e tecidos planos)
- 4.2 – Tabela 69: SH - Capítulo 51: Lã, pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina
- 4.3 – Tabela 70: SH - Capítulo 52: Algodão (fibras, fios e tecidos planos)
- 4.4 – Tabela 71: SH - Capítulo 53: Outras fibras têxteis vegetais (fibras, fios e tecidos planos)
- 4.5 – Tabela 72: SH - Capítulo 54: Filamentos Sintéticos e Artificiais (Filamentos e Tecidos Planos)
- 4.6 – Tabela 73: SH - Capítulo 55: Fibras Sintéticas ou Artificiais, descontínuas (Fibras e Tecidos Planos)
- 4.7 – Tabela 74: SH - Capítulo 56: Pastas, Feltros e Falsos Tecidos; Fios Especiais; Cordéis, Cordas e Cabos; Artigos de Cordoaria
- 4.8 – Tabela 75: SH - Capítulo 57: Tapetes e outros Revestimentos para Pavimentos, de Matérias Têxteis

Tabela 65 - Exportações da Índia para o mundo, entre 2000/2001 e 2002/2003, referente aos capítulos 50-63 do Sistema Harmonizado (SH) (valores em milhões de US\$)

Países	2000-2001	(1) 2001-2002	(2) 2002-2003	% de var (1) e (2)	% de particip.em 2002-2003
Mundo	11.593,04	10.388,59	11.888,14	14,4	100,0
USA	2.886,39	2.374,34	2.908,34	22,5	24,5
Reino Unido	754,75	743,55	833,14	12,0	7,0
Emirados Árabes	853,69	691,04	804,95	16,5	6,8
Alemanha, R. Fed	682,02	622,02	745,46	19,8	6,3
França	487,57	460,65	519,72	12,8	4,4
Itália	434,83	398,63	429,61	7,9	3,6
Canadá	337,15	308,77	369,05	19,5	3,1
Rússia	391,86	371,67	285,41	- 23,2	2,4
Holanda	221,42	238,45	283,95	19,1	2,4
Espanha	210,67	209,46	277,34	32,4	2,3
Arábia Saudita	200,13	201,92	250,26	23,9	2,1
Japão	283,65	240,14	235,40	- 2,0	2,0
Bélgica	238,85	207,48	216,40	4,3	1,8
Coréia, Rep.	148,70	146,00	203,52	39,4	1,7
Bangladesh	247,89	187,25	192,47	2,8	1,6
Hong Kong	268,04	228,75	158,54	- 30,7	1,3
Turquia	128,27	75,44	143,57	90,3	1,2
Singapura	98,27	89,19	140,74	57,9	1,2
Sri Lanka	133,37	116,43	140,08	20,3	1,2
Austrália	130,04	118,89	136,19	14,5	1,1
Malásia	80,53	105,24	110,77	5,2	0,9
Maurícius	134,33	100,95	97,49	- 3,4	0,8
Suécia	94,46	82,86	94,86	14,5	0,8
Dinamarca	80,14	69,99	94,56	35,1	0,8
Suíça	88,32	79,59	94,42	18,6	0,8
Chinesa Taipei	68,20	60,67	93,50	54,1	0,8
Egito Rep.	91,68	73,70	90,89	23,3	0,8
África do Sul	97,92	89,45	87,31	2,4	0,7
Israel	92,99	71,59	84,53	18,1	0,7
China R.	83,92	82,05	81,22	- 1,0	0,7
Outros	1.543,0	1.542,43	1.684,45	9,2	14,2

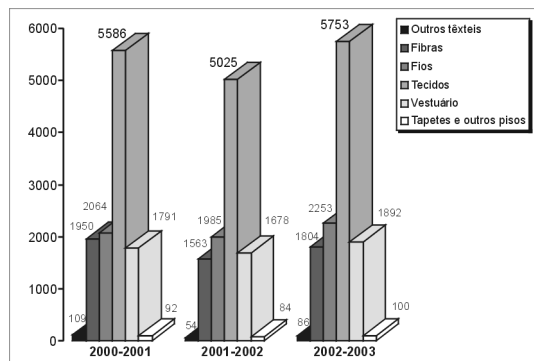
Fonte: Índia. Ministério dos Têxteis. 2004

- 4.9 – Tabela 76: SH - Capítulo 58: Tecidos Especiais; Tecidos Tufados; Rendas; Tapeçarias; Passamanarias; Bordados
- 4.10- Tabela 77: SH - Capítulo 59: Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis
- 4.11- Tabela 78: SH - Capítulo 60: Tecidos de malha
- 4.12- Tabela 79: SH - Capítulo 61: Vestuário e seus acessórios, de malha
- 4.13- Tabela 80: SH - Capítulo 62: Vestuário e seus acessórios, exceto de malha
- 4.14- Tabela 81: SH - Capítulo 63: Cama, mesa, cozinha, cortinados, sacos, encerados e toldos, velas para embarcações, artigos para acampamento, artefatos de matérias têxteis (calçados, chapéus, etc)
- 4.15 – Gráfico 82 – Distribuição do total das exportações por capítulo, ano 2002.

Tabela 66 - Exportações de têxteis da Índia (capítulos 50-63) valores em milhões de US\$					
	2000-2001	(1) 2001-2002	(2) 2002-2003	% de var (1) e (2)	% de particip.em 2002-2003
Fibras - Total	108,76	53,52	85,87	60,44	0,72
Seda (incl.desp)	11,19	11,25	4,17	- 62,93	0,03
Lã/ e outros pêlos (incl.desp.de lã)	4,88	3,62	15,35	324,03	0,13
Algodão (incl.desperd.)	49,14	8,98	10,46	16,48	0,09
Linho, Juta e outras fibras vegetais	4,39	4,85	6,19	27,63	0,05
Fibras cortadas e filamentos de artif./sintéticas	39,15	24,82	49,70	100,24	0,42
Fios - Total	1.949,63	1.563,46	1.803,94	15,38	15,17
Fios de seda	2,07	7,05	4,87	- 30,92	0,04
Fios de lã e outras fibras animais	21,52	19,03	21,74	14,24	0,18
Fios de algodão (incluindo linha para costura)	1.385,84	1.130,69	1.227,11	8,53	10,32
Fios de linho, juta e outras fibras têxteis vegetais	78,24	54,16	51,06	- 5,72	0,43
Filamentos de fibras artificiais/sintéticas	222,97	152,01	203,86	34,11	1,71
Outros fios (incl.linha de costura)	238,99	200,51	295,31	47,28	2,48
Tecidos - Total	2.064,54	1.984,79	2.252,83	13,50	18,95
Tecidos de seda	269,70	233,05	263,92	13,25	2,22
Tecidos de lã	29,71	19,81	18,84	- 4,90	0,16
Tecidos de algodão	977,19	861,17	970,53	12,70	8,16
Tecidos de linho, juta e outras fibras vegetais	61,16	32,86	62,46	90,08	0,52
Tecidos de fibras artificiais/sintéticas	496,13	617,75	763,67	23,62	6,42
Tecidos aveludados	12,53	8,75	12,11	38,40	0,10
Tecidos de malha	20,99	20,08	21,51	7,12	0,18
Outros tecidos especiais	197,13	191,31	139,78	- 26,94	1,18
Vestuário -Total	5.586,47	5.024,59	5.753,33	14,50	43,40
Vestuário e acessórios	5.586,47	5.024,59	5.753,33	14,50	43,40
Outros Têxteis	1.883,64	1.726,24	1.992,17	31,61	16,76
Art. Têxteis para uso ind, não tecidos, fios especiais, cordoarias, etc	92,42	83,89	99,70	18,85	0,84
Tapetes e outras coberturas de pisos	1.791,22	1.678,35	1.892,47	12,76	15,92
TOTAL GERAL	11.593,04	10.388,59	11.888,14	14,43	100,00

Fonte: Índia.Ministério dos Têxteis. 2004

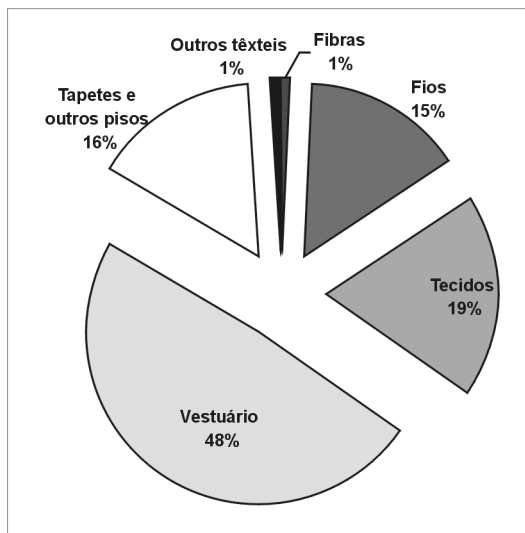
Gráfico 4 - Exportação de têxteis da Índia para o mundo SH - 50 ao 63 (US\$ milhões)



Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004

O setor de vestuário responde pela maior fatia das exportações da Índia, com 48%, ficando os tecidos com 19%.

Gráfico 5 - Exportação de têxteis da Índia para o mundo 2002-2003, distribuição %



Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004

Tabela 67 - Exportações da Índia para o mundo, entre 2000/2001 e 2002/2003, dos capítulos 61- 62 (vestuário) do Sistema Harmonizado (SH) - (valores em milhões de US\$)

Países	2000-2001	(1) 2001-2002	(2) 2002-2003	% de var (1) e (2)	% de particip.em 2002-2003
Mundo	5.586,47	5.024,59	5.753,33	14,68	100,0
USA	1.849,51	1.464,60	1.732,29	18,28	14,5
Reino Unido	406,28	423,78	516,42	21,86	4,3
Alemanha, F. Rep	356,21	363,91	477,33	31,17	4,0
Emirados Árabes	545,33	365,66	399,27	9,19	3,3
França	350,56	339,60	398,74	17,41	3,3
Rússia	313,98	334,15	265,89	- 20,43	2,2
Canadá	234,73	219,23	258,33	17,84	2,2
Holanda	158,54	189,11	228,28	20,71	1,9
Itália	159,78	151,32	171,85	13,57	1,4
Arábia Saudita	110,73	114,03	130,84	14,74	1,1
Espanha	80,93	72,29	114,89	58,93	1,0
Bélgica	70,64	80,83	86,57	7,10	0,7
Suíça	62,52	54,56	72,55	32,97	0,6
Dinamarca	53,36	46,69	69,43	48,70	0,6
Japão	115,33	83,36	65,35	- 21,61	0,5
México	48,79	52,47	54,77	4,38	0,4
Irlanda	28,97	38,95	50,48	29,60	0,4
Suécia	43,58	33,59	47,65	41,86	0,4
Austrália	53,13	45,65	45,29	- 0,79	0,4
Singapura	37,21	29,85	44,44	48,88	0,4
África do Sul	43,05	43,03	40,95	- 4,83	0,3
Malasia	22,84	23,43	38,92	66,11	0,3
Kuwait	26,57	31,51	35,25	11,87	0,3
Panamá, R.	21,44	23,71	26,04	11,51	0,2
Sri Lanka	24,03	17,07	22,22	30,17	0,2
Noruega	14,01	10,96	16,98	54,93	0,1
Hong Kong	28,86	69,14	16,79	- 75,72	0,1

Tabela 67 - Exportações da Índia para o mundo, entre 2000/2001 e 2002/2003, dos capítulos 61- 62 (vestuário) do Sistema Harmonizado (SH) - (valores em milhões de US\$)(continuação)					
Países	2000-2001	(1) 2001-2002	(2) 2002-2003	% de var (1) e (2)	% de particip.em 2002-2003
Hong Kong	28,86	69,14	16,79	- 75,72	0,1
Nigéria	15,09	15,35	14,70	- 4,23	0,1
Chile	15,67	19,21	13,94	- 27,43	0,1
Israel	15,73	15,88	13,59	- 14,42	0,1
Polónia	15,83	11,49	13,33	16,01	0,1
Finlândia	16,83	15,50	13,23	- 14,65	0,1
Oman	11,81	10,30	12,63	22,62	0,1
Tcheca, Rep.	4,65	4,60	12,47	171,09	0,1
Hungria	10,99	12,61	11,61	- 7,93	0,1
Kyrgyzstan	12,66	7,82	11,48	46,80	0,1
Outros	206,30	189,35	208,14	9,92	1,74

Fonte: Índia.Ministério dos Têxteis. 2004

Exportação da Índia para o mundo, em 2002, segundo os capítulos do Sistema Harmonizado (SH)

Tabela 68 - SH - capítulo 50: seda (fibras, fios e tecidos planos)		
US\$ (milhão)	Países	%
270,97	Mundo	100,0
88,97	USA	32,8
22,24	Reino Unido	8,2
19,81	China, Hong Kong SAR	7,3
15,42	Alemanha	5,7
15,07	Emirados Árabes Unidos	5,6
13,98	Itália	5,2
9,69	Singapura	3,6
9,60	Espanha	3,5
8,63	França	3,2
8,29	Arábia Saudita	3,1
4,68	Malásia	1,7
54,49	Outros	20,1

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Tabela 69 - SH - capítulo 51: lã, pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina		
US\$ (milhão)	Países	%
55,53	Mundo	100,0
5,97	Coréia, Rep.	10,7
5,69	USA	10,2
5,39	Itália	9,7
3,96	Bélgica	7,1
3,93	China	7,1
2,09	Coréia, Dem.People's	3,8
2,05	Canadá	3,7
1,91	Alemanha	3,4
1,89	Japão	3,4
1,84	Emirados Árabes Unidos	3,3
1,60	Reino Unido	2,9
19,21	Outros	34,6

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Tabela 70 - SH - capítulo 52: algodão (fibras, fios e tecidos planos)		
US\$ (milhão)	Países	%
2.192,02	Mundo	100,0
176,42	Coréia, Rep.	8,0
146,21	Bangladesh	6,7
127,23	Itália	5,8
106,20	USA	4,8
101,13	China, Hong Kong SAR	4,6
90,45	Japão	4,1
73,51	Sri Lanka	3,3
73,39	Outros países da Ásia	3,3
66,98	Emirados Árabes Unidos	3,0
64,95	Maurícius	3,0
63,26	China	2,9
1.102,29	Outros	50,3

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Tabela 71 - SH - capítulo 53: outras fibras têxteis vegetais (fibras, fios e tecidos planos)		
US\$ (milhão)	Países	%
118,83	Mundo	100,0
19,11	USA	16,1
18,12	Bélgica	15,2
9,33	Egito	7,8
7,13	Reino Unido	6,0
6,92	Turquia	5,8
5,51	Irã	4,6
5,46	Arábia Saudita	4,6
5,06	Holanda	4,3
4,52	Japão	3,8
3,73	Emirados Árabes Unidos	3,1
3,24	Itália	2,7
30,7	Outros	25,8

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Tabela 72 - SH - capítulo 54: filamentos sintéticos e artificiais (filamentos e tecidos planos)

US\$ (milhão)	Países	%
698,43	Mundo	100,0
184,02	Emirados Arabes Unidos	26,3
54,33	Singapura	7,8
39,10	Arábia Saudita	5,6
35,29	Reino Unido	5,0
26,59	USA	3,8
20,47	Sri Lanka	2,9
19,71	Espanha	2,8
18,16	Indonésia	2,6
17,17	Malásia	2,4
15,73	Nigéria	2,2
15,43	Brasil	2,2
252,56	Outros	36,2

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Tabela 75 - SH - capítulo 57: tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis

US\$ (milhão)	Países	%
615,00	Mundo	100,0
302,93	USA	49,3
84,57	Alemanha	13,7
44,44	Reino Unido	7,2
18,69	França	3,0
15,95	Japão	2,6
14,05	Canadá	2,3
13,11	Itália	2,1
11,34	Austrália	1,8
11,25	Espanha	1,8
10,95	Suécia	1,8
8,21	Holanda	1,3
79,51	Outros	12,9

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Tabela 73 - SH - capítulo 55: fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (fibras e tecidos planos)

US\$ (milhão)	Países	%
604,56	Mundo	100,0
78,79	Emirados Arabes Unidos	13,0
65,94	Turquia	10,9
36,05	Itália	6,0
30,11	Espanha	5,0
27,19	Bélgica	4,5
24,89	Arábia Saudita	4,1
23,96	USA	4,0
22,45	Bangladesh	3,7
20,78	Reino Unido	3,4
19,62	Síria	3,2
17,16	Caicos Isds	2,8
237,62	Outros	39,3

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Tabela 76 - SH - capítulo 58: tecidos especiais; tecidos tuçados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados

US\$ (milhão)	Países	%
138,76	Mundo	100,0
30,47	USA	22,0
14,84	Reino Unido	10,7
11,71	Arábia Saudita	8,4
9,71	Emirados Árabes Unidos	7,0
8,83	Itália	6,4
6,22	Alemanha	4,5
5,71	França	4,1
4,57	Espanha	3,3
3,48	Canada	2,5
2,78	Israel	2,0
2,68	Nigéria	1,9
37,76	Outros	27,2

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Tabela 74 - SH - capítulo 56: pastas, feltros e falsos tecidos; fios especiais; cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria

US\$ (milhão)	Países	%
50,91	Mundo	100,0
7,13	Japão	14,0
6,85	USA	13,4
5,25	Emirados Árabes Unidos	10,3
2,22	Sri Lanka	4,4
1,93	Reino Unido	3,8
1,75	Alemanha	3,4
1,53	Arábia Saudita	3,0
1,43	Sudão	2,8
1,28	Singapura	2,5
1,26	França	2,5
1,22	Noruega	2,4
19,06	Outros	37,4

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Tabela 77 - SH - capítulo 59: tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis

US\$ (milhão)	Países	%
48,06	Mundo	100,0
7,84	França	16,3
4,11	Arábia Saudita	8,5
3,49	USA	7,3
2,72	Japão	5,7
2,30	Rep.Tcheca	4,8
2,21	Emirados Árabes Unidos	4,6
2,07	Alemanha	4,3
2,06	Luxemburgo	4,3
1,81	Hungria	3,8
1,53	Reino Unido	3,2
1,52	Sri Lanka	3,2
16,40	Outros	34,1

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Tabela 78 - SH - capítulo 60: tecidos de malha		
US\$ (milhão)	Países	%
33,37	Mundo	100,0
8,43	Reino Unido	25,3
4,86	Emirados Árabes Unidos	14,6
4,54	Nepal	13,6
2,72	Itália	8,1
2,04	Egito	6,1
1,75	Bangladesh	5,2
1,48	Sri Lanka	4,4
1,08	Qatar	3,2
0,97	USA	2,9
0,76	Jordan	2,3
0,66	Espanha	2,0
4,08	Outros	12,2

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Tabela 79 - SH - capítulo 61: vestuário e seus acessórios, de malha		
US\$ (milhão)	Países	%
2.375,43	Mundo	100,0
517,18	USA	21,8
256,78	Alemanha	10,8
226,89	Reino Unido	9,6
217,55	Rússia F.	9,2
181,49	França	7,6
151,57	Canadá	6,4
149,83	Emirados Árabes Unidos	6,3
114,51	Holanda	4,8
80,89	Itália	3,4
51,04	Suíça	2,1
49,27	Bélgica	2,1
378,43	Outros	15,9

Fonte: United Nations Statistics. 2004

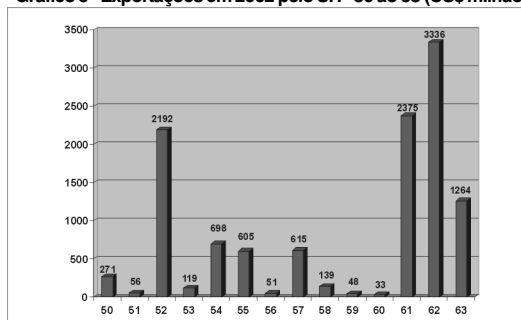
Tabela 80 - SH - capítulo 62: vestuário e seus acessórios, exceto de malha		
US\$ (milhão)	Países	%
3.336,01	Mundo	100,0
1.202,66	USA	36,0
285,77	Reino Unido	8,6
246,55	Emirados Árabes Unidos	7,4
217,27	Alemanha	6,5
216,03	França	6,5
112,11	Holanda	3,4
104,87	Canadá	3,1
100,92	Arábia Saudita	3,0
89,71	Itália	2,7
82,60	Espanha	2,5
54,36	Japão	1,6
623,16	Outros	18,7

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Tabela 81 - SH - capítulo 63: cama, mesa, cozinha, cortinados, sacos, encerados e toldos, velas para embarcações, artigos para acampamento, artefatos de matérias têxteis (calçados, chapéus, etc)		
US\$ (milhão)	Países	%
1.263,69	Mundo	100,0
552,53	USA	43,7
103,94	Reino Unido	8,2
84,64	Alemanha	6,7
57,05	França	4,5
33,51	Japão	2,6
32,30	Espanha	2,6
30,37	Canadá	2,4
29,13	Austrália	2,3
28,85	Suécia	2,3
28,37	Italia	2,2
27,56	Emirados Árabes Unidos	2,2
255,44	Outros	20,2

Fonte: United Nations Statistics. 2004

Gráfico 6 - Exportações em 2002 pelo SH - 50 ao 63 (US\$ milhão)



Fonte: United Nations Statistics. 2004

Em 2002 os vestuários produzidos com tecidos planos obtiveram maior destaque, exportando US\$ 3,3 bilhões, enquanto os vestuários produzidos com tecidos de malha exportaram US\$ 2,4 bilhões.

Na seqüência, são apresentadas mais algumas informações sobre as exportações indianas com detalhes adicionais relativos a alguns capítulos vistos anteriormente. Estas informações referem-se a:

- 1 - Tabela 82 - Exportações de fibras e filamentos artificiais e sintéticos (toneladas)
- 2 - Tabela 83 - Exportações de tecidos de algodão
- 3 - Tabela 84 - Exportações de têxteis da Índia para os EUA

Tabela 82 - Exportações de fibras e filamentos artificiais e sintéticos (toneladas)							
Anos	Viscose (fibras curtas)	Poliéster (fibras curtas)	Acrílico (fibras curtas)	Viscose (filamento)	Nylon (filamento)	Poliéster (filamento)	Total
96-97	568	8.229	379	4.584	879	25.558	40.197
97-98	1.162	7.966	117	4.479	1.066	50.010	64.800
98-99	914	16.587	438	5.005	1.556	36.699	61.199
99-00	1.597	51.067	728	7.851	1.464	49.182	111.887
00-01	2.423	29.238	461	10.892	3.761	92.089	138.864
01-02	1.516	17.902	321	7.884	3.294	66.749	97.666

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004

Tabela 83 - Exportações de tecidos de algodão					
TECIDOS	2001-2002	2000-2001	TOALHAS, CORTINAS, TAPETES, ETC.	2001-2002	2000-2001
	US\$ (milhões)	US\$ (milhões)		US\$ (milhões)	US\$ (milhões)
Denim	185,69	147,79	Colchas/Lençóis	117,68	122,92
Tecidos aveludados	108,51	89,57	Toalhas (felpudas)	114,70	121,32
Lençóis	17,94	29,21	Toalhas de mesa	111,89	110,98
Tecidos para camisaria	13,79	16,81	Artigos para acessórios	60,00	71,96
Tecidos para paletó tinto	12,75	10,17	Cortinas	59,81	58,22
Sarees	10,96	11,40	Fronha / Cortinas	52,06	45,59
Sarees Bordados	7,53	3,93	Toalhas (não felpudas)	44,46	45,96
Tecidos felpudos	7,20	8,23	Guardanapos	43,18	29,11
Voile	5,65	5,46	Durries/Druggets / Capachos	42,57	54,01
Brocados	5,30	2,95	Mesa/Toilet/Linha de cozinha	36,39	33,79
Tecidos para tapeçaria	4,72	3,58	Pillow Cases / Fronhas	36,16	36,39
Tecidos de gaze	2,96	17,02	Tapetes / Carpetes	26,99	27,57
Outros tecidos	669,27	683,31	Roupa de cama /Colcha	23,35	15,70
Total	1069,09	1029,44	Sacks&Bags/Thailies	22,17	21,04
			Xales / Lenços /Dupattas	18,62	27,42
			Dress materials	16,95	9,85
			Madeups de malha	11,37	14,38
			Linha de costura	10,85	23,77
			Outros manufaturados de algodão	261,48	181,13
			Total	1110,68	1051,13

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004

Tabela 84 - Exportações de têxteis da Índia para os EUA (capítulos SH - 50-63) - valores em milhões de US\$						
	2000-2001	(1) 2001-2002	(2) 2002-2003	% de var (1) e (2)	% de particip. em 2002-2003	
Fibras - Total	3,86	4,83	6,60	36,65	0,23	
Seda (incl.desp)	0,46	0,19	0,40	110,53	0,014	
Lã/ e outros pelos (incl.desp.de lã)	0,28	0,04	0,58	1.350,00	0,02	
Algodão (incl.desperd.)	0,16	0,62	0,05	- 91,94	0,002	
Linho, Juta e outras fibras vegetais	0,85	0,57	0,78	36,84	0,017	
Fibras cortadas e filamentos de artif./sintéticas	2,12	3,41	4,79	40,47	0,027	
Fios - Total	22,91	18,37	24,34	32,50	0,84	
Fios de seda	0,16	0,08	0,23	187,50	0,008	
Fios de lã e outras fibras animais	2,01	1,22	2,28	103,28	0,085	
Fios de algodão (Incluindo linha para costura)	13,44	9,71	7,20	- 25,85	0,247	
Fios de linho, juta e outras fibras têxteis vegetais	2,05	2,34	2,18	- 6,84	0,07	

Tabela 84 - Exportações de têxteis da Índia para os EUA (capítulos SH - 50-63) - valores em milhões de US\$ (continuação)

	2000-2001	(1) 2001-2002	(2) 2002-2003	% de var (1) e (2)	% de particip. em 2002-2003
Filamentos de fibras artificiais/sintéticas	3,71	3,84	9,86	156,77	0,34
Outros fios (incl.linha de costura)	1,53	1,18	2,58	118,64	0,09
Tecidos - Total	286,67	210,46	273,07	29,75	9,39
Tecidos de seda	97,36	70,31	88,97	26,54	3,06
Tecidos de lã	7,62	3,83	2,87	- 25,07	0,10
Tecidos de algodão	105,27	73,81	99,58	34,91	3,42
Tecidos de linho, juta e outras fibras vegetais	17,88	6,49	16,28	150,85	0,56
Tecidos de fibras artificiais/sintéticas	18,00	15,99	33,69	110,69	1,16
Tecidos aveludados	0,41	0,02	0,13	550,00	0,004
Tecidos de malha	0,28	0,78	0,86	- 23,08	0,02
Outros tecidos especiais	39,85	39,23	30,69	- 21,77	1,05
Vestuário -Total	1.849,51	1.464,60	1.732,29	18,28	59,56
Vestuário e acessórios	1.849,51	1.464,60	1.732,39	18,28	59,56
Tapetes e outras coberturas de pisos	713,83	667,85	861,65	29,02	29,63
Tapetes e outras coberturas de pisos	713,83	667,85	861,65	29,02	29,63
Outros Têxteis	9,62	8,23	10,40	26,37	0,36
Artigos têxteis para uso industrial, não tecidos, fios especiais, cordoarias, etc	9,62	8,23	10,40	26,37	0,36
TOTAL GERAL	2.886,39	2.374,34	2.908,34	22,49	100,0

Fonte: Índia. Ministério dos Têxteis. 2004

A relação comercial com os Estados Unidos é de extrema importância para a Índia. A cadeia têxtil indiana exportou aproximadamente 22%, do seu total em dólares, para os EUA. Com o fim das cotas este número deverá ultrapassar 30%. O vestuário foi responsável por 60% dos produtos têxteis exportados para os EUA.

Em síntese, as exportações da Índia, no período de 1997 a 2003, apresentaram os seguintes resultados extraídos da tabela 85:

- Cadeia têxtil em geral – aumento de 57,4%
- Fios e tecidos de algodão – aumento de 30,5%
- Vestuário de algodão – aumento de 89,5%
- Vestuário de seda – aumento de 73,7%
- Vestuário de fibras artificiais e sintéticas – aumento de 31,3%
- Tapetes feitos à mão – aumento de 19,0%
- Artesanatos (excluindo tapetes) – aumento de 78,5

Tabela 85 - Exportações de têxteis 1996/1997-2002/2003 - (milhões de US\$)

Produtos	1997-1998	1998-1999	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003
Fibras de algodão, incluindo desp	18,14	4,57	1,70	4,88	0,94	1,04
Pisos de juta	0,76	1,18	1,05	1,43	1,66	2,67
Outros produtos de juta	31,37	33,02	26,77	35,45	29,77	47,93
Fios de juta	50,06	39,61	40,61	57,42	47,60	46,43
Juta Hessian	64,22	43,93	42,32	45,37	41,11	75,94
Fibras cortadas (artificiais e sintéticas)	14,70	18,23	41,81	36,95	24,79	47,66
Fios de algodão, Tecidos&Madeups	2.678,06	2.574,28	2.955,46	3.490,06	3.235,16	3.494,79
Fios de seda, tecidos & Madeups	144,75	165,49	227,39	309,49	292,93	320,32
Fios de fibras art. e sintéticas & madeups	660,33	650,12	776,13	1.067,47	1.121,18	1.405,40

Tabela 85 - Exportações de têxteis 1996/1997-2002/2003 - (milhões de US\$) (continuação)						
Produtos	1997-1998	1998-1999	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003
Fios de lã, tecidos&madeups	90,04	69,30	47,82	62,95	54,97	53,70
RGM de algodão, incluindo acessórios	2.358,33	2.923,05	3.178,07	3.960,42	3.895,38	4.469,39
RGM de seda	77,42	55,14	118,53	186,82	159,02	134,48
RGM de lã	73,61	78,89	169,00	299,57	249,39	230,88
RGM de fibras artificiais e sintéticas	566,94	857,71	964,02	983,28	815,46	744,66
RGM de outros materiais têxteis	103,78	138,97	128,23	186,50	51,74	161,29
Manufaturados de côco	56,26	69,88	44,14	48,75	65,04	77,22
Tapetes (excluindo seda) feitos à mão	336,87	380,07	476,99	450,71	394,61	401,05
Artesanato (excl. tapetes feitos à mão)	431,42	587,98	639,60	667,12	577,93	770,07
Tapetes (excluindo seda) Mill made	86,58	95,12	107,99	111,43	104,52	110,41
Tapetes de seda	24,17	29,60	32,10	24,48	38,03	19,34
Desperdícios de seda	0	0	7,33	9,77	8,07	3,28
Total de têxteis	8.037,98	8.867,90	10.052,14	12.097,10	11.332,75	12.651,32

Fonte: DGCIS. 2004

Importações da Índia

As importações de fibras e fios de filamentos artificiais e sintéticos mostram uma tendência positiva nos últimos anos, aumentando 32% entre os períodos 1996-1997 e 2001-2002. As fibras curtas e filamentos de poliéster contribuíram com 87% no total das importações das fibras artificiais e sintéticas em 2001-2002. Ver tabela 86.

As importações da Índia nos períodos 2000-2001, 2001-2002, 2002-2003 expressam um crescimento gradativo. No último período considerado destacam-se como maiores fornecedores: China, EUA, Austrália, Taiwan e Coreia (tabela 87).

Tabela 86 - Importações de fibras e filamentos artificiais e sintéticos (toneladas)							
Anos	Viscose (fibras curtas)	Poliéster (fibras curtas)	Acrílico (fibras curtas)	Viscose (filamento)	Nylon (filamento)	Poliéster (filamento)	Total
96-97	12.667	38.564	27.847	267	698	14.456	94.499
97-98	13.610	29.766	34.087	1.370	1.211	2.924	82.968
98-99	2.270	17.444	31.279	1.024	1.342	28.661	82.020
99-00	975	13.830	14.374	842	2.979	75.248	108.248
00-01	1.168	21.309	14.066	500	3.641	57.644	98.328
01-02	1.717	26.947	9.669	1.592	3.710	80.955	124.590

Fonte: DGCIS. 2004

Tabela 87 - Importações do mundo, pela Índia, entre o período 2000/2001 e 2002/2003, segundo os capítulos do Sistema Harmonizado (SH) SH - capítulos 50-63 (milhões de US\$)					
Países	2000-2001	(1) 2001-2002	(2) 2002-2003	% de var (1) e (2)	% de particip. em 2002-2003
Mundo	1.172,40	1.537,10	1.645,48	7,05	100,00
China, R. Pop.	186,32	252,94	331,02	30,87	20,12
USA	57,55	173,45	123,15	- 29,00	7,48
Australia	105,91	130,60	117,32	- 10,17	7,13
Chinesa Taipei	99,28	114,91	110,25	- 4,05	6,70

Tabela 87 - Importações do mundo, pela Índia, entre o período 2000/2001 e 2002/2003, segundo os capítulos do Sistema Harmonizado (SH) SH - capítulos 50-63 (milhões de US\$) (continuação)					
Países	2000-2001	(1) 2001-2002	(2) 2002-2003	% de var (1) e (2)	% de particip. em 2002-2003
Coréia, R.	78,58	97,90	101,07	3,24	6,14
Indonésia	50,94	58,30	86,54	48,44	5,26
Hong Kong	25,86	30,29	55,95	84,71	3,40
Tailândia	39,82	42,33	53,21	25,70	3,23
Suíça	3,60	9,56	53,08	455,23	3,22
Malásia	28,16	42,32	52,30	23,58	3,18
Japão	29,72	47,30	45,89	- 2,98	2,79
Egito	15,44	24,88	43,96	76,69	2,67
Nepal	38,17	50,22	40,15	- 20,05	2,44
Itália	27,96	19,94	38,87	94,93	2,36
Reino Unido	20,98	15,57	36,46	134,17	2,21
Bangladesh	47,04	33,79	34,79	2,96	2,11
Alemanha, F. Rep.	22,13	25,30	34,21	35,22	2,08
Nova Zelândia	24,48	27,45	24,53	- 10,64	1,49
Mali	11,14	1,94	18,80	869,07	1,14
França	10,12	10,10	14,88	47,33	0,90
Canadá	7,02	9,49	12,98	36,78	0,79
Bélgica	13,86	13,19	10,93	- 17,13	0,66
Ivory Coast	33,55	17,60	10,63	- 39,60	0,65
Benin	28,49	34,08	10,23	- 69,98	0,62
Singapura	11,04	11,98	10,18	- 15,02	0,62
Emirados Árabes	12,53	17,66	10,04	- 43,15	0,61
Turquia	7,77	8,77	9,51	8,44	0,58
Burkina Faso	9,42	12,13	8,84	- 27,12	0,54
Brasil	2,32	22,47	8,74	- 61,10	0,53
África do Sul	13,15	9,87	8,39	- 14,99	0,51
Grécia	2,59	11,42	8,17	- 28,46	0,50
Não especificado	1,34	2,05	7,64	272,68	0,46
Holanda	8,17	12,66	7,27	- 42,58	0,44
Síria	1,35	4,77	5,95	24,74	0,36
Tanzânia	4,64	7,94	5,91	- 25,57	0,36
Camarões	3,41	8,42	5,90	- 29,93	0,36
Outros	88,55	123,51	87,74	- 28,96	5,33

Fonte: Índia. Ministério dos Têxteis. 2004

Se levarmos em consideração apenas os capítulos 61 e 62 (vestuário), os maiores fornecedores da Índia (2002-2003) foram: Malásia, China,

Bangladesh, Nepal e Hong Kong, como nos mostra a tabela 88.

Tabela 88 - SH - capítulos 61-62 (somente vestuário) (milhões de US\$)					
Países	2000-2001	(1) 2001-2002	(2) 2002-2003	% de var (1) e (2)	% de particip. em 2002-2003
Mundo	21,69	36,30	24,02	- 33,83	100,0
Malásia	0,53	2,17	3,56	64,05	14,82
China P. Rp	5,24	10,51	2,79	- 73,45	11,61
Bangladesh	1,24	1,86	2,56	37,63	10,66
Nepal	3,33	5,75	2,32	- 59,65	9,66
Hong Kong	0,95	1,39	1,79	28,78	7,45

Tabela 88 - SH - capítulos 61-62 (somente vestuário) (milhões de US\$) (continuação)					
Países	2000-2001	(1) 2001-2002	(2) 2002-2003	% de var (1) e (2)	% de particip. em 2002-2003
Reino Unido	0,57	0,50	1,78	256,00	7,41
Filipinas	0,12	0,10	1,67	1.570,00	6,95
Israel	0,00	0,01	0,91	9.000,00	3,79
Itália	0,99	0,53	0,82	54,72	3,41
Tailândia	1,19	0,77	0,60	- 22,08	2,50
Indonésia	0,96	1,19	0,60	- 49,58	2,50
USA	0,67	1,63	0,51	- 68,71	2,12
Alemanha, F.Rep	0,35	0,74	0,51	- 31,08	2,12
Singapura	0,22	0,14	0,48	242,86	2,00
Espanha	0,10	0,32	0,46	43,75	1,91
Emirados Árabes	0,05	1,78	0,40	- 77,53	1,66
Coréia, RP	0,34	0,40	0,36	- 10	1,50
Suíça	0,31	0,38	0,22	- 42,10	0,92
Chinês, Taipei	0,15	1,81	0,22	- 87,84	0,92
Holanda	0,39	0,02	0,17	750,00	0,71
Japão	0,39	0,19	0,15	- 21,05	0,62
Outros	4,56	5,3	1,74	- 67,17	7,24

Fonte: ÍNDIA. Ministry of Textiles. 2004

Analisando as importações sobre o aspecto da divisão por produto: fibras, fios, tecidos, vestuário, tapetes e outros, podemos verificar que no período 2002-2003 a maior parcela de importações da Índia refere-se às fibras, ficando em segundo lugar os tecidos e em terceiro os fios, matérias-primas utilizadas nos processos de manufaturas.

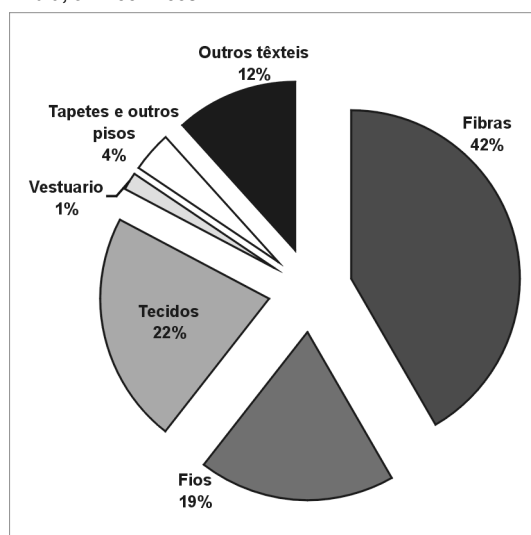
Outro aspecto importante a ser citado foi o grande aumento nas importações de tecidos, superior a 67%, entre os períodos 2001-2002 e 2002-2003. As importações de vestuário apresentaram uma queda de cerca de 34% neste mesmo período. Ver tabela 79 e gráfico 7.

Tabela 89 - Importações do mundo, pela Índia, entre o período 2000/2001 e 2002/2003, segundo os capítulos do Sistema Harmonizado SH - capítulos 50 ao 63 (milhões de US\$)					
Países	2000-2001	(1) 2001-2002	(2) 2002-2003	% de var (1) e (2)	% de particip. em 2002-2003
Fibras - Total	560,27	790,38	686,15	- 13,19	41,70
Seda (incl.desp)	104,40	133,29	136,19	2,18	8,28
Lã/ e outros pêlos (incl.desp.de lã)	106,27	139,22	174,38	25,25	10,60
Algodão (incl.desperd.)	259,75	432,07	256,39	- 40,66	15,58
Linho, Juta e outras fibras vegetais	24,75	24,78	34,83	40,56	2,12
Fibras cortadas e filamentos de artificiais/sintéticas	65,09	61,01	84,37	38,29	5,13
Fios - Total	186,66	246,77	311,36	26,17	18,92
Fios de seda	15,62	15,75	18,99	20,57	1,15
Fios de lã e outras fibras animais	2,46	2,38	4,99	109,66	0,30
Fios de algodão (incluindo linha para costura)	7,23	7,51	10,79	43,68	0,66
Fios de linho, juta e outras fibras têxteis vegetais	2,14	2,25	2,56	13,78	0,15
Filamentos de fibras artificiais/sintéticas	151,49	200,87	252,16	25,53	15,32

Tabela 89 - Importações do mundo, pela Índia, entre o período 2000/2001 e 2002/2003, segundo os capítulos do Sistema Harmonizado SH - capítulos 50 ao 63 (milhões de US\$) (continuação)					
Países	2000-2001	(1) 2001-2002	(2) 2002-2003	% de var (1) e (2)	% de particip. em 2002-2003
Outros fios (incluindo linha de costura)	7,73	18,00	21,85	21,39	1,33
Tecidos - Total	166,97	218,44	365,64	67,39	22,22
Tecidos de seda	4,50	20,64	41,72	102,13	2,53
Tecidos de lã	1,65	1,95	18,55	851,28	1,13
Tecidos de algodão	23,65	41,37	77,23	86,68	4,69
Tecidos de linho, juta e outras fibras vegetais	8,77	14,71	28,59	94,36	1,74
Tecidos de fibras artificiais/sintéticas	57,01	69,75	115,32	65,33	7,01
Tecidos aveludados	32,04	20,59	21,47	4,27	1,30
Tecidos de malha	17,98	23,40	20,79	- 11,15	1,26
Outros tecidos especiais	21,36	26,03	41,98	61,28	2,55
Vestuário -Total	21,69	36,30	24,02	- 33,83	1,46
Vestuário e acessórios	21,69	36,30	24,02	- 33,83	1,46
Tapetes e outras coberturas de pisos	86,43	69,26	68,42	- 1,21	4,16
Tapetes e outras coberturas de pisos	86,43	69,26	68,42	- 1,21	4,16
Outros Têxteis	150,37	175,95	189,89	7,92	11,54
Art têxteis para uso ind, náotecidos, fios especiais, cordoarias, etc	150,37	175,95	189,89	7,92	11,54
TOTAL GERAL	1.172,40	1.537,10	1.645,48	7,05	100,00

Fonte: Índia. Ministry of Textiles. 2004

Gráfico 7 – Distribuição das importações do mundo, pela Índia, em 2002-2003.



Fonte: Índia. Ministry of Textiles. 2004

A evolução do comércio de exportação-importação entre a Índia e a Comunidade Européia, no período entre 1996 e 2003, pode ser acompanhada pela tabela 90. Deve-se observar que no ano de 2003 a balança comercial da Comunidade Européia, com relação a Índia, apresentou saldo favorável à Índia nas categorias 50, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 62 e 63. O saldo da balança comercial é favorável a Comunidade Européia nos capítulos 51, 56, 59. A Comunidade Européia, em 2003, importou quase 4 bilhões de euros da Índia, tendo exportado um pouco mais de 210 milhões de euros

Tabela 90 - Balança comercial UE e Índia - Euros (x1000)									
Cap.		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
50	Importação	44.587,7	52.935,1	57.531,8	64.292,6	90.032,7	88.094,8	77.570,7	78.228,5
	Exportação	345,8	435,5	385,9	292,5	382,2	863,6	561,4	318,7
51	Importação	30.327,5	43.069,4	37.806,3	39.719,4	37.217,1	48.417,8	41.925,9	28.667,5
	Exportação	21.228,0	16.389,0	9.444,8	13.869,3	27.120,8	34.054,8	42.886,6	43.786,6
52	Importação	395.647,5	393.907,7	370.087,8	342.485,8	388.141,9	410.773,9	357.803,2	311.475,8
	Exportação	3.286,1	4.452,6	5.259,7	9.697,4	13.104,3	29.145,7	17.024,5	45.078,9
53	Importação	7.300,9	85.221,9	74.040,3	62.675,0	75.741,95	67.240,0	58.675,3	53.327,3
	Exportação	3.419,2	12.101,5	14.051,7	22.976,8	22.739,2	19.872,6	20.895,6	21.065,9
54	Importação	52.528,2	78.277,7	97.313,7	69.873,2	105.499,4	107.851,2	89.465,1	76.188,3
	Exportação	4.688,8	7.715,6	5.731,1	9.4899,4	15.081,0	18.894,5	16.414,6	13.915,4
55	Importação	186.918,5	221.177,0	201.289,7	197.967,8	211.542,3	171.497,1	165.649,8	144.785,8
	Exportação	11.383,4	13.296,6	9.818,9	13.461,9	19.697,3	18.413,2	21.089,1	20.374,1
56	Importação	4.650,7	5.445,2	4.824,5	5.932,8	7.607,5	7.831,9	6.464,2	8.063,8
	Exportação	7.110,7	7.109,2	8.371,3	8.650,6	8.313,8	10.180,4	9.908,4	10.875,5
57	Importação	311.503,5	341.244,1	327.024,6	315.243,0	324.037,2	364.102,9	299.768,1	305.415,9
	Exportação	1.136,9	2.691,3	4.164,0	4.247,8	5.141,9	6.025,5	5.167,7	5.224,1
58	Importação	14.868,7	22.422,4	23.865,7	29.394,9	55.675,1	46.327,4	43.897,4	47.080,7
	Exportação	3.637,3	3.543,5	3.577,5	4.308,4	5.171,7	6.530,3	7.269,4	5.319,2
59	Importação	9.001,5	10.083,2	9.833,5	13.134,4	13.88,4	16.003,6	13.840,4	11.420,3
	Exportação	14.074,2	14.993,6	13.985,6	13.605,3	19.432,7	19.141,4	19.557,0	19.288,7
60	Importação	32.388,1	41.090,9	32.804,0	28.607,9	34.819,2	37.210,7	28.210,9	28.306,1
	Exportação	577,3	1.358,5	1.243,1	1.165,0	2.908,7	2.873,3	5.988,1	7.919,5
61	Importação	511.144,0	570.881,3	632.319,7	730.172,6	862.702,7	988.746,3	981.032,1	1.028.677,8
	Exportação	1.689,9	1.307,5	893,3	1.298,5	1.165,4	1.483,2	2.409,0	1.902,3
62	Importação	1.013.502,4	953.539,6	917.300,3	903.575,1	1.116.250,3	1.150.208,4	1.265.829,9	1.261.071,5
	Exportação	4.724,9	2.999,1	7.895,1	7.488,5	8.797,7	3.984,5	4.844,8	3.870,4
63	Importação	320.154,0	394.084,1	424.410,4	465.451,5	554.276,9	571.07,8	509.906,8	543.276,4
	Exportação	13.013,5	16.063,6	13.299,7	9.704,5	12.651,8	12.326,4	9.542,1	11.526,7
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
TOTAL	Importação	3.000.523,3	3.213.379,7	3.210.451,4	3.268.526,0	3.877.032,8	4.075.403,9	3.940.040,0	3.926.685,7
50-63	Exportação	90.316,0	104.457,2	98.121,5	120.256,0	161.708,5	183.789,6	183.558,4	210.486,0

Fonte: DG Trade - European Commission. 2004

Balança comercial do Brasil exportações e importações do Brasil (maio de 2003 a abril de 2004) - capítulos 50 a 63

O Brasil exportou para a Índia, de maio de 2003 a abril de 2004, somente US\$ 6,1 milhões. Os fios de seda ficaram em primeiro lugar, tendo o Brasil exportado aproximadamente US\$ 3,5 milhões deste produto. Estes fios de seda foram exportados a US\$ 14,57/kg e importados em forma de tecidos a US\$41,24/kg.

O Brasil importou da Índia, de maio de 2003 a abril de 2004, aproximadamente US\$ 33 milhões, sendo

os fios de poliéster, texturizados ou não, os principais produtos importados.

Nas tabelas 91 e 92 podemos verificar respectivamente o valor FOB dos principais produtos exportados do Brasil para a Índia e dos principais produtos importados da Índia pelo Brasil, no período de maio de 2003 a abril de 2004.

Tabela 91 - Principais produtos exportados do Brasil para a Índia, no período de maio 2003 a abril 2004 (últimos 12 meses) - capítulos 50-63				
NCM	Produtos	US\$ FOB	Kg Líquido	US\$/kg
50040000	Fios de seda	3.481.991	239.991	14,51
52010090	Outros tipos de algodão, não cardado, não penteado	979.495	917.440	1,07
54033100	Fio de raiom viscose, simples, torção <=120 v/m	605.142	230.736	2,62
54021010	Fio de alta tenacidade, de nailon (poliamida alifática)	437.891	174.107	2,51
54033200	Fio de raiom viscose, simples, torção >120 v/m	147.193	48.919	3,01
56039400	Outros falsos tecidos, peso > 150g/m²	126.478	71.331	1,77
	Outros	355.876		
	Total	6.134.066	1.805.637	3,40

Fonte: MDIC. 2004

Tabela 92 - Principais produtos importados da Índia, pelo Brasil, no período de maio 2003 a abril 2004 (últimos 12 meses) - capítulos 50-63				
NCM	Produtos	US\$ FOB	Kg Líquido	US\$/kg
54024200	Fio de poliésteres, simples parcialm.orient.torc <=50v/m	16.831.347	15.958.682	1,05
55092200	Fio de fibras de poliésteres >=85%, retorç/retorc.múltiplo	1.719.078	759.071	2,26
54023300	Fio texturizado de poliésteres	1.673.371	1.340.655	1,25
55101100	Fio de fibras artificiais >=85%, simples	751.058	331.415	2,27
53072010	Fios de juta, retorç. ou retorcidos múltiplos	701.433	1.193.371	0,59
62063000	Camisas, blusas, etc.de algodão, uso feminino	599.791	16.834	35,63
50072010	Tecidos de seda/desperdícios cont.>=85%, estamp.,etc	571.149	13.851	41,23
52083900	Outros tecidos de algodão >=85%, tinto p <=200g/m²	528.740	71.602	7,38
54033100	Fio de raiom viscose, simples, torção <=120 v/m	513.359	236.121	2,17
	Outros	8.003.603		
	Total	31.892.929	22.053.297	1,45

Fonte: MDIC. 2004

Para compararmos o desempenho dos principais parceiros do Brasil podemos recorrer à tabela 93, na qual verificamos que os EUA é o nosso maior cliente, tendo adquirido do nosso país, no período que estamos considerando, cerca de US\$ 481 milhões, enquanto a Índia adquiriu pouco mais de

US\$ 6 milhões. Sob o aspecto de nossos fornecedores, o EUA, mais uma vez, aparece na primeira posição, vendendo para o Brasil cerca de US\$ 214 milhões, enquanto da Índia nossas importações não atingiram US\$ 32 milhões.

Tabela 93 - Balança comercial do Brasil com principais parceiros			
	Exp (US\$)	Imp (US\$)	Saldo
Total	1.761.410.228	1.181.014.649	580.395.579
Argentina	360.596.899	100.893.863	259.703.036
EUA	481.108.379	214.543.664	266.564.715
UE	274.203.524	174.562.568	99.640.956
China	38.163.150	181.356.752	- 143.193.602
Índia	6.134.066	31.892.929	- 25.758.863

Fonte: MDIC. 2004

Capítulo 5

Análise do desempenho da CPTV indiana

Capítulo 5

Análise do desempenho da CPTV indiana

Algodão

Os tecidos de algodão e *made-up* (*millmade / powerloom / handloom*) constituem uma parte essencial das exportações indianas.

A Índia é um dos maiores produtores da fibra de algodão. Com um suprimento interno de mais de 80 variedades cultivadas, a indústria é capaz de produzir uma multiplicidade de títulos e tecidos. No país são produzidos mais de 19 bilhões de m² de têxteis de algodão por ano, sendo exportados cerca de US\$ 3 bilhões. O consumo industrial de fibras de algodão registrado é equivalente a 18% do consumo industrial de todo o mundo, ficando atrás somente da China. Uma parte dos tecidos de algodão é destinada ao consumo interno da indústria do vestuário local e também para a venda no varejo. A combinação da arte tradicional e do moderno *design*, com o apoio da tecnologia, tem produzido grande variedade de tecidos e de outros produtos têxteis.

Destacam-se variedades de tecidos de baixa gramatura para camisaria, com títulos finos e superfinos para produtos clássicos formais e informais, destinados a homens, mulheres e crianças. No segmento de algodão, podemos identificar ainda uma enorme diversidade de produtos têxteis, tais como: tecidos estampados com desenhos de diferentes naturezas, tecidos listrados e xadrezes, tecidos com pequenos desenhos geométricos, popelines, *voiles*, tecidos estampados com flocos em títulos superiores a 2/100s, sarjas, brins, cetins, gabardines, véus com grande variedade de títulos, etc.

Os tecidos de algodão são destinados a grandes mercados do mundo, incluindo EUA, Europa, Extremo Oriente, Mediterrâneo Oriental e países do sul da Ásia. Entre os compradores desses tecidos incluem-se grandes marcas e varejistas internacionais.

A liberalização do comércio mundial tem estimulado a modernização do processo produtivo indiano, tornando a indústria têxtil e de confecção do

algodão cada vez mais competitiva em termos de preço e qualidade.

Produtos artificiais e sintéticos

O setor têxtil de produtos artificiais e sintéticos desenvolve-se em ritmo crescente, na manufatura de fios, tecidos e confeccionados. A Índia produz 1,1 milhão de toneladas de fibras e filamentos artificiais e sintéticos, que são transformados em fios, tecidos e confeccionados, em aplicação pura ou em mistura com outras matérias-primas têxteis. Parte desta produção é destinada ao comércio exterior, registrando-se, em 2003, uma exportação total de produtos manufaturados com fibras e filamentos artificiais e sintéticos de 1,5 bilhões de dólares.

Na gama de confeccionados com fibras artificiais e sintéticas podem ser identificadas diferentes misturas, como poliéster/lã, poliéster/viscose, poliéster/algodão, poliéster/seda, etc, com vários títulos e diferentes estruturas para a produção de calças, jaquetas e outros tipos de manufaturados.

Outro campo para as fibras e filamentos artificiais e sintéticos é o dos tecidos técnicos, exportados para centenas de países. Trata-se de uma indústria competitiva em qualidade e preço em diferentes mercados como o da América do Norte, Europa, Mediterrâneo Oriental, Extremo Oriente, América do Sul e África. Para garantir o crescimento das exportações, tanto quanto do consumo doméstico, o setor de têxteis artificiais e sintéticos está investindo na tecelagem e em outros segmentos capazes de aumentar sua eficiência.

Seda

Durante os anos 1999-2000 e 2000-2001, a exportação de seda apresentou aumentos aproximados de 38 e 30% respectivamente. Em 2001-2002, entretanto, observou-se uma queda de 11%, comparado com o mesmo período do ano anterior.

A Índia é o segundo maior produtor de seda no mundo, produzindo os mais belos e variados tecidos, que são utilizados nas áreas de vestuário

e tecidos para o lar. A gama de produtos atende desde a alta moda até artigos para consumo de massa, do clássico Dupion até as finas Organzas Mulberry, Tuffeta, Crepe, Georgetes, Chiffons, Cetins e Sarjas. As sedas indianas são muito conhecidas e apreciadas por *designers* de todo o mundo.

A Câmara Central da Seda, dirigida pelo governo, tem realizado pesquisas para melhorar a qualidade da seda e melhor atender as expectativas de seus consumidores. Entre as espécies conhecidas, encontram-se a Eri e Muga. A Muga é conhecida pelo brilho dourado, enquanto a Eri tem acabamento fosco e brilho natural, com aparência inigualável.

A Índia exportou 465 milhões de dólares de diferentes produtos de seda em 2002-2003.

Lã

Com uma capacidade de produção anual de 580 milhões de metros quadrados, este setor produz tecidos de lã penteada, malhas de lã, tops de lã e tapetes.

São manufaturados mais de 70 milhões de metros quadrados em tecidos de lã penteada, destinados a uma grande variedade de aplicações nas formas clássicas para homens e mulheres, produzidos principalmente em empresas integradas. Os tecidos de lãs penteadas utilizam lãs finas importadas da Austrália e Nova Zelândia, incluindo Merino, Cashmere, Camelos e outros micro deniers. Estes tecidos são produzidos em 100% lã, e em misturas com poliéster, viscose, linho, seda e com fibras especiais como modal, tencel e lycra em uma grande variedade de títulos e composições, tais como espinha de peixe, xadrezes e listrados.

Além do consumo local, a Índia exporta sua produção têxtil de lã para mais de 100 países, incluindo os da América do Norte, Europa, Extremo Oriente, Mediterrâneo Oriental e Ásia Ocidental.

Linho

É transformado puro ou misturado com outras fibras, para a parte mais seleta do mercado. São produzidos 9 milhões de metros de tecidos de linho nas gramaturas leve, média e pesada, destinados aos mercados básico, de moda e alta moda. Com relação a estrutura e acabamento são

encontrados tecidos na forma de xadrezes, listrados, maquinados, com bio-acabamento e tintos à mão em cores vibrantes. As misturas mais comuns incluem linho/seda e linho/lã.

As fibras de linho são importadas da França e Bélgica. Os principais compradores dos tecidos do linho indiano são Next, Mango, JC Penny e Induyco.

Denim

Com uma produção de mais de 210 milhões de metros por ano, a Índia hoje produz denim com qualidade e com variedade.

A produção de Denim é uma atividade relativamente nova, tendo sido iniciada há pouco mais de duas décadas, estando localizada no setor industrial integrado. As fábricas possuem tecnologias de ponta em tecelagem, acabamento e inspeção de tecidos.

Com sua imensa capacidade de produção de fios de algodão, o suprimento desta matéria-prima é abundante para alimentar as grandes fábricas (*mills*), que são capazes de oferecer ao mercado os mais modernos e inovadores tecidos denim, semelhantes aos produzidos no mercado mundial.

Na categoria de tecidos denim encontramos, desde artigos básicos, com 100% algodão, até aqueles com mistura de tencel, lycra, poliéster e rayon. Ainda são encontradas variedades com elastano, slub, open-end, gabardine em índigo blue, *ring*, *cross-slub*, *cross hatch*, *mercerizados*, *striped*, *checkard*, *brushed*, *soft*, e *overdyed*, entre outros. As grandes variedades de cores incluem fios com tingimento de índigo, *sulphur preto*, *azul light*, *sulphur base*, *classic blue*, índigo blue, tinto, bege, etc.

Em termos de construções, as fábricas indianas de denim produzem uma extensa variedade: *right-hand* sarjado, *left hand* sarjado, *broken* sarjado, zig-zag, *cords*, *chambray*, *oxford*, listrados, cetim, *plain*, 2/1 sarjado e 3/1 sarjado, em todos as gramaturas possíveis, de leves, com 4 onças, a pesados, com 16 onças. Muitas vezes as fábricas também trabalham seguindo especificações de compradores.

A queda das cotas em janeiro de 2005 terá um grande impacto nas exportações indianas de denim.

Malha

A malharia tem se desenvolvido em forma de *clusters* espalhados por todo o país. Os mais importantes ficam em Tirupur, Bangalore, Mumbai, Deli e Ludhiana. Enquanto os quatro primeiros centros são famosos pelos tecidos de malha de algodão, Ludhiana é conhecida pelas malhas de lã. Todos estes centros são focados no mercado exportador.

Em termos de variedades, os tecidos vão do simples jersey até estruturas mais complexas. A grande habilidade em atender às especificações exigidas pelos compradores tem produzido resultados em diversos mercados como os dos: EUA, Extremo Oriente e Mediterrâneo Oriental, entre outros. São grandes clientes a Nike, Lacoste, ST. Michael, Benetton, Jockey, Cabida, Marks e Spencer, C&A, etc.

Estratégias-chave na evolução da Cadeia
Produtiva Têxtil e do Vestuário (CPTV)

Capítulo 6

Estratégias-chave na evolução da Cadeia Produtiva Têxtil (CPTV)

Introdução

A cadeia produtiva têxtil e do vestuário indiana compreende um conjunto de empresas, uma parte das quais que não ultrapassa 4% do total, formada por grandes empresas do setor organizado da produção. A partir daí, os empreendimentos multiplicam-se gerando o que se chama de setor descentralizado, constituído por uma grande quantidade de pequenas empresas de naturezas diferentes. O primeiro grupo utiliza máquinas movidas por energia elétrica, e é formado pelo setor de malharia (19% da indústria têxtil), o setor de *powerloom*, ou de teares automáticos (63% da indústria têxtil), e o setor de confecções. O segundo grupo é formado por máquinas manuais, conhecidas como *handloom* (14% da indústria têxtil) e pelo setor de artesanato em geral.

O que, a primeira vista, parece ser incompatível com os parâmetros de alta competitividade do dinâmico mercado externo (cerca de 400 bilhões de dólares de negócios realizados anualmente), na realidade, constitui-se em um atraente pólo industrial com perfil diferenciado. Completo em termos de cadeia interna de suprimento, gera uma oferta abundante de cores, estilos e bordados, sem paralelo no mundo. O *know-how* desenvolvido ao longo dos séculos atrai grandes marcas internacionais e grandes varejistas, que identificam a Índia como um crescente pólo industrial, com características próprias e vantajosas, tornando-a uma excelente opção para o *outsourcing*.

A indústria têxtil da Índia começou a desenvolver-se em meados do século XVIII, ao longo da Revolução Industrial ocorrida na Europa. Somente após a proclamação da independência do país é que todo o potencial dessa indústria começou a ser explorado iniciando-se seu florescimento. Hoje, a cadeia produtiva têxtil, como um todo, é considerada uma das mais estratégicas, sob os aspectos político e econômico, apresentando os seguintes índices de participação na economia indiana: 14% da produção industrial, 24 a 27% das receitas de exportação, e 90 milhões de empregos diretos e

indiretos. Entretanto, ao longo da história da CPTV indiana, verificam-se algumas iniciativas de políticas industriais que tiveram efeitos antagônicos. Se algumas geraram maior competitividade, outras, por sua vez, levaram à formação de uma estrutura industrial complexa, com fraquezas nítidas e importantes diante das ameaças que se desvendam no horizonte após janeiro de 2005.

Apesar de todos os problemas, a política de planos quinquenais e suas respectivas estratégias permitiram a colocação da Índia entre os dez maiores exportadores de produtos têxteis e confeccionados do mundo. Entre as estratégias desenvolvidas, selecionamos aquelas cujo impacto foi decisivo para o desenvolvimento do atual perfil da cadeia produtiva têxtil indiana.

1- Política de proteção do emprego

O maior objetivo da legislação introduzida após 1947 (ano da independência) foi o de incentivar a criação de micro e pequenas empresas para promover oportunidades de emprego em grande escala, particularmente assegurando a distribuição equitativa de riqueza. Inspirada na estratégia, a política trabalhista protegia excessivamente os trabalhadores, a tal ponto que não permitia a demissão enquanto incentivava a organização sindical, indiretamente promovendo uma cultura de baixas rentabilidade e produtividade. Com alguns ajustes, esta estratégia permaneceu inalterada até o início dos anos 90.

2- Reserva de mercado

Por ser uma expressiva fonte de emprego, a indústria têxtil e de confecção indiana tem sido intensamente regulamentada pelo governo. Decretos e incentivos governamentais têm promovido e protegido as pequenas empresas do setor desde 1950. Empresas com um investimento total, em prédio e máquinas, da ordem de 500 000 rúpias, cerca de 11000 dólares, estavam qualificadas para receber vantagens governamentais. Este valor foi sendo ampliado gradativamente, atingindo dez milhões de rúpias, em 1997, ou cerca de 220 000 dólares.

Um importante componente da política para o setor têxtil foi a reserva de diversos produtos para que fossem fabricados, exclusivamente, por micro e pequenos empreendimentos, denominados SSI (*Small Scale Industry*), apenas podendo ser considerados para as grandes empresas se estivessem destinados à exportação.

Neste contexto, dava-se proteção aos profissionais que atuavam de forma independente utilizando teares manuais, de tal sorte que este segmento permaneceu fortalecido, gerando condições para a rápida expansão de um novo segmento, o de teares automáticos, *powerlooms*, atualmente líder na produção de tecidos planos na Índia.

Todas as evidências comprovam a intenção do governo em fortalecer, sobretudo, o setor de *powerloom*. Seu potencial para gerar empregos nas áreas rurais, mais pobres, assegurava um amplo suporte e apoio das autoridades locais e nacionais. Além do apoio no desenvolvimento de programas de treinamento e nas demais áreas de atuação dos centros de serviços técnicos, o governo prestava auxílio para a modernização das máquinas e incentivava atividades complementares como o tingimento e o acabamento, estimulando, ainda, tecelões a trocarem o trabalho remunerado por empreendimentos próprios.

A essência da intervenção do governo, durante a Índia independente, foi enfraquecer (congelar) a capacidade do setor organizado e retirar os incentivos econômicos para sua modernização. Não é por coincidência, portanto, que a parcela do setor organizado de fábricas têxteis, no total da produção de tecidos, tenha caído de 80%, em 1950, para 35%, em 1980, atingindo um patamar mínimo de 4% em 2002. Por outro lado, a capacidade instalada do segmento de *powerloom* ampliou-se substancialmente como demonstrado na tabela 94.

Tabela 94 - Capacidade instalada do segmento de *powerloom*

Ano	No de teares
1950	24 000
1965	146 000
1985	850 000
2000	1 600 000

Fonte: *Ministry of Textiles.2003*

Sendo talvez uma das mais draconianas dentre todas as políticas industriais do governo, a reserva de mercado para as SSI, além de impossibilitar a expansão e a economia de escala, dificultou a atualização tecnológica do setor organizado. No caso da indústria de confecção, os investimentos para as maiores empresas eram limitados, restringindo-se às SSI. Dessa forma, não se promovia nem a escala nem a modernização.

Para ilustrar este momento, apresentamos um trecho da *Industrial Policy Resolution*, de 30 de abril de 1956:

“... o Estado vem desenvolvendo uma política de apoio à atividade artesanal e às indústrias de pequena escala, restringindo o volume de produção da grande empresa através de diferentes taxas e pelos subsídios diretos. Enquanto essas medidas continuarem prevalecendo, pelo tempo que for necessário, o objetivo da política do Estado será garantir ao setor descentralizado vitalidade suficiente para tornar-se auto-suficiente de maneira que seu desenvolvimento possa ser integrado ao das grandes empresas. O Estado, portanto, concentrará seus esforços em medidas destinadas a fortalecer a competitividade dos pequenos produtores...”

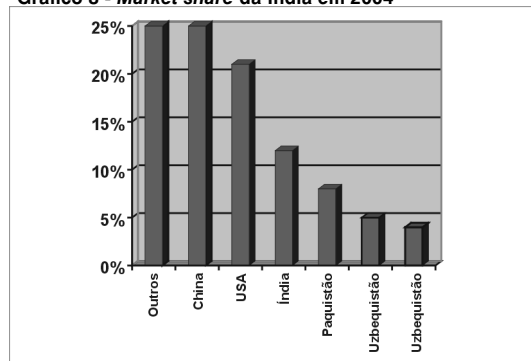
3- Recuperação de empresas em dificuldade (*sick mills*)

Em função da política industrial adotada, a competição entre o setor organizado (*mills*) e o descentralizado, sobretudo o setor *powerloom*, intensificou-se substancialmente. Muitas empresas do setor organizado ficaram à beira da falência, mas não podiam fechar suas portas devido à legislação que protegia o trabalhador. Como consequência, o governo editou o *Sick Textile Undertakings Act of 1974*, cuja essência era preparar e transferir as “empresas doentes”, conhecidas como *sick mills*, para a esfera administrativa do governo, que tentaria sua reorganização e reabilitação. Na mesma época, é criada a *National Textile Corporation Ltd* (NTC), com o objetivo de adquirir, preparar, nacionalizar e tentar salvar as *sick mills*. Em 1990, a NTC já era responsável pela administração de 125 dessas “empresas doentes”.

4- Política de apoio à economia algodoeira

Do mesmo modo que no Brasil, a Índia desenvolveu sua indústria têxtil com base na utilização majoritária de algodão como matéria-prima. A política de apoio à economia algodoeira levou a Índia a ocupar a terceira posição no mundo no que se refere à produção agrícola de fibras de algodão, embora convivendo com sérios problemas no desenvolvimento dessa atividade econômica, tais como baixa produtividade por hectare, excesso de contaminação e pesquisa inadequada. Ao longo dos anos, políticas agrícolas vêm sendo implementadas para solucionar as fraquezas citadas. Com relação à fibra de algodão, o gráfico 8 nos apresenta o *market share* da Índia em 2004.

Gráfico 8 - Market share da Índia em 2004



Fonte: IPTM, 2004

5- Incentivo à produção de outras fibras

Apoio governamental aos empreendimentos destinados à produção de outras fibras, além de algodão, que tornaram a Índia auto-suficiente na maioria dos insumos fibrosos para a cadeia produtiva, diferentemente de outros países exportadores que convivem com as dificuldades próprias de quem não possui uma cadeia completa de suprimentos. A Índia, além de grande produtor de juta, tornou-se, assim o segundo maior produtor de seda do mundo, o terceiro maior produtor de fibras e filamentos de viscose e o quinto maior produtor de fibras e filamentos de poliéster.

6- Hank Yarn Obligation (HYO)

Estímulo ao suprimento de fios na forma de meadas através de regulamentação específica – 50% de toda a produção de fios de algodão, ou majoritariamente de algodão, destinada ao mercado interno, deveria

ser embalada na forma de meada (*hank yarn*), recebendo como incentivo a isenção total do imposto de consumo (*excise duty*), garantindo-se, deste modo, o suprimento de matéria-prima, na forma adequada para o tingimento e outras operações, para as indústrias do setor descentralizado (*artesanato e handloom*), com baixo preço, a fim de que se tornasse viável a produção de tecidos mais baratos. Gradativamente, esta oferta foi sendo também direcionada ao setor de *powerloom* que se beneficiava desta matéria-prima com imposto de consumo nulo, ampliando seu poder de competição com as empresas do setor organizado (*mills*).

Mais recentemente, em 2003, através de uma nova regulamentação conseguiu-se reduzir esta obrigação que passou de 50 para 40% da produção de fios. As fábricas do setor organizado, através de *lobbies*, vêm tentando reduzir ainda mais a exigência do *Hank Yarn Obligation*, sem êxito.

7- Política tributária discriminatória

A política tributária aplicada ao longo dos anos gerou uma estrutura de impostos e taxas no setor têxtil caracterizada por uma grande quantidade de alíquotas e isenções, distorcendo totalmente o padrão de produção. As taxas diferentes para os setores descentralizado e organizado, levavam este último à falta de competitividade. Tudo isto se deu devido ao desejo do governo de proteger as pequenas empresas e o emprego. As excessivas vantagens direcionadas aos pequenos empreendimentos desestimulava o setor organizado de empresas, enquanto incentivava a multiplicação das micro e pequenas empresas, SSI, levando à fragmentação da indústria e gerando distorções no mercado pela competição desleal entre as unidades do setor organizado e o restante da indústria que se beneficiava do modelo de política fiscal e tributária.

As pequenas empresas eram, por consequência, estimuladas a permanecer dentro dos limites de investimento das SSI, o que afetava, desfavoravelmente, a modernização e a obtenção de economias de escala, limitando a competitividade global de toda a cadeia produtiva.

O término do Acordo Multifibras e o novo cenário que será criado com este acontecimento, poderão

estimular o governo indiano a propor medidas que corrigissem as incongruências da política tributária, até então adotada, removendo as principais lacunas do sistema a fim de incrementar a competitividade da Índia nos mercados interno e mundial.

8- Apoio técnico, gerencial e de marketing

Criação do *Office of the Textile Commissioner*, com 13 centros de serviços, e das *Textile Research Associations*, com 15 centros de serviços, que passaram a prestar inestimável apoio ao setor descentralizado de *powerloom*, promovendo programas de treinamento para tecelões, análises laboratoriais gratuitas, consultoria em manutenção de teares e conseqüente aumento de produtividade.

Esses órgãos vêm ajudando às indústrias (SSI e outras) na diversificação das linhas tradicionais de produtos baratos, voltados para o mercado interno, para linhas novas, com produtos potencialmente mais lucrativos. Recentemente, esses centros vêm promovendo serviços de *design* e organizando, localmente, exposições de tecidos e conduzindo pesquisas sobre condições de trabalho, oferecendo assessoria gratuita. Além disso, na construção da estrutura de apoio e desenvolvimento dos demais segmentos da complexa CPTV indiana, foram criadas uma série de outros escritórios, centros especializados, conselhos, órgãos de assessoria, etc.

9- Terceirização

As leis trabalhistas e a política de apoio às SSI e ao emprego levaram as empresas do setor organizado à optarem pela estratégia de terceirização. Alguns empresários passaram a limitar o tamanho das empresas a menos de 1000 operários, para reduzir o impacto das leis trabalhistas, greves e outras ocorrências. Assim, muitas fábricas passaram a destinar parte significativa de sua produção a empreendimentos menores, sub-contratados para minimizar o custo de mão-de-obra direta e, indiretamente, beneficiarem-se, também, dos benefícios concedidos às SSI.

10- Início da modernização

Desde 1990, a CPTV indiana vem experimentando a adoção de novas tecnologias que permitem eliminar os controles manuais pela substituição gradual

por máquinas computadorizadas. Entretanto, a maior parte dos equipamentos ainda é obsoleta, operando com baixas velocidade e eficiência. Nas tecelagens, tanto do setor organizado quanto no setor descentralizado, amplia-se, gradativamente, a importação de teares sem lançadeira para produzir com maior velocidade, tecidos sem defeitos, e portanto, de melhor qualidade, porém, ainda em ritmo não compatível com a evolução, nesta área, já ocorria em outros países da Ásia.

O incentivo é concedido através da redução dos impostos e taxas de importação de bens de capital. O imposto de importação de máquinas, por exemplo, que há alguns anos atrás, situava-se na faixa de 25%, foi reduzido, posteriormente para cerca de 5% (isto significa que em uma compra de cinco milhões de dólares, a economia "ad valorem" é de um milhão de dólares).

Esta estratégia vai, gradativamente, substituindo a anterior, que, ao longo dos anos, tornou a Índia um mercado atraente e procurado, devido à oferta mundial de máquinas usadas e reformadas.

11- Promoção do comércio exterior

Neste caso, a estratégia voltada para o crescimento do comércio exterior pode ser comentada sob os aspectos relacionados às exportações e às importações.

Relativamente à promoção das exportações devemos salientar a estrutura que foi implantada, ao longo dos anos, constituída de diferentes órgãos promotores das exportações, entre os quais podemos destacar:

- a) Handloom Export Promotion Council, Madras.
- b) Apparel Export Promotion Council, Nova Delhi.
- c) Cotton Textile Export Promotion Council, Mumbai.
- d) The Synthetic and Rayon Textiles Export Promotion Council, Mumbai.
- e) Indian Silk Export Promotion Council, Mumbai.
- f) Wool and Woolens Export Promotion Council, Nova Delhi.
- g) Carpet Export Promotion Council, Nova Delhi.
- h) Export Promotion Council for Handicrafts.
- i) Powerloom Development & Export Promotion Council.

A ação desses organismos foi responsável pelo crescimento das exportações, cabendo salientar os seguintes aspectos:

- a) Consolidação da presença e da experiência da Índia nos mercados mundiais contingenciados por cotas, o que lhe confere uma vantagem em relação ao futuro pós-ATV. Enquanto a China, por exemplo, exporta 80% de sua oferta de têxteis e confeccionados ao mercado externo para mercados que não impõem cotas, a Índia destina de 60 a 70% de seus produtos para exportação aos EUA e EU – clientes que adotam as regras do Acordo Multifibra.
- b) Ampliação gradativa da presença da Índia também em mercados que não impõem cotas, como é o caso no Japão, Austrália, países do leste da Ásia, África do Sul e América Latina.
- c) No conjunto, somando-se as exportações para países que impõem cotas e países que não impõem cotas, a estratégia de apoio implementada pelo governo fez com que as exportações crescessem de maneira significativa, passando de 1,7 bilhão de dólares, em 1980, para 12,7 bilhões de dólares, em 2002.

No que se refere às importações, cabe ressaltar as medidas tomadas no início do processo de abertura econômica e que fizeram parte de um programa de reforma implementado desde os primeiros anos da década de noventa. Entre estas medidas, merece destaque especial a redução dos impostos e taxas de importação para tecidos e outros insumos, quando destinados ao processo manufatureiro de confecção, ampliando, deste modo, o valor agregado dos produtos de vestuário fabricados para exportação (*processing trade*). O governo vem procurando balancear os interesses dos produtores de tecidos domésticos, que necessitam do mercado interno, com os interesses de confeccionistas que demandam o livre acesso a uma ampla variedade de tecidos das fontes mais econômicas. A estratégia beneficia os confeccionistas e estimula os produtores de tecidos locais a melhorar o nível e a reduzir o custo de sua produção.

Entre os países asiáticos com os quais a Índia mantém comércio de importação de tecidos de maior valor agregado, encontramos, em primeiro

lugar, o Taiwan, seguido da Coreia do Sul e da China. Além desses países, as confecções indianas costumam recorrer à Austrália quando necessitam de tecidos de lã penteada para a produção de ternos de qualidade. Os países europeus são procurados para o fornecimento de fios de estruturas especiais, sobretudo para a fabricação de artigos de malha.

12- Pólo irradiador de negócios na Ásia (hub)¹

O governo tem se empenhado para transformar a Índia em pólo irradiador de negócios na Ásia (*hub*). Um número cada vez maior de clientes considera que o papel do *hub* é mais apropriado para o país, que não deveria, assim, ser encarado como uma simples oportunidade de *sourcing*. Sozinha, a Índia é capaz de exportar cerca de 14 bilhões de dólares de produtos têxteis e confeccionados e, pelo visto, deverá ampliar muito as suas exportações no futuro. Tão significativo quanto o seu desempenho no mercado externo, é o seu posicionamento como um *hub* na Ásia.

Empresas como H&M, Karstadt-Quelle, Gap, entre outras, já administram suas ações de *sourcing* em países como Bangladesh, Sri-Lanka, Nepal, Indonésia e Tailândia, em conjunto, a partir de seus quartéis gerais situados em Nova Déli. Uma das razões que concorrem para esta estratégia é o fato de muitas empresas dos países asiáticos recrutarem seus gerentes e especialistas na Índia. Esses profissionais têm uma excelente formação técnica e dominam o idioma inglês. Além disso, laços culturais e comerciais ligam, tradicionalmente, a Índia à Ásia.

Finalmente, as dimensões geográficas e o potencial de seu mercado interno, bem como o crescimento de sua CPTV, ampliam as oportunidades para fornecedores externos de fibras, fios, tecidos, acessórios e máquinas, tornando a Índia um atrante mercado, o que, aliado à condição de HUB, torna o país um forte candidato a receber, em breve, grandes volumes de investimentos externos.

13- Ministério da Indústria Têxtil

A Índia, desde cedo, reconheceu a indústria têxtil como atividade econômica vital para o país, tanto

¹ *Hub pode ser traduzido como eixo, pólo ou ponto central.*

sob o prisma social, como geradora de empregos, como pelo potencial de ampliação da riqueza nacional, gerando divisas. A indústria têxtil contou, portanto, com todo o apoio do governo, apoio este que se concretizou através da criação do Ministério da Indústria Têxtil. Este ministério específico para lidar com os problemas deste importante setor, passou a contar, com o tempo, com uma diversificada estrutura organizacional responsável pelo planejamento, coordenação e avaliação das metas e ações propostas, cobrindo as seguintes áreas principais:

- a) Política industrial têxtil e sua coordenação.
- b) Produção de fibras e filamentos químicos.
- c) Indústria têxtil de algodão.
- d) Indústria de juta.
- e) Seda e indústria têxtil da seda.
- f) Lã e indústria têxtil de lã.
- g) Setor descentralizado de *powerloom*.
- h) Promoção da exportação.
- i) Planejamento e análise econômica.
- j) Finanças.
- k) Tecnologia da informação.

O Ministério da Indústria Têxtil, exercendo sua função estratégica, conta com as seguintes unidades organizacionais:

- a) Escritório do encarregado do desenvolvimento do artesanato.
- b) Escritório do encarregado do desenvolvimento do setor de teares manuais.
- c) Escritório do encarregado da indústria têxtil.
- d) Escritório do encarregado do setor de juta.
- e) Doze órgãos de apoio especializado.
- f) Oito associações de pesquisa na área têxtil.
- g) Nove conselhos de promoção das exportações.
- h) Seis órgãos de assessoramento.
- i) Três órgãos autônomos nas áreas de lã, moda e juta.
- j) Quatro órgãos estatutários nas áreas de juta, seda, têxtil em geral e finanças.

14- Planos quinquenais

Utilizados como estratégia de política econômica, podem ser considerados como peça fundamental do desenvolvimento da Índia, a partir da proclamação de sua independência. Os planos quinquenais

foram colocados em prática a partir de 1951, sendo que, em sua primeira fase, podem ser considerados como de inspiração soviética, com características de economias fechadas. A partir de 1990, passaram a sofrer influência de pensamentos liberais que, gradativamente, conduziu a Índia à abertura econômica.

Os planos quinquenais contribuíram muito para o crescimento da cadeia produtiva têxtil indiana, levando o país a uma posição de destaque nessa área econômica, sobretudo se considerarmos o cenário do término das cotas, a partir de janeiro de 2005. No momento, encontra-se em plena execução o décimo plano quinquenal.

15- Organização de clusters

Com uma contribuição de 40% no valor da produção industrial do país e de 35% no valor das exportações de bens finais, as pequenas empresas (SSI) desempenham, como já vimos, um importante papel na economia indiana. Neste setor, destaca-se a existência de numerosos arranjos produtivos (*clusters*) que vêm atuando há várias décadas. Estudos da UNIDO registram a existência de 350 *clusters* de empresas de pequena escala, e cerca de 2000 *clusters* envolvendo pequenos empreendimentos ligados ao artesanato. Estima-se que esses *clusters*, grande parte dos quais integram as atividades da CPTV indiana, contribuem com 60% das exportações de manufaturados da Índia.

Os *clusters*, em geral definidos como concentrações geográficas de pequenas empresas ligadas a uma determinada especialização produtiva, são organizados para lidar com oportunidades e ameaças comuns às empresas, englobando soluções racionalizadas em relação a suprimento, bens de capital, serviços técnicos especializados e serviços administrativos e financeiros, estimulando cooperação inter-empresas, parcerias, cooperação entre instituições públicas e privadas para promover a produção, inovação, desenvolvimento coletivo de RH, comercialização, e suportando outras funções que condicionam a competitividade das empresas.

A organização de *clusters* pode ser considerada como uma estratégia fundamental de suporte à CPTV indiana.

Capítulo 7

Forças e fraquezas da Cadeia Produtiva
Têxtil e do Vestuário (CPTV) indiana

Capítulo 7

Forças e fraquezas da Cadeia Produtiva Têxtil e do Vestuário (CPTV) indiana

Como consequência das estratégias adotadas nos diferentes Planos Quinquenais, a cadeia produtiva têxtil e de confecção da Índia apresenta algumas forças que ampliam a sua competitividade mas, ao mesmo tempo, incorpora algumas fraquezas. O país precisa trabalhar para reduzir o peso dos pontos considerados fracos e fortalecer as áreas consideradas competitivas, não somente para sustentar mas, também, para ampliar sua posição no mapa do mercado mundial, particularmente a partir do próximo ano, quando ocorrerá a liberalização do comércio internacional de produtos têxteis e de confecção. Passaremos, a seguir, a enumerar as forças e fraquezas mais relevantes, decorrentes da análise da cadeia produtiva e do ambiente macro e microeconômico.

Forças

- Disponibilidade de matérias-primas

Muito embora, na cadeia têxtil indiana, o algodão seja industrialmente consumido de forma majoritária, as indústrias beneficiam-se do acesso a uma base denominada “multi-fibra”, que incorpora a produção interna de uma gama de fibras das quais a Índia é um dos maiores produtores do mundo, tais como as fibras químicas, a juta, o linho, a seda e a lã.

- Disponibilidade de mão-de-obra

A cadeia produtiva beneficia-se do acesso a um vasto contingente de mão-de-obra, tanto qualificada quanto sem qualificação, bem como de técnicos e gerentes que complementam a força de trabalho. Na indústria têxtil e de confecção são empregados de forma direta 35 milhões de pessoas, o que corresponde a 11% do total da população economicamente ativa do setor secundário (320 milhões de pessoas).

- Baixo custo da mão-de-obra

Os salários, no setor organizado, são regulamentados pelo *Minimun Wage Act* e variam, no caso de mão-de-obra desqualificada, de 40 a 42 dólares por mês. Para a mão-de-obra qualificada o valor varia

entre 54 a 80 dólares por mês. A mão-de-obra de baixo custo é uma destacada vantagem sustentável a longo prazo na Índia.

- Expressiva capacidade instalada

Considerada um dos países com maior capacidade de produção no mundo, a Índia, em 2003, produziu cerca de 4,1 milhões de toneladas de fios e 42 bilhões de metros quadrados de tecidos.

Seu parque industrial, reconhecidamente diversificado, acumula 39 milhões de fusos e 470.000 rotores, em fase gradativa de modernização, dotando a Índia de uma base de suprimento, mundialmente competitiva, de fios de diferentes naturezas em termos de títulos, misturas e qualidade.

Manufaturados através de um complexo conjunto de equipamentos onde se registra a presença de 1.800.000 teares motorizados e 3.900.000 teares manuais, os tecidos têm sido uma área tradicional de produção, em contínuo desenvolvimento técnico, que se destaca entre os elos da cadeia produtiva. As tecelagens e malharias respondem pela produção de tecidos de diferentes categorias para a manufatura de roupas femininas de alta qualidade, camisaria, ternos de lã penteada, peças de denim, de veludo, de jersey, de malhas retilíneas de lã, além de uma oferta, em crescimento, de tecidos técnicos e de “têxteis para o lar”.

Especialmente adequada à indústria de confecção e outros ramos de indústria que se caracterizam pela intensividade da mão-de-obra de baixo custo, a Índia, no ramo do vestuário, gera uma oferta inspirada nos padrões da moda ocidental e, ao mesmo tempo, nos valores criados pela tradição e cultura do país. São exemplos dessa oferta os bordados, os vestidos com lantejolas e paetês, as camisas de “madrás desbotáveis”, ao lado de “roupas de baixo” de estilos avançados, ternos sociais para marcas renomadas, meias, roupas infantis e uma outra série de itens, que não cabe citar no momento, mas que são o resultado de uma produção diversificada

que vem evoluindo ao longo dos últimos 20 anos em resposta às mudanças no padrão de consumo interno e às demandas do mercado externo.

- *Completa cadeia de suprimento*

Muitos países da Ásia não registram essa força em suas matrizes de análise estratégica. Não é o caso da Índia, cujo setor têxtil e de confecção é altamente diversificado, cobrindo toda a cadeia de suprimento; desde a produção de fibras, passando pela fiação, tecelagem, malharia, tingimento, estamparia e acabamento e pelos elos finais que incluem a confecção de vestuário e de “têxteis para o lar”.

Uma das características da cadeia produtiva indiana é a convivência entre dois setores – o organizado e o descentralizado. No setor organizado da indústria têxtil, também chamado de setor de fábricas (*mills sector*), o fluxo produtivo compreende: 1) fibras, 2) fábricas de fiação, e 3) fábricas compostas (*composite mills*), que incluem a fiação, a tecelagem e, às vezes, o acabamento.

No setor descentralizado, as diversas unidades do sistema dependem e vivem em sinergia com a estrutura local que inclui, sobretudo, fiações, tinturarias, especialistas em acabamento, produtores domésticos de máquinas, centros de serviços, etc. Diversas empresas do setor descentralizado, espalhadas em diferentes regiões do país, evoluíram de unidades com teares manuais, dando emprego aos respectivos tecelões e transformando-se em empresas de pequena escala – SSI. Essas empresas passaram a realizar operações comerciais, associando-se ou interagindo com a produção do setor de *powerloom* e com os processos de tinturaria, estamparia, e acabamento; e, no final, com o setor de atacado.

A este último, o atacado, além de coordenar a cadeia de suprimento, no que tange, por exemplo, às fases de tingimento, estamparia, acabamento, a fim de atender às expectativas dos clientes, passou a caber, também, parte da responsabilidade pelo controle da qualidade. Além da função de integrar os demais elos da cadeia fragmentada, o atacado fica responsável e proporciona a maior parte do financiamento do capital e identifica os clientes, internos e externos, para a compra da produção.

Ao longo desse processo, em evolução, que tem sido alvo das grandes empresas e varejistas internacionais, que colocam a Índia nas suas opções de *outsourcing*, destaca-se o setor descentralizado do *powerloom*, que vem se tornando o detentor da maior parcela de exportação de tecidos e de “têxteis para o lar”.

No fluxo da cadeia produtiva é possível, ainda, identificar oportunidades de suprimento interno nas áreas de acessórios para a confecção, etiquetas, *softwares* e *hardwares*, ou seja, equipamentos de leitura de código de barras e para testes e inspeção. Estes últimos ganham expressão com a crescente necessidade de incrementar os níveis de padronização e qualidade – área de grande interesse dos clientes externos (varejistas e detentores de marca), os quais procuram fortalecê-la, pressionando as respectivas empresas fornecedoras, ou com as quais tenham parceria, para que atualizem e modernizem a sua capacidade instalada e o seu controle de qualidade.

Serviços é outra área em crescimento. Grande oferta de provedores de serviço de diferentes naturezas (de logística, técnicos, consultoria na área legal e financeira, etc) vem estruturando-se em razão da demanda para a melhoria de padrões, produtividade, adequações diversas e outros requisitos de competitividade.

- *Variabilidade de produtos*

O que se percebe na Índia é a crescente competitividade apoiada por competência em *design*, desenvolvimento de produto e comercialização, que ganham o reconhecimento internacional e tornam-se visíveis pela oferta, a cada estação, de uma grande variedade de produtos.

Além da oferta de variada gama de têxteis e confeccionados de algodão e outras fibras vegetais, oportunidades específicas surgem no campo da lã, têxteis de fibras químicas (especialmente tecidos funcionais, tais como os tecidos para a proteção), têxteis industriais como os geo-têxteis, produtos de aplicação na medicina, acessórios diversos para a confecção, etc.

À medida que a cesta de produtos cresce, os varejistas, detentores de marcas e outros importadores

podem explorar oportunidades específicas convenientes a seus negócios. Sobre um ponto, entretanto, eles devem ser aconselhados: “*go beyond the obvious*” (caminhem além do óbvio). Se você, algum dia, realizou a *sourcing* na Índia, não limite sua imagem do passado sobre o que a base de suprimento do país pode produzir. Insista para que seus fornecedores lhe mostrem algo novo em termos de tipo de produto, desenvolvimento de tecido, etc, durante cada encontro de negócios. A estrutura da base de suprimento indiana certamente oferecerá a possibilidade de pequenos e flexíveis lotes de produção bem como a possibilidade de experimentar novos produtos.

- Flexibilidade e baixo lead time

O que se verifica na Índia é a contínua intensificação da flexibilidade em termos de produção, sob o aspecto quantitativo e o reduzido *lead time*. Esta capacidade é especialmente crítica em função da imprevisibilidade do mercado cuja demanda é orientada pelas variações da moda.

Se a fragmentação é um fator negativo para a economia de escala, concorre positivamente para ampliar o grau de flexibilidade da cadeia têxtil indiana. A indústria tem, portanto, a capacidade de produzir tanto os produtos básicos, em larga escala, quanto os produtos de moda em pequenos e mais flexíveis lotes, em termos de tipos de insumos, cores, estruturas, acabamentos especiais, etc.

A capacidade de manufatura presente ao longo da inteira escala de produtos (o que não é comum em outros países exportadores da Ásia) permite às fábricas têxteis e de confecção encontrar quase a totalidade dos insumos e materiais localmente, o que concorre para a redução do *lead time*.

- Preço e qualidade

As forças existentes na cadeia produtiva têxtil da Índia têm lhe permitido competir no mercado mundial, em termos de preço e qualidade; o que pode ser comprovado pela avaliação das exportações do país, cujo crescimento tem sido, no mínimo, à razão de 600 milhões de dólares por ano (aproximadamente 5 %).

- Empreendedorismo dinâmico e vibrante

É uma força cuja origem está vinculada ao histórico envolvimento da Índia na atividade têxtil.

- Know-how e capital intelectual

Esta força, tão importante para a conquista de mercados, pode ser avaliada sob quatro aspectos:

1. Longa e consolidada experiência na arte de produção têxtil desde o século XVIII.
2. Grande habilidade e destreza da mão-de-obra nas técnicas de produção de tecidos e confeccionados. Boa parte das comunidades do país dedicam-se a essa atividade econômica, tanto no aspecto artesanal organizado quanto no industrial, tendo desenvolvido e consolidado, ao longo do tempo, competência e perícia nessa área.
3. Melhoria da gestão tanto sob o ângulo dos recursos humanos (RH) quanto da tecnologia. Para atender às crescentes expectativas dos consumidores, a Índia vem se tornando mais sofisticada no que se refere a práticas, processos e tecnologia de gestão e, para isso, reequipa-se e prepara RH com uma base educacional estruturada na Engenharia e Gestão Têxtil.
4. Convivendo com um crescente mercado de marcas domésticas e o ingresso de grandes empresas que preferem a Índia como fonte de *sourcing*, os estudantes encontram um campo fértil para desenvolver suas competências, dotando o país de um contingente de talentos em gestão. Esses talentos colaboram com a cadeia produtiva local ou são contratados por empresas de categoria mundial como Gap, Nike, Reebok, Tesco, Next, Asda, Wal-Mart, etc.

- Grande mercado interno

Com uma população de 1.065.070.607 de pessoas (julho 2004), o mercado interno indiano é uma força estimulando o crescimento da cadeia têxtil, sobretudo se levarmos em consideração que o consumo doméstico ainda é muito pequeno. A tabela 95 permite avaliar o potencial deste mercado, levando em conta o nível ainda muito baixo do consumo per capita da população indiana.

Tabela 95 - Consumo per capita, em kg por ano, de têxteis e confeccionados - 2002

Mundo	7,0
Países em desenvolvimento	18,0
China	6,5
Paquistão	4,0
Índia	2,5 a 3,0

Fonte: IPTM .2004

O simples aumento de um quilo no consumo per capita anual significa uma demanda extra de mais de 1 milhão de toneladas de produtos têxteis e confeccionados por ano. Em tais condições, um mercado interno dessa natureza, em ritmo de contínua expansão, atua como elemento de alavancagem da cadeia têxtil, mitigando os riscos dos negócios, enquanto as empresas preparam-se para atingir níveis de competitividade que as possibilitem atuar também no mercado externo.

- *Mudança no padrão de consumo*

O potencial de crescimento do mercado interno, que é função do emprego e da renda da população, está ainda relacionado com a mudança de padrões de consumo o que, por sua vez, ajuda a estimular o crescimento da atividade industrial.

Com a expansão da classe média, crescimento da renda e maior exposição às tendências internacionais da moda, o indiano urbano, gradativamente, incorpora novos hábitos, substituindo, por exemplo, o uso da roupa costurada domesticamente pela roupa produzida industrialmente.

Este novo padrão de consumo, entretanto, ainda representa uma parcela do mercado. Estima-se que mais de 50% deste mercado ainda consome as roupas convencionais como o sari, dhoti, salwar, sherwanis, etc, que espelham as tradições étnico-regionais e são, em grande parte, costuradas em casa ou por costureiras e alfaiates.

A parte do mercado que consome as roupas confeccionadas no estilo ocidental encontra-se nas regiões mais avançadas, sobretudo o setor urbano, cuja população apresenta maiores níveis de renda familiar. Os jovens são os primeiros a absorver com grande dinamismo os conceitos ocidentais do vestuário. Os mais velhos resistem.

Esta parte mais avançada do mercado, a urbana, é extremamente sensível às variações da moda e ao uso de marcas, o que concorre para o desenvolvimento da indústria de confecção, da distribuição e das estratégias de comercialização.

Além da produção e de marcas nacionais, já se pode encontrar no mercado uma quantidade razoável de oferta oriunda do exterior. Famosas marcas internacionais estão presentes na Índia, tais como, Benetton, Lacoste, Levi Strauss, Crocodile, Dockers, Lee, Wrangler, Nike, Reebok, Adidas, Zegna, Marks & Spencer, etc. No setor de comércio, ocorre um *boom* de desenvolvimento, cuja expansão vem ocorrendo a passos largos, ano após ano, em decorrência do crescimento da infra-estrutura do varejo, isto é, das atraentes ruas de comércio (*mall space*).

- *Crescimento econômico*

A Índia possui uma das economias que mais crescem no mundo. Seu Produto Interno Bruto (PIB) vem se expandindo, ao longo de diversos anos, numa média de 5 a 6% ao ano, melhorando a prosperidade da população e, como consequência, estimulando a demanda e oferta dos bens de consumo e, em particular, dos têxteis e confeccionados.

- *Cadeia têxtil estratégica*

Considerada, desde as épocas mais remotas da história indiana, atividade econômica chave para prover o emprego e suprir uma das necessidades básicas do povo, a cadeia têxtil, mais recentemente, passou a atuar também como atividade econômica geradora de riquezas, através da comercialização de seus produtos no exterior. Por essas razões, sempre foi considerada estratégica para a nação, recebendo apoio integral do governo através de uma diversificada estrutura encabeçada pelo Ministério da Indústria Têxtil.

Este aspecto estratégico da cadeia têxtil é potencializado pela atual política econômica, quando planeja e desenvolve ações a fim de ampliar as vendas externas de produtos têxteis e confeccionados do atual nível de 14 bilhões de dólares anuais para cerca de 50 bilhões de dólares, em 2010.

Fraquezas

- Economia algodoeira com diversas deficiências

O rendimento da produção de algodão na Índia, cerca de 300 quilos por hectare, é muito baixo quando comparado com a média mundial, que gira em torno de 560 quilos por hectare; o índice alcançado pela China é algo em torno de 1.000 quilos por hectare, enquanto a Turquia chega a atingir perto de 1.200 quilos por hectare.

Segundo o ITMF, o algodão indiano encontra-se entre os mais contaminados do mundo; reflexo das deficiências do país em termos de manuseio da fibra e de obsolescência das máquinas nas operações de colheita, descaroçamento e prensagem.

Até recentemente, não existiam muitas informações disponíveis sobre a utilização dos recursos da *Cotton Technology Mission – CTM*. É importante frisar que o rendimento no campo e a qualidade da fibra precisam ser melhorados com o objetivo de ampliar-se a competitividade de outros elos da cadeia, responsáveis pela produção de fios, tecidos e confeccionados (“têxteis para o lar” e vestuário).

A perspectiva da gestão da cadeia de suprimento é bastante crítica quando se pensa em P&D na área de algodão. A *Cotton Incorporated* dos Estados Unidos aborda a fibra com uma visão voltada para o produto final e, nesta perspectiva, desenvolve os programas de pesquisa. Este princípio, também seguido por alguns outros países produtores, é bom e deveria ser seguido pela Índia.

- Absenteísmo e baixa produtividade

Os níveis de absenteísmo na Índia são considerados altos para os padrões asiáticos. Um dos estudos sobre o assunto estima que, na Ásia, o nível médio do absenteísmo situa-se na faixa de 5 por cento, enquanto que na Índia chega a atingir 13%.

Quanto à produtividade na Índia, pode-se afirmar que ela é menor do que a da maioria dos competidores do leste e sudeste da Ásia. Quando se faz uma comparação com os Estados Unidos, considerando o segmento de confecção, intensivo em mão-de-obra obtém-se o seguinte: a indústria indiana opera a 35% do nível de produtividade americana, enquanto que

na China, o índice atinge 55% (cerca de duas vezes maior). Incluindo-se o setor de alfaiataria, muito expressivo na Índia, sua produtividade chega a ser de 16% em relação ao índice alcançado pelos Estados Unidos.

- Fragmentação

As forças da Índia são neutralizadas, até certo ponto, pela estrutura industrial do país. O setor têxtil e de confecção é dominado por um amplo número de pequenos produtores. Pode-se dizer que a CPTV indiana é altamente fragmentada, com exceção da fiação; considerada uma grande força dentro da cadeia. O segmento de fiação orientado para a exportação é internacionalmente competitivo e constituído, em sua maioria, de médias e grandes empresas, tecnologicamente sofisticadas.

O setor de tecelagem é predominantemente descentralizado e composto, além do artesanato, por três segmentos: (1) as pequenas empresas de *handloom*; (2) as pequenas empresas de *powerloom* e (3) o segmento organizado ou *mills*. O setor de malharia, por sua vez, é constituído, na sua maioria, por micro e pequenas empresas.

Para se ter uma idéia do grau de fragmentação da CPTV indiana, basta saber que existem cerca de 1.500 fiações no setor organizado, de escala significativa, e acima de 280 fábricas compostas, verticalmente integradas, envolvendo a fiação, tecelagem e acabamento. Além disso, existem cerca de 1.000 pequenas unidades de fiação, 200 tecelagens pequenas e um número estimado de 350.000 micro empresas de *powerloom* e um número considerável de micro unidades de *handlooms*, além de micro-artesanatos.

Por sua vez, o setor de confecção é também altamente descentralizado, principalmente devido à reserva de mercado para as SSI. Das 77.000 fábricas conhecidas, 80 por cento operam na categoria de pequena empresa.

Em termos de produção, o conjunto de empresas que constitui a indústria têxtil indiana apresenta os resultados registrados na tabela 96.

Tabela 96 - Produção de tecidos (2002)	
Setor	Produção (bilhões m2)
Setor de mills	1,5
Handloom	7,5
Powerloom	25,2
Malharia	7,0
Total	42,0

Fonte: Índia. Ministry of Textiles. 2003

Se, por um lado, a CPTV indiana é, hoje, um reflexo das estratégias do passado e apresenta-se complexa, composta de diferentes segmentos interligados e concorrentes, gerando uma séria dificuldade para que economias de escala sejam atingidas, por outro, permitiu o desenvolvimento de alguns fatores que contribuem para a competitividade, como a flexibilidade, o *design*, oriundo das raízes culturais, e o *know-how* técnico aprimorado ao longo dos anos.

- Tributação e regulamentação

De um modo geral, as políticas tributárias e regulatórias foram concebidas para beneficiar as micro e pequenas empresas com prejuízo das médias e grandes empresas do setor organizado.

- Baixa modernização

A CPTV indiana vem experimentando sucessivas fases de crescimento desde a proclamação de independência do país. A Índia vem ocupando, juntamente com a China, as primeiras posições mundiais em termos de capacidade instalada para produzir fios e tecidos.

Apesar de ser o melhor segmento, o setor de fiação mantém cerca de 20 por cento de capacidade ociosa e mais de 70% de seus fusos, para a manufatura com fibras curtas, possuem mais de 10 anos de idade.

No segmento de tecelagem a situação é pior, em termos de desatualização tecnológica. Perto de 4 milhões de teares, dos 5,6 milhões existentes no país, são manuais e apenas 1,3 por cento dos restantes são teares sem lançadeira. No período de 1978 à 1997 (20 anos), enquanto a China e o Taiwan importaram, respectivamente 86.000 e 105.000 teares sem lançadeira, a Índia, no mesmo período, adquiriu apenas

13.000 desses teares, o que revela o atraso indiano quando se fala de modernização.

- Fatores de custo desfavoráveis

A Índia convive com alguns fatores de custo que precisam ser trabalhados no sentido de reduzir seu impacto negativo, o que permitirá ao país ampliar a competitividade da cadeia produtiva. Veja tabela 97.

Tabela 97 - Fatores de custo				
Fator	Unidade	Custo		
		Brasil	China	Índia
Energia elétrica	Dólares por kwh	0,031	0,066	0,084
Juros	%	17,0	5,5	14,0
Tarifas de importação	% ad-valorem	17,5	6,0	25,0
Água	Dólares por m³	0,14	0,18	0,79

Fonte: ITMF. 2004

- Investimentos externos irrisórios

Assim como na economia como um todo, a Índia tem atraído baixos investimentos externos quando comparada a outros países, como mostra a tabela 98. No caso da cadeia produtiva têxtil o valor dos investimentos externos tem sido irrisório.

Tabela 98 - Investimentos externos - 2001	
País	Investimentos externos (bilhões de dólares)
Estados Unidos	125,0
Reino Unido	54,0
China	47,0
Brasil	22,0
Índia	3,4

Fonte: UNCTAD.2004

- Inadequação a normas e padrões

Baixa conscientização em termos de padrões de processos relativos ao trabalho infantil e à preservação do ambiente e, embora em menor grau, em termos de normas de qualidade do produto.

- Baixo valor de exportação

A exportação é majoritária nos nichos de baixo valor agregado (produtos básicos).

- Infra-estrutura deficiente

Existem gargalos de infra-estrutura onerando os custos. Energia elétrica, água, telecomunicações, estradas, ferrovias, portos, etc, quando colocados

em situação de deficiência, representam custos adicionais que, indiretamente, afetam a competitividade das firmas.

- Legislação trabalhista desfavorável

À guisa de coibir demissões, a não-existência de uma política trabalhista atualizada pode parecer “pró-emprego” mas, na realidade, ela desencoraja os investimentos que são efetivamente os que criam e mantêm empregos.

- Indústria de bens de capital em decadência

A Índia tem aproximadamente 20 produtores de máquinas e acessórios para a fiação, tecelagem, texturização e acabamento. Entretanto, a maior parte das máquinas são importadas da União Europeia, Estados Unidos, Coreia e Japão.

A indústria de bens de capital para a cadeia produtiva têxtil chegou a registrar uma produção de 330 milhões de dólares em 1997. No ano 2000, o valor da produção, em queda, atingiu apenas 245 milhões de dólares.

- Zonas de processamento de exportação

Também conhecidas como Zonas de Livre Comércio, foram criadas, em número de 7, nas localidades de Kandla, Santa Cruz, Falta, Madras, Noída, Cochin e Visakhapatnam. Estimularam, sobretudo, os investimentos voltados para a exportação nas áreas de alta-tecnologia, jóias, indústria farmacêutica, couro, alimentos e outros. Não são registradas vantagens em favor da CPTV, resultantes desta iniciativa.

Capítulo 8

Competitividade da Índia nos mercados

Capítulo 8

Competitividade da Índia nos mercados

Optamos por fazer uma análise de competitividade da Cadeia Produtiva Têxtil e de Vestuário (CPTV) indiana pré-selecionando três temas. No primeiro deles, analisamos a competitividade das indústrias têxteis de Índia, China e Brasil, tomando como base o custo de produção e o custo total de fios e tecidos. No segundo tema, abordamos a “competitividade de exportação” de produtos indianos nos seus dois maiores mercados - o mercado norte-americano e o da Comunidade Européia, selecionando, para análise, algumas categorias de produtos predominantemente de algodão, pois sabemos que na Índia a produção têxtil ainda se faz, majoritariamente, utilizando esta fibra. Finalmente, no terceiro tema, mostramos a posição ocupada pela Índia nas exportações mundiais de todas as dez categorias de produtos têxteis e nas três categorias de produtos confeccionados.

Tema 1: Estudo comparativo de custo nas indústrias têxteis de Índia, China e Brasil

Nos dias atuais, os números mostram a ocorrência de uma ampliação no suprimento mundial de produtos do chamado “setor primário” da cadeia têxtil – fiação, tecelagem e malharia verificando-se, em consequência, um aumento na concorrência. Este fato deve-se ao contínuo processo de reestruturação e modernização das fábricas nos países produtores e fornecedores de fios e tecidos, tornando a indústria têxtil primária cada vez mais intensiva em capital e muito sofisticada.

Um estudo anual, realizado pela *International Textile Manufacturers Federation* – ITMF, permite uma avaliação do nível de competitividade de empresas situadas em países da América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia, estando incluídos, entre os mesmos, a Índia, China e Brasil.

Devemos ressaltar que algumas condições que cercam o referido estudo sugerem algumas limitações aos seus objetivos por terem sido estabelecidas teoricamente, podendo não ocorrer na realidade, no âmbito da concorrência internacional.

Segundo os resultados, o nível tecnológico encontrado é igual para todos os países, podendo ser

considerado como o mais atual que se encontra no mercado de máquinas. Os fatores de custo considerados são: mão-de-obra, encargos, horas de trabalho, energia elétrica, edifícios, depreciação de máquinas, acessórios e edifícios, tarifas e impostos de importação de máquinas, juros de capital, matéria-prima, água, vapor, goma, combustível, manutenção, material auxiliar (peças de reposição, lubrificante, materiais de limpeza, etc.), espaço ocupado pelas máquinas, qualidade da matéria-prima, eficiência da mão-de-obra e resíduos.

Não são considerados os custos administrativos, planos de incentivo, transporte e seguros, tarifas e impostos de importação e exportação de produtos acabados, bem como, fatores situados fora da dimensão do custo.

A produção das máquinas e os produtos fabricados são idênticos para todos os países considerados, utilizando-se como matéria-prima básica o algodão e as fibras e filamentos de poliéster.

Portanto, ao utilizar-se tecnologia comum para produtos idênticos, a quebra do cálculo em diferentes elementos de custo, permite avaliar a importância relativa e a influência desses elementos no custo de manufatura e no custo total.

Nestas condições, podemos encontrar na tabela 99 uma síntese conclusiva das informações do estudo, em que os países são classificados por ordem decrescente dos custos determinados.

Tabela 99 - Posição de Índia, China e Brasil em relação ao custo de manufatura e custo total

Produto	Custo de manufatura			Custo total		
	Índia	China	Brasil	Índia	China	Brasil
Fio de anel	2 ^a	1 ^a	4 ^a	1 ^a	4 ^a	2 ^a
Fio open end	2 ^a	1 ^a	4 ^a	1 ^a	5 ^a	2 ^a
Fio texturizado	2 ^a	1 ^a	4 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a
Tecido de fio de anel	3 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a
Tecido de fio open end	3 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a

Tabela 99 - Posição de Índia, China e Brasil em relação ao custo de manufatura e custo total (continuação)

Produto	Custo de manufatura			Custo total		
	Índia	China	Brasil	Índia	China	Brasil
Tecido de fio texturizado	4 ^a	1 ^a	1 ^a	4 ^a	1 ^a	2 ^a
Malha de fio de anel	2 ^a	1 ^a	5 ^a	1 ^a	2 ^a	2 ^a
Malha de fio open end	2 ^a	1 ^a	5 ^a	1 ^a	4 ^a	2 ^a
Malha de fio texturizado	2 ^a	1 ^a	5 ^a	4 ^a	1 ^a	3 ^a

Fonte: ITMF, 2004

Considerando apenas o custo de manufatura, a China aparece como mais competitiva (menores custos) em sete categorias de produtos, enquanto o Brasil é mais competitivo em três categorias. Neste caso, a Índia não assume nenhuma primeira posição.

Quando se considera o custo total, no qual se inclui o custo da matéria-prima, a Índia é a mais competitiva em quatro categorias de produtos, seguida da China, mais competitiva em três categorias, e do Brasil, mais competitivo em duas categorias.

Deixando de considerar a matéria-prima, cuja incidência no custo total é a mais significativa e varia de 50 a 66% na fição, de 77 a 82% na texturização, de 20 a 42% na tecelagem e de 44 a 63% na malharia, podemos avaliar, no quadro 1, quais são os custos-chave no caso de Índia, China e Brasil, por sua parcela de participação no custo total e, conseqüentemente, no nível de competitividade.

Quadro 1 - Custos com maior impacto negativo na competitividade

País	Custos mais impactantes
Índia	Energia, depreciação, juros
China	Energia, depreciação, materiais auxiliares
Brasil	Juros, depreciação, materiais auxiliares

Fonte: ITMF (2004)

Tema 2: Competitividade da CPTV indiana nos mercados dos Estados Unidos e da Comunidade Européia

O êxito dos negócios na cadeia têxtil depende de diversos fatores. Dentre eles, pelo menos três podem ser consideradas como muito importantes. O primeiro, ligado às vantagens comparativas locais, como custo de mão-de-obra, energia

e outros elementos fundamentais para a formação do custo total.

O segundo, caracterizado pela "diferenciação", tem uma influência grande no valor agregado e, portanto, no preço e em outros fatores ligados às expectativas dos clientes e às preferências dos consumidores, como o *design*, o prazo de entrega, a confiabilidade, a marca, os padrões comparativos em relação à ética no trabalho e ao controle ambiental, etc.

O terceiro fator, decisivo no caminho necessário para a transformação da capacidade competitiva em desempenho de exportação, está ligado a elementos externos à empresa, como, por exemplo, as condições de acesso ao mercado definidas através de cotas, tarifas de importação, acordos regionais, acordos de acesso preferencial, regras de origem e todas as outras que podem interferir nas vendas e no êxito dos negócios.

A Índia concentra seus negócios da cadeia têxtil sobretudo nos segmentos em que possui vantagens comparativas locais, competindo por diferenciação em uma pequena parcela de artigos têxteis. Quanto à possibilidade de transformar seu poder de competitividade em vendas, a Índia encontra-se em situação de contingenciamento por cotas em seus dois principais mercados.

O desempenho comercial da Índia pode ser demonstrado pelas mudanças ocorridas na parcela de participação nos mercados e no valor de exportação, num determinado período. Um produto é considerado "competitivo em exportação" quando:

1. A taxa de crescimento do valor unitário do produto exportado excede a média da taxa de crescimento do valor unitário do mesmo produto exportado por todos os outros concorrentes no mercado considerado e no mesmo período.
2. A taxa ou parcela de participação do produto cresceu no período considerado.

O uso deste critério de dupla avaliação permite classificar os produtos exportados em 4 categorias:

- Produto *leader*
- Produto “ganhador” (*gainer*)
- Produto “perdedor” (*looser*)
- Produto “fora do mercado” (*outlier*)

A tabela 100 apresenta as condições para a classificação dos produtos, permitindo saber se são “competitivos em exportação”, tendo em vista o desempenho alcançado pelos mesmos no período considerado para a análise.

Tabela 100 - Classificação de produtos no mercado de exportação			
% de participação no mercado	% de crescimento do preço unitário		
	Maior que a média		Menor que a média
% de participação no mercado	aumentou	leader	perdedor
	diminuiu	ganhador	fora do mercado

Fonte: *Export Competitiveness of Indian Textile and Garment Industry*, Samar Verma - 2002

A partir da análise de desempenho de produtos indianos de algodão nos mercados dos Estados Unidos e da Comunidade Européia, no período de 1995 a 2000, foi possível chegar às seguintes conclusões:

Estados Unidos

Foram considerados “*leaders*” as seguintes categorias de produtos:

- CAT. 239 (roupas e acessórios de crianças)
- CAT. 336 (vestidos de algodão)
- CAT. 341 (camisas de tecido plano de algodão - masc.)
- CAT. 347 (calças – masc.)
- CAT. 362 (roupas de cama)
- CAT. 363 (felpudos, toalhas de banho)

Algumas outras categorias de confeccionados são consideradas *gainers* ou *losers*. As demais categorias analisadas de acordo com o seu desempenho no período de 1995-2000 são todas consideradas “força do mercado”.

- CAT. 218 (tecido tinto de algodão)
- CAT. 219 (lona)
- CAT. 225 (denim)
- CAT. 313 (tecido para lençol)
- CAT. 317 (sarja)

Comunidade Européia

São “*leaders*” as seguintes categorias de produtos

- Fios de algodão
- Fios de fibras químicas
- Toalhas de mesa
- Blusas de tecidos planos
- Casacos de tecidos planos
- Ternos de tecidos planos

Algumas outras categorias foram consideradas “*gainers*” ou “*losers*”, e a categoria “tecidos de fibras químicas” apresentou um péssimo desempenho e foi considerada “fora do mercado”.

Como era de se esperar, a “competitividade de exportação” varia em função do mercado. O que é importante dizer, é que a baixa competitividade resultante da análise no período 1995-2000 apresentada nos Estados Unidos pelas categorias de produtos 218, 219, 225, 313 e 317 e na Comunidade Européia pelos tecidos de fibras químicas, significa que a participação desses produtos vem declinando, de forma significativa, nos respectivos mercados, e que esses produtos não apresentam sinais de investimentos nos processos de manufatura que possibilitem o aumento de seu valor agregado, fato este que merece atenção especial nas políticas industriais voltadas para o futuro.

Tema 3: Competitividade da Índia no mercado mundial

Tomando como base as exportações mundiais da produtos têxteis e confeccionados (tabela 101) no ano de 2002, selecionamos o país assinalado como o maior exportador do mundo e registramos a colocação alcançada pela Índia nesses produtos.

Tabela 101 - NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul - capítulos 50 a 63	
Capítulo	Descrição
50	Seda (casulos, fios e tecidos planos)
51	Lã, pêlos finos ou grosseiros, fios e tecidos de crina
52	Algodão (fibras, fios e tecidos planos)
53	Outras fibras vegetais, fios de papel e tecidos de fios de papel
54	Filamentos sintéticos ou artificiais (filamentos e tecidos planos)
55	Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas (fibras, fios e tecidos planos)
56	Pastas, feltros e falsos tecidos, fios especiais, cordéis, cordas e cabos, artigos de cordoaria

Tabela 101 - NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul - capítulos 50 a 63 (continuação)

Capítulo	Descrição
57	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de materiais têxteis
58	Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, passamanarias, bordados
59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis
60	Tecidos de malha
61	Vestuário e seus acessórios de malha
62	Vestuário e seus acessórios de tecidos planos
63	Outros artefatos confeccionados, não vestuário

Fonte: *Tarifa Externa Comum (TEC). 2004*

Tabela 102 - Posição da Índia no mercado mundial

Capítulo	1ª Posição		Índia	
	País	Exportação (US\$ milhões)	Posição	Exportação (US\$ milhões)
50	China	767	3ª	270
51	Itália	2.328	23ª	55
52	China	4.894	5ª	2.710
53	China	501	6ª	118
54	China	3.663	12ª	698
55	China	2.523	14ª	604
56	Alemanha	1.747	27ª	51
57	Bélgica	2.028	5ª	615
58	China	1.155	15ª	138
59	Alemanha	1.545	26ª	48
60	Coréia	2.700	25ª	33
61	China	15.783	8ª	2.375
62	China	20.582	6ª	3.336
63	China	4.394	2ª	1.263

Fonte: *IPTM. 2004.*

Como se pode verificar na tabela, a China é *leader* nas exportações de nove das treze categorias consideradas. A Índia apresenta o seguinte desempenho.

- Em termos de posicionamento, é a 2ª colocada nas exportações de têxteis para o lar (CAT.63,).
- Em termos de valor exportado, seu melhor resultado foi em vestuário de tecidos planos (CAT. 62), com 3,3 bilhões de dólares.
- É muito competitiva nas categorias 50, 52, 53, 57, 61, 62 e 63.
- A Índia é pouco competitiva nas categorias 51, 56, 59 e 60.

Capítulo 9

Posicionamento estratégico com foco no futuro

Capítulo 9

Posicionamento estratégico com foco no futuro

Estamos vivendo num mundo globalizado onde podemos perceber um grande esforço de liberalização do comércio, sob a ação reguladora da Organização Mundial do Comércio (OMC). Podemos afirmar, sem receio, que o mundo está mudando e continuará mudando. Este é um fato irreversível. Não há como voltar atrás.

Neste novo mundo “sem fronteiras”, apenas aqueles que se adaptarem sobreviverão. A reorganização da cadeia produtiva têxtil Indiana é, portanto, imperiosa e se fará, à luz de diferentes fatos, os quais passamos a relacionar, antes de apresentarmos a nova política industrial elaborada no ano de 2000.

1. Na Índia, a demarcação entre mercado interno e mercado externo deverá desaparecer. Esta é a essência do mundo sem fronteiras. A capacidade competitiva deve ser global, mesmo que suas fontes repousem em fatores locais.
2. A indústria têxtil e de confecção indiana é atrassada devido ao seu próprio peso. Compete a duras penas no mercado externo. Se não se adaptar, não será capaz de competir nem no mercado doméstico aberto de amanhã.
3. Uma das projeções do mercado mundial de têxteis aponta para um valor de 530 bilhões de dólares, em 2005, dos quais, 360 bilhões de dólares são relativos à confecção.
4. Na Ásia, a China, Indonésia e Tailândia estão reajustando suas indústrias têxteis e de confecção, de modo que os pólos de crescimento da cadeia têxtil tradicional deverão se deslocar para a Índia e outros países vizinhos. Entretanto, com o aumento dos salários previsto para ocorrer no médio e longo prazo, as vantagens competitivas baseadas no custo do trabalho, desaparecerão.
5. No mundo desenvolvido, sempre há mercado para os produtos especializados, desde que guardem identidade e qualidade.
6. Dentro do espírito do multilateralismo, a liberalização do comércio orquestrada pela OMC, convive com situações antagônicas, como os blocos regionais, os acordos de preferência tarifária, as barreiras não-tarifárias e as ações *anti-dumping*.
7. Um grande crescimento da CPTV indiana significa oportunidade de criar inúmeros empregos, posto que a relação capital/emprego nesta indústria é mais favorável do que em outras.
8. O governo nacional pode criar um ambiente propício ao desenvolvimento. Cabe às empresas aproveitar a oportunidade e criar vantagens competitivas próprias.
9. Para não ver estagnado o nível de exportação, as empresas terão que reduzir custos, ampliar o portfólio de produtos, submeter-se ao exercício da gestão de relacionamento com os clientes e usar a tecnologia da informação para aumentar a eficiência dos negócios.
10. A vantagem competitiva envolve toda a cadeia de valor. A empresa é um conjunto de relações entre os diferentes atores da cadeia. Terá sucesso quem souber otimizar essa relação.
11. A vantagem competitiva nasce fundamentalmente da melhoria, inovação e mudança. Estratégia não é uma dimensão constante. Como ferramenta, só é efetiva, se for continuamente aperfeiçoada.
12. As empresas do setor têxtil devem identificar seus clientes na indústria de confecção e não nos varejistas de tecidos, como acontece hoje na Índia.
13. O padrão de exportação da China é um exemplo para o mundo: confeccionados, e não têxteis, são a oportunidade do milênio nos mercados externo e interno.
14. Considerando o seu pequeno tamanho em relação às empresas do setor organizado, as SSI do setor de *powerloom* podem forjar uma importante relação com as grandes empresas, atuando como tercerizados na produção de pequenos lotes, cabendo o controle de qualidade dessa produção às empresas de grande porte.
15. As fábricas de acabamento (*processing houses*), onde o valor adicionado é substancial, constituem também o elo mais fraco da cadeia.
16. Juntos, os setores de *Poweloom* e de Acabamento devem intensificar o seu trabalho integrado, nas relações de longo prazo, através de uma solução muito difundida na Índia, que é a organização em *Clusters*.

17. Desde que são as firmas, e não os países, que competem, a obrigação do Governo é criar um ambiente nacional que estimule a livre competição e o desenvolvimento de empresas de classe mundial.
18. Não há incentivos para operar empresas no setor organizado pois, a política fiscal discriminatória obstrui a concorrência. A reserva de mercado para as SSI não faz mais sentido.
19. Uma nova versão de consumidor amarra as compras à qualidade e à ética. Esta fase, chamada de "pós-consumismo" é caracterizada pela meticulosa escolha do produto, redução da lealdade à marca e crescente demanda por alta qualidade combinada com o perfil das empresas produtoras, levando em conta padrões corporativos éticos e ambiente corporativo responsável. A rede mundial de comunicação, por sua vez, trata de pressionar as corporações que se colocam à margem dessas preferências. O "*clean clothes movement*", nos Estados Unidos, vem gerando impacto nos padrões de trabalho e ecológicos de países como El Salvador, Mauritius, China e até Índia.
20. O acordo sobre têxteis e confeccionados (ATV) deverá abolir todas as restrições de cotas em 2005. Isto abre o leque de oportunidades para a expansão das exportações oriundas dos países menos desenvolvidos. Entretanto, há um aspecto a ser ressaltado: embora as cotas venham cumprido um papel restritivo, ao mesmo tempo elas representam garantias de mercado, protegendo assim os países menos competitivos. Está é a questão a ser enfrentada depois de 2005.
21. O setor de confecção Índiano é vital e deve sofrer mudanças radicais tendo em vista as alterações que ocorrem no ambiente do comércio internacional com o término do acordo multi-fibras e as regras da OMC.
22. A indústria de juta apresenta muitos problemas, destacando-se a competição com os sintéticos, o aumento do custo do trabalho, o obsolescência das máquinas e baixo lucro.
23. O setor de *handloom* é conhecido pela hereditariedade e tradição de excelente artesanato. Provê emprego em quantidade, sobrevive e cresce devido às suas próprias forças como flexibilidade de produção em pequenas quantidades, abertura à inovação, baixo nível de capital e imensa possibilidade de estruturas de tecidos. Extraordinária atividade artística e artesanal, sua proeminência decorre de temas nacionais e do folclore incorporados pelo *design*, gerando possibilidades múltiplas de expressão na forma de tecidos que só podem ser fabricados manualmente. É responsável por uma exportação anual de 2,2 bilhões de dólares. O governo deve oferecer ajuda ao setor através de subsídios diretos e não através de leis como a do *Hank Yarn Obligation*.
24. A indústria de malharia teve seu crescimento acelerado na última década devido à expansão das roupas de malha no setor de confeccionados e da utilização da malha no setor de têxteis para o lar.
25. O segmento de têxteis para o lar ganha *status* na Índia em virtude de ocupar a mais alta posição na cadeia têxtil de valor, juntamente com o vestuário.
26. Vantagens comparativas locais não garantem transformar competitividade em exportação. Isto depende do que vem depois (acordos regionais bi-laterais, barreiras não tarifárias, ações *anti-dumping*, etc).
27. Juntos, governo e empresas, devem criar um sistema de monitoramento para o comércio exterior, que esteja permanentemente "ligado" às mudanças.
28. Em face das mudanças nos mercados, somente a parceria entre o governo e as empresas será capaz de criar respostas efetivas, levando a cadeia têxtil a um futuro lógico.

Política Têxtil Nacional – 2000

A política industrial traçada para o período 2000-2006 foi concebida e apoiada tendo em vista:

1. Expandir o emprego através do incentivo ao crescimento da indústria, canalizando os esforços para a região nordeste do país.
2. Fortalecer a indústria para que a mesma possa enfrentar as pressões de aumento das importações, mantendo, assim, uma presença dominante no mercado doméstico.
3. Criar facilidades para que a indústria possa alcançar e manter uma posição internacional proeminente na manufatura e exportação de têxteis e confeccionados.

4. Liberalizar controles e regulamentos de modo que os diferentes elos da cadeia produtiva possam atuar num ambiente de maior competitividade.
5. Apoiar a indústria na construção de um parque de manufatura no “estado de arte”, em conformidade com os padrões de controle ambiental e, para este fim, incentivar tanto os investimentos externos diretos quanto a pesquisa e o desenvolvimento no setor.
6. Integrar a tecnologia da informação (TI) como elemento fundamental na cadeia de valor da produção têxtil e de confecção, criando os meios para que a indústria possa atingir padrões internacionais em termos de qualidade, *design* e marketing.
7. Desenvolver uma forte base de suprimento “multi-fibra” que atenda à diversificação e melhoria do produto.
8. Sustentar e fortalecer o conhecimento, a experiência e a habilidade tradicional dos artesãos e tecelões.
9. Desenvolver as competências (habilidades, conhecimentos e atitudes) dos Recursos Humanos, dando ênfase especial àqueles que atuam no setor descentralizado da indústria e, com este propósito, revitalizar a estrutura institucional.
10. Envolver e assegurar a parceria e a cooperação ativa do governo do estado, instituições financeiras, empresários, fazendeiros e organizações não governamentais a fim de que estes objetivos sejam atingidos.

Diretrizes estratégicas

Para que a Índia possa alcançar os objetivos estabelecidos é fundamental que leve em conta as seguintes diretrizes estratégicas:

1. Maximização das oportunidades de emprego.
2. Ampliação das exportações e adoção de estratégias inovadoras de *marketing*.
3. Atualização tecnológica.
4. Fortalecimento das bases de suprimento de matérias-primas.
5. Incremento da produtividade.
6. Conscientização da importância da Qualidade.
7. Diversificação do produto.
8. Desenvolvimento integrado de Recursos Humanos.
9. Apoio financeiro.

Metas e desafios mais importantes

1. Elevar as exportações indianas de 11 bilhões de dólares (valor em 2000) para 50 bilhões de dólares, em 2010, nos quais, a parcela de confeccionados, será de 25 bilhões de dólares.
2. Implementar de maneira vigorosa e no mais curto espaço de tempo o Fundo de Atualização Tecnológica (*Technology Upgradation Fund Scheme-TUFS*) cobrindo todos os elos manufatureiros da cadeia produtiva.
3. Assistir ao setor privado através da avaliação criteriosa de financiamentos para as diferentes necessidades da indústria têxtil e de confecção.
4. Disponibilizar um fundo de capital de risco para alavancar o conhecimento básico dos empreendedores industriais.
5. Eliminar a reserva da indústria de confecção concedida ao setor formado por micro e pequenas empresas.
6. Conseguir aumento na produtividade agrícola do algodão de pelo menos 50% e melhoria da qualidade das fibras de acordo com os padrões internacionais, através da efetiva implementação da Missão Tecnológica para o Algodão (*Technology Mission on Cotton*).
7. Implementar a “*Technology Mission on Jute*” para o aumento da produtividade e diversificação do uso desta fibra ecológica.
8. Fortalecer e incentivar a indústria de teares manuais a fabricar produtos de valor agregado prestando-lhe assistência para formar *joint-ventures* a fim de penetrar nos mercados internacionais.
- 9- Corrigir e redesenhar, durante o 10º Plano Quinquenal, os programas e propostas estabelecidos para os setores de teares manuais, sericicultura, artesanato e juta, assegurando um melhor retorno para os segmentos mais carentes, bem como para as regiões nordeste e mais atrasadas do país.
10. Encorajar o setor privado a desenvolver unidades têxteis integradas e unidades de acabamento, ecológicas e de classe mundial, em diferentes partes do país.
11. Fortalecer e proporcionar o crescimento das instituições de desenvolvimento de Recursos Humanos, inclusive o NIFT (*National Institute of Fashion Technology*) com base em linhas de ação inovadoras.

12. Revisar e revitalizar o trabalho das TRAs (*Textile Research Associations*) a fim de focar a pesquisa nas principais necessidades da indústria.
13. Transformar, reestruturar e profissionalizar todas as organizações sob a liderança do Ministério da Indústria Têxtil, preparando-as para desempenhar o papel de facilitadoras das mudanças e do crescimento.

Ações setoriais

No desenvolvimento do Plano estão previstas diversas ações setoriais indispensáveis à realização dos objetivos, desafios e metas previstas. Um resumo das mesmas é apresentado a seguir.

Matérias-primas

O desafio é ampliar a disponibilidade, produtividade e qualidade das matérias-primas a um preço vantajoso para as empresas. Um empenho específico deve ser realizado para tornar disponível diferentes variedades de fibras e fios têxteis, desde o padrão tradicional até o especializado, seguindo a tendência internacional em termos de inovação e qualidade, a preços competitivos.

Deverão ser desenvolvidas as competências e as facilidades em termos de P&D para esta importante tarefa, sobretudo àquela dedicada às fibras e aos fios especializados. Deste modo, o que se tem como objetivo é a consolidação de uma ampla e flexível oferta multifibra beneficiando a cadeia produtiva têxtil local. Embora o algodão continue sendo a fibra dominante na Índia, uma atenção toda especial será dada ao desenvolvimento do equilíbrio entre o algodão e as demais fibras, o mais próximo possível dos padrões internacionais.

Algodão

Com relação à fibra do algodão o objetivo mais importante é aumentar a produção, produtividade, qualidade e a estabilização dos preços. A *Technology Mission on Cotton* será o instrumento utilizado para atingir os parâmetros mencionados, com o suporte dos Ministérios da Indústria Têxtil e da Agricultura, dos estados produtores de algodão, dos fazendeiros e das associações industriais, envolvimento dos quais é absolutamente indispensável para a implementação da Missão.

Os objetivos da *Technology Mission on Cotton* podem ser resumidos da seguinte forma:

1. Aumentar o rendimento e melhorar a qualidade do algodão, particularmente no que diz respeito ao comprimento da fibra, *micronaire* e resistência, através do desenvolvimento de outras variedades de algodão e de sementes de melhor qualidade, além da adoção de tecnologias integradas de gestão da água, de nutrientes e de combate a pragas, garantindo sua transferência para os fazendeiros.
2. Aumentar a renda dos plantadores de algodão reduzindo o custo do cultivo e ampliando o rendimento por hectare, através de transferência de tecnologia para os fazendeiros. Esta ação terá também como resultado o aumento da produção e da disponibilidade de fibra para o consumo interno e a exportação.
3. Melhorar a qualidade do algodão sob o aspecto da quantidade de impurezas e contaminação através da atualização tecnológica e dos procedimentos nas etapas de colheita, armazenamento, descarçamento e embalagem.

Para o desenvolvimento de suas atividades a *Technology Mission on Cotton* foi subdividida em quatro pequenas missões, ou seja:

- (a) Geração de pesquisa e tecnologia
- (b) Transferência de tecnologia e desenvolvimento
- (c) Melhoria da estrutura de *marketing*
- (d) Modernização das fábricas de descarçadores e prensas.

O orçamento destinado às ações da *Technology Mission on Cotton* nos 2000 e 2001 foi de Rs 593 Cr (cerca de 130 milhões de dólares).

Fibras Químicas

Com relação à produção de fibras químicas, as ações previstas devem se concentrar no aumento da produção com base nos seguintes pontos:

- (a) Total flexibilidade da oferta de fibras, principalmente, o algodão e fibras químicas, de acordo com a pressão de demanda do mercado.
- (b) Reduzir gradativamente a produção de títulos (denier) considerados fora do padrão de consumo.
- (c) Harmonização dos padrões do *Bureau of Indian Standards* (BIS) em consonância com os padrões internacionais.

- (d) Produção de fibras para atender à demanda específica do setor de têxteis para o lar.

Seda

A Índia continua mantendo a segunda posição mundial na produção de seda com uma característica de diferenciação que é a de produzir quatro variedades de seda: a seda oriunda da amoreira (91% da produção) e três variedades não oriundas da amoreira, ou seja, a seda ERI (6% da produção), seda TASAR (2% da produção) e a seda MUGA (1% da produção). O plano estratégico desenvolvido para ser implementado a partir de 2001, prevê:

- (a) Ampliar a pesquisa e o desenvolvimento nas diferentes etapas da produção de seda e disseminar o conhecimento e as tecnologias desenvolvidas para os produtores.
- (b) Ampliar a produção das variedades não oriundas da amoreira as quais representam apenas 9% da produção.
- (c) Intensificar os esforços para aumentar a sericultura denominada "BIVOLTINE" cuja tecnologia teve seu *know how* criado no Japão. O casulo do bicho da seda da amoreira BIVOLTINE apresenta um conteúdo de filamento 35% superior ao das demais variedades de produto originado das amoreiras, além de ser de melhor qualidade, apresentando maior resistência à tração, sendo indicado para o urdimento dos tecidos. O rendimento desta seda, antes importada pela Índia, deverá ultrapassar os níveis correntes de 750kg de casulos por hectare de plantação de amoreira, atingindo um rendimento superior a 1600kg por hectare.
- (d) Encorajar a formação de *clusters* ou arranjos produtivos locais para as etapas de produção das meadeiras e tecelagens, ampliando a integração destas etapas à de produção da seda.
- (e) Rever, periodicamente, a política de importação de fio de seda, levando em consideração o balanceamento dos interesses dos sericultores, bem como, dos produtores que atuam nas exportações.

Lã

No sentido de aumentar a disponibilidade e a qualidade da lã, as seguintes medidas estão previstas:

- (a) Desenvolver projetos de pesquisa em colaboração com países líderes na produção de lã, sobretudo a Austrália.

- (b) Encorajar e financiar programas para o setor privado da criação de carneiros, no sentido de aumentar a produção, produtividade e qualidade da lã.

- (c) Promover a integração dos setores privados que atuam na cadeia da lã com o objetivo de fortalecer o *marketing* da lã.
- (d) Estabelecer facilidades de processamento nas etapas anteriores e posteriores à tecelagem.
- (e) Implementar um programa de desenvolvimento da lã de coelho (angorá), aumentando sua produção, economizando divisas gastas nas importações e gerando empregos nas regiões montanhosas.

Juta

A juta tem um papel relevante na economia indiana, sobretudo nas regiões oeste e nordeste do país, onde cerca de 4 milhões de famílias dependem do cultivo desta fibra. Na indústria de transformação da juta atuam cerca de 200 mil trabalhadores produzindo mais de 1 milhão de toneladas de produtos, destacando-se, entre eles, a sacaria de juta.

Reconhecendo os problemas da economia de juta e a necessidade de torná-la mais competitiva o plano inclui a implantação de uma missão tecnológica (*Jute Technology Mission*) para atingir os seguintes objetivos:

- (a) Fortalecer a atual infra-estrutura de pesquisa a fim de desenvolver variedades de sementes para aumentar a produtividade e atender às expectativas do mercado.
- (b) Aperfeiçoar as práticas de colheita e maceração para a produção de fibras com melhor qualidade.
- (c) Transferir para os agricultores tecnologias avançadas que reduzem os custos.
- (d) Criar uma forte integração para melhor atender ao mercado, visando atingir um maior suprimento de matéria-prima, com melhor qualidade e preços razoáveis.
- (e) Diversificar os produtos de juta e ampliar as estratégias de marketing visando um melhor resultado, tanto no mercado interno quanto externo.
- (f) Modernizar, inovar tecnologicamente, aumentar a produtividade, diversificar e desenvolver Recursos Humanos da indústria de transformação da juta.
- (g) Desenvolver e comercializar tecnologia inovadora para os diferentes usos da juta e suas misturas.

A operacionalização do plano através da *Jute Technology Mission*, será feita com o apoio de 4 mini-missões, destinando-se a cada uma delas, uma parte das ações acima mencionadas. O orçamento inicial previsto atinge a casa de R\$ 450Cr (100 milhões de dólares aproximadamente).

Setor de fiação

Entre 1989 e 2003, a capacidade instalada do setor de fiação aumentou, aproximadamente, de 36 milhões de fusos para 39 milhões de fusos. Um aspecto importante a ser ressaltado neste processo de crescimento é a instalação de um grande número de rotores *open-end*, por volta de 1990. Outro aspecto, é a tendência de importarem-se unidades orientadas exclusivamente para a exportação do fio.

Apesar dos resultados alcançados através da política industrial têxtil iniciada em 1985 e que resultou em considerável estágio de modernização, permitindo conquistar uma parcela de 20% das exportações mundiais de fio algodão, as fábricas ainda padecem do problema de excesso de capacidade e obsolescência. O grau de ociosidade nos últimos anos situou-se na faixa de 14 a 21%.

Tendo em vista tais circunstâncias, o plano estratégico iniciado em 2000 prevê a continuação dos esforços de modernização e *upgrade* tecnológico, a fim de que seja possível atingir os melhores níveis de competitividade, tomando-se as seguintes medidas básicas em relação aos segmentos de fiação de algodão e da lã.

- (a) Incentivar o setor de fiação para que continue a modernizar-se.
- (b) Liberalizar e incentivar a exportação de fios de algodão.
- (c) Rever, de tempos em tempos, a “obrigação relativa aos fios em meada”, ao mesmo tempo em que se assegure um suprimento adequado ao setor de *handloom*.

Setor de tecelagem

O setor de tecelagem na Índia é bem grande em termos de capacidade instalada, detendo uma parcela de 58% do número total de teares existentes no mundo. São 3,5 milhões de unidades no setor de *handloom* e 1,8 milhões de unidades no setor

de *powerloom*. O nível tecnológico dos teares é considerado baixo, sobretudo em relação à tecnologia mais avançada, que é a tecnologia dos teares de jato de ar, cuja parcela no parque fabril Índiano é inferior àquela existente na maioria dos países produtores e exportadores de têxteis da Ásia.

Este setor crítico para a sobrevivência da indústria têxtil da Índia e para o seu principal desafio, que são as exportações, deverá ser rapidamente modernizado. A “Política Têxtil Nacional - 2000” prevê para a tecelagem:

- Incentivar a organização de *clusters* para as atividades de apoio à produção do setor descentralizado da tecelagem.
- Facilitar, com a colaboração do governo, o desenvolvimento harmônico de todos os segmentos do setor de manufatura de tecidos.
- Concorrer para que o crescimento balanceado desses segmentos seja alcançado com base em suas forças específicas incluindo-se, entre elas, a capacidade de atender às diferentes demandas dos mercados.

Setor industrial organizado

O setor industrial organizado (*organized mill industry*) é formado por 1.866 empresas (dados do final de 2002), sendo 1.588 fiações isoladas e 278 fábricas integradas, com um conjunto de máquinas que totalizam cerca de 36 milhões de fusos, 395.000 rotores e 122.000 teares. Também chamado de Indústria Têxtil da Fibra do Algodão e Fibra Química, é considerada a maior cadeia produtiva organizada do país empregando perto de 1 milhão de trabalhadores (emprego direto).

É apoiada por um número razoável de indústrias complementares, tais como: a indústria fabricante de máquinas têxteis, acessórios e peças, produtos auxiliares, produtos químicos, etc., as quais contribuem, também, para a geração de expressiva quantidade de empregos indiretos.

Através do planejamento, o governo e o Ministério da Indústria Têxtil, pretendem empenhar-se ao máximo para o desenvolvimento desse parque industrial organizado, através das seguintes medidas:

- (a) Integrar os esforços produtivos em linhas de produção tecnologicamente orientadas.
- (b) Incentivar e apoiar a implantação de grandes complexos industriais integrados.
- (c) Promover alianças estratégicas com renomados fabricantes de produtos têxteis internacionais, com foco em novos produtos e estratégias de varejo.
- (d) Incentivar e apoiar a adoção da tecnologia da informação nas propostas de *upgrade* do

equipamento, aumento da eficiência, aumento da produtividade e qualidade, melhoria do ambiente de trabalho e desenvolvimento de Recursos Humanos.

Demais áreas contempladas

As demais áreas contempladas no planejamento estratégico têm suas diretrizes e ações previstas resumidas nos quadros apresentados a seguir.

Quadro 2 - Indústria de powerloom e indústria de handloom

Setor/área	Ações/diretrizes
Indústria de powerloom	<ul style="list-style-type: none"> · <i>Upgrading</i> tecnológico · Modernização dos Centros de Serviços Técnicos e de Ensaio · Clusterização · Melhoria de padrões de trabalho
indústria de handloom	<ul style="list-style-type: none"> · Retreinamento de tecelões para obtenção de novos empregos · Melhoria dos padrões de trabalho · Suporte através de sistema de P&D, design, melhoria das habilidades e comercialização · Revisão da legislação pertinente ao hand yarn obligation sem perder de vista as necessidades do setor de handloom · Reorganização dos Centros de Serviços Técnicos de acordo com as tendências dos mercados e usando o suporte da tecnologia da informação · Ampliação das parcerias entre estes centros e os centros de excelência em design (NIFT e NID) · Incentivos à ampliação do valor agregado dos produtos, à inovação orientada pelo mercado, à formação de joint ventures com parceiros nacionais ou do exterior e à comercialização de marcas

Quadro 3 - Malharia, têxteis para o lar e tingimento/acabamento

Setor/área	Ações/diretrizes
Malharia	<ul style="list-style-type: none"> · Revisão da política de reserva de mercado para as SSI · <i>Upgrading</i> tecnológico e expansão da capacidade instalada · Suporte através de sistemas de inteligência comercial, design e moda
Têxteis para o lar	<ul style="list-style-type: none"> · Aumento da resistência das cores · Redução do número de defeitos · Suporte para o desenvolvimento de produto, produção e marketing · Enfatizar a qualidade em geral · Melhorar a embalagem · Expansão da infra-estrutura de máquinas de tingimento e acabamento de fios usados na tecelagem manual de têxteis para o lar
Tingimento e acabamento	<ul style="list-style-type: none"> · Implantação de novas e modernas fábricas atendendo as normas de qualidade e proteção ambiental · Expansão das facilidades em termos de CAD/CAM, medição computadorizada da cor e ensaios de qualidade, sobretudo nos clusters do setor descentralizado · Suporte para a implantação dos padrões das normas ISO 9.000 e 14.000 · Desenvolvimento de corantes eco-friendly, incluindo corantes naturais e vegetais e conservação de energia

Quadro 4 - Confeção e indústria de juta	
Setor/área	Ações/diretrizes
Confeção	<ul style="list-style-type: none"> · Foco do Office of the Textile Commissioner no desenvolvimento da indústria de confeção · Retirar a indústria de confeção da lista de reserva de mercado para as SSI · Promoção de joint ventures e alianças estratégicas com corporações mundiais famosas · Instalação dos Parques Industriais Têxteis e de Confeção com o envolvimento dos governos estaduais, instituições financeiras e o setor privado · Ampliação das cadeias domésticas de varejo para facilitar a comercialização de marcas Índianas
Indústria de juta	<ul style="list-style-type: none"> · Promoção de P&D · Up grading industrial · Investimento em infra-estrutura para armazenagem e comercialização da fibra · Rever e aperfeiçoar o Mandatory Jute Packaging Order no sentido de promover a plantação e a indústria da juta nos demais aspectos · Fortalecer o JMDC (Jute Manufactures Development Council) e o NCJD (National Centre for Jute Diversification) para que possam atuar de forma mais dinâmica

A "Política Têxtil Nacional – 2000" estabelece ainda ações relativas ao setor de tapeçaria, têxteis técnicos, exportações em geral, exportações de artesa-

nato, tecnologia da informação, desenvolvimento de Recursos Humanos, arranjos fiscais e financeiros e mecanismos de implementação da política.

Capítulo 10

Conclusão

Capítulo 10

Conclusão

A Índia é um país que tem grandes riquezas naturais, caracterizada por suas diversidades culturais, geográficas e climáticas. Maior democracia do mundo moderno, revela vantagens comparativas fundamentais para a sobrevivência de suas principais atividades manufatureiras no ambiente internacional, potencializadas pela adoção do inglês como idioma de negócios e reforçadas por um sistema judiciário consolidado e independente, um sistema legal forte de contadorias, uma imprensa vibrante e livre, além da imensa disponibilidade de força de trabalho habilidosa e qualificada.

A economia indiana é uma das que, atualmente, demonstram maior dinamismo e crescimento, com um PIB superior a meio trilhão de dólares. Nos últimos anos, um movimento de transformação da estrutura regulatória do país teve por objetivo simplificar e racionalizar políticas e procedimentos em cada um dos pilares da economia indiana: agricultura, indústria, comércio, finanças, tributação, investimentos externos e setor público.

A cadeia produtiva têxtil desempenha um papel significativo naquela economia, através de sua expressiva participação no setor secundário, do recolhimento de impostos, de sua parcela nas exportações e da geração de empregos industriais. Em termos relativos, a cadeia têxtil indiana é mais competitiva do que muitas outras atividades econômicas, demonstrando um grande potencial de crescimento em virtude das vantagens comparativas locais e do seu compromisso com o conhecimento.

A competitividade de um país é fruto de suas políticas e de suas características sócio-econômicas. A Índia avançou economicamente adotando estratégias singulares: prioridade à atividade individual, proliferação de pequenos empreendimentos, consolidação do artesanato, políticas discriminatórias, engessamento da grande empresa e nacionalismo extremado. A indústria têxtil vem se desenvolvendo como grande geradora de divisas, mesmo inserida nesse ambiente pouco sofisticado em que prevalece a fragmentação. Como assinalamos nesta obra, a

Índia vem ampliando o *output* de suas empresas têxteis e de confecção, sejam elas grandes ou pequenas, automatizadas ou de processos manuais, respondendo, assim, às expectativas de sua imensa população, cujo consumo *per capita* amplia-se a cada ano. No comércio exterior, o país assiste ao gradual aumento de suas exportações, o que o coloca entre as dez maiores economias exportadoras de produtos têxteis e de confeccionados do mundo.

Mesmo com os aspectos positivos que revela, entretanto, a CPTV indiana ainda precisa trabalhar muito para aperfeiçoar algumas áreas em que apresenta fragilidades. A amplificação de suas forças pode melhorar ainda mais sua posição no cenário mundial, particularmente no que se refere à completa liberalização do comércio, após janeiro de 2005.

Neste sentido, podemos perceber o esforço concentrado, coordenado e complementar dos diversos atores comprometidos com o futuro da CPTV indiana: a própria indústria, o setor artesanal, os governos estaduais, as pequenas associações locais, as câmaras de promoção das exportações, os centros de pesquisa e de apoio tecnológico, além dos órgãos localizados no Ministério da Indústria Têxtil. O seu desafio é gigantesco e depende de iniciativas para modernização tecnológica, melhoria da qualidade, disponibilidade de matérias-primas, otimização dos processos produtivos, abrandamento das políticas protecionistas e discriminatórias, evolução da infra-estrutura, atração de capitais externos, evolução do design, mudança de padrões corporativos, atualização dos canais de distribuição, e tantos outros aspectos destacados na *National Textile Policy-2000*.

Se esta cadeia produtiva tornar-se globalmente competitiva, como prevêem inúmeros analistas internacionais, o país poderá capitalizar as múltiplas oportunidades que se configuram no horizonte do mercado global, e tornar-se um dos líderes no negócio de têxteis e confeccionados no mundo, incentivado pela meta de exportações estabelecida para 2010: 50 bilhões de dólares.

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas

- ANNUAL CONFERENCE REPORT, 2003, Dresden, DE. **Future of apparel textiles**. Zurich: ITMF, 2003. 1CD-ROM
- ANSON, Robin. Global textile ad apparel trade to 2005 and beyond: winners and losers. In: ANNUAL CONFERENCE REPORT, 2003, Dresden, DE. **Future of apparel textiles**. Zurich: ITMF, 2003. 1CD-ROM
- AVENTURA do descobrimento. **Veja**. São Paulo, v. 33, nº 17, p.47, abr. 2000. Suplemento.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Secretária de Comércio Exterior. **Alice-Web**. Brasília, s.d. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2004.
- BOKHARI, Ashfak. **Who will rule the textile market after 2005?** [S.l.]: Dawn, 2004. Disponível em: <<http://www.dawn.com/2004/04/19/ebr5.htm>>. Acesso em: 20 maio 2004.
- CARVER, Brian; HE, Christy; HISTER, Jonah. **India's textile industry: what will happen when the quotas are lifted?** Washington, DC: University of Washington, 2004. 18 p. Projeto final apresentado na GTTL Conference em 2 jun. 2004. < <http://depts.washington.edu/gttl/StudentPapersAbstracts/2004/IndiaTextileIndustry.pdf>>. Acesso em: jun. 2004.
- BULLIO, P. G. Resa dei conti. **Selezione Tessile**. Milano, nº3, p. 10-12, apr. 2004.
- CENSUS 2001: evaluating the trends. **South Asian Voice**. [S.l.]: Shishir Thadani, June 2001. Disponível em: <http://india_resource.tripod.com/census.html>. Acesso em: 20 out. 2004
- CHADE, Jamil. Brasil e Índia têm nova proposta de corte de subsídio. **Estado de São Paulo**. São Paulo, 24 jun. 2004. Caderno Economia. Disponível em: < <http://txt.estado.com.br/editorias/ /04/06/24/eco038.html>>. Acesso em: 29 jun. 2004.
- CHIARINI, Adriana. Índia espera maior comércio com o Brasil. **Estado de São Paulo**. São Paulo, 10 jun. 2004. Caderno Economia. Disponível em: < <http://txt.estado.com.br/editorias/04/ /06/10/eco007.html>>. Acesso em: 30 jun. 2004.
- CIAFFONE, A. Casulo Feliz cria estilo com seda. **Gazeta Mercantil**. Rio de Janeiro, 09 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.gazetamercantil.com.br/>>. Acesso em: 09 ago. 2004.
- DUTTA, Devangshu. **India textile and apparel industry**. New York: About.com, 2003. Baseado na apresentação realizada na Interstoff-Asia 2003. Disponível em: <http://retailindustry.about.com /library/uc/03/uc_dutta4.htm>. Acesso em: 15 jun. 2004.
- E-CENSUSINDIA. New Delhi, nº 1, 6 Aug. 2001. Disponível em: <http://www.censusindia.net/results/eNewsletter_1.html#highlights>. Acesso em: 3 jun. 2004.
- ENCICLOPÉDIA Mirador internacional. Rio de Janeiro: São Paulo, Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1995. v.11.
- EXPORTERS for acceptance of EU offer of quota limits. **Fibre2Fashion: news & views**. Gujarat, 28 Apr. 2004. Disponível em: <http://www.fibre2fashion.com/news/NewsDetails.asp?News_id=6792>. Acesso em: abr. 2004.
- EUROPEAN UNION; CONFEDERATION OF INDIAN INDUSTRY. **EU-India joint initiative for enhancing trade and investment**. Brussels, [2003]. Disponível em: <http://www.cii-eu.org/euindia_textile.pdf>. Acesso em: jun. 2004.
- FMI. Estudo diz que instituições políticas e econômicas dão vantagem ao país em relação à China. **Valor Econômico**. São Paulo, 23 jul. 2004.
- GIOGGIA, Massimo Um paese in crescita. **Selezione Tessile**. Milano, nº4, p. 18-20, magg. 2004.

GÓES, Francisco. Unibanco abre linha comercial com a Índia. **Valor Econômico**. São Paulo, 8 jun. 2004. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 29 jun. 2004.

GRANDES acontecimentos do século XX. Lisboa: Selecções Reader's Digest, c1974. p. 162-165.

GRAHAM, Ian; KILDUFF, Peter. **Textiles and clothing in India**: current developments and future prospects. London: Pearson Professional, c1995. 100 p. (Financial times management reports).

HAZARIKA, Sanjoy. Land, conflict, identity in India's north-east: negotiating the future. **Futures**. London, v.36, n. 10, p. 771-789, 2004.

HISTORY of India in maps. New Delhi: Serverindia.net, [2004]. Disponível em: <<http://www.india-history.com/>>. Acesso em: ago. 2004.

IMF. Statistic Department. **India: report on the observance and codes (ROSC) - data module response by the authorities, and detailed assessments using data quality assessment framework**. Washington, DC, 29 Mar. 2004. 76 p.

Índia. **Comércio exterior informe BB**. Brasília, DF, nº 38, p. 16-23, dez. 2001.

INDIA. Committee on India Vision 2020. **India vision 2020**: the report : report of the Committee on India Vision 2020, Planning Commission, Government of India plus background papers. New Delhi: Academic Foundation, Dec. 2002. 101 p. Chairman: Dr. S. P. Gupta. Disponível em: <http://planningcommission.nic.in/plans/planrel/pl_vsn2020.pdf>. Acesso em: 21 out. 2004

INDIA. Ministry of Small Scale Industries. **India's industrial policies from 1948 to 1991**. New Delhi, [2002]. Disponível em: <www.smallindustryindia.com/policies/iip.htm>. Acesso em: 15 jun. 2004.

INDIA. Ministry of Textiles. Economic Research and Market Intelligence Unit. Office of the Textile Commissioner. **Countrywise total textile export (excluding RMG): chapter 50 to 63**. Mumbai,

2004. Disponível em: <<http://www.txcindia.com/expimp/web3.asp>>. Acesso em: 19 out. 2004.

INDIA. Ministry of Textiles. **National textile policy**: 2000. New Delhi, [2000]. Disponível em: <http://texmin.nic.in/policy_2000.htm>. Acesso em: jun. 2004.

INDIA. Ministry of Textiles. **Performance budget**: 2000-2001. New Delhi, [1999]. Disponível em: <http://texmin.nic.in/pb_main.htm>. Acesso em: 8 jun. 2004

INDIA. Ministry of Textiles. Scope, individual activities, projects and schemes reference to financial outlay. In: _____. **Performance budget**: 2000-2001. New Delhi, [1999]. cap. 4. Disponível em: <http://texmin.nic.in/pb_0001_c4.htm>. Acesso em: maio 2004.

INDIA. Ministry of Textiles. Handicrafts. In: _____. **Annual Report: 2002-2003**. New Delhi, [2004]. cap.9, p.79-92. Disponível em: <http://texmin.nic.in/annualrep/ar03_c09.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2004.

INDIA. Ministry of Textiles. Handloom industry. In: _____. **Annual Report: 2002-2003**. New Delhi, [2004]. cap.5, p.39-58. Disponível em: <http://texmin.nic.in/annualrep/ar03_c05.pdf>. Acessado em: 26 jul. 2004.

INDIA. Ministry of Textiles. **Hank yarn packing notification**. New Delhi, [2000]. Disponível em: <http://texmin.nic.in/handlooms/hl_note_hyp.htm>. Acesso em: 17 ago. 2004.

INDIA. Ministry of Textiles. Jute. In: _____. **Annual Report: 2002-2003**. New Delhi, [2004]. cap.5, p.109-118. Disponível em: <http://texmin.nic.in/annualrep/ar03_c11.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2004.

INDIA. Ministry of Textiles. Organized Textile Mill Industry. In: _____. **Annual Report: 2002-2003**. New Delhi, [2004]. cap.3, p.25-34. Disponível em: <http://texmin.nic.in/annualrep/ar03_c03.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2004.

INDIA. Ministry of Textiles. Raw material. In: _____. **Annual Report: 2002-2003**. New Delhi, [2004]. cap.6, p.59-64. Disponível em: <http://texmin.nic.in/annualrep/ar03_c06.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2004.

- INDIA. Ministry of Textiles. Textile export. In: _____. **Annual Report: 2002-2003**. New Delhi, [2004]. cap.10, p.93-108. Disponível em: <http://texmin.nic.in/annualrep/ar03_c10.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2004
- INDIA. Ministry of Textiles. Woolen Textile Industry. In: _____. **Annual Report: 2002-2003**. New Delhi, [2004]. cap.7, p.65-72. Disponível em: <http://texmin.nic.in/annualrep/ar03_c07.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2004.
- INDIA. 2002. Il portale della donna. Disponível em: <<http://www.eterna.it/2002/rubriche/Moda002.htm>>. Acesso em: 19 out. 2004
- INDIA guns for bigger share of special textiles market. **Fibre2Fashion**: news & views. Gujarat, 20 Apr. 2004. Disponível em: <http://www.fibre2fashion.com/news/NewsDetails.asp?News_id=6701>. Acesso em: abr.2004.
- INDIA FABRICS FOR THE WORLD: autumn-winter 2004-2005. Mumbai: Clothesline,2004. 104 p.
- INDICADORES IBGE: pesquisa industrial mensal, produção física, Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, maio 2004
- INDO-ITALIAN CHAMBER OF COMMERCE AND INDUSTRY. **Distribuzione dei Prodotti del Sistema moda in India**: rapporto sulle opportunità di business. Mumbai, [2003]. 83 p.
- INSTITUT FRANÇAIS DE LA MODE. **Study on the implications of the 2005 trade liberalisation in the textile and clothing sector**. Paris, Feb. 2004, 384 p. Ing. (Consolidated Report, part 1)
- ITMF. **Country statements**: 2003. Zurich, 2003. 80 p. 1 CD-ROM
- ITMF. **International production cost comparison**: 2003. Zurich, 2003. 31p
- JAPAN CHEMICAL FIBERS ASSOCIATION. **JCFA study on Indian textiles & apparel industry**: summary. Tokyo, 2003. Disponível em: <http://www.fcc.co.jp/JCFA/english/what_data/summary_of_jcfa_study_on_indian_textiles&appare.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2004.
- JENKINS, Rob; GOETZ, Anne. Civil society engagement and India's public distribution system: lessons from the Rationing Kruti Samiti in Mumbai. In: WORLD DEVELOPMENT STUDIES, 2002, Oxfordshire. **Making services work for poor people**. Washington, DC: World Bank, 2002. Disponível em: <http://econ.worldbank.org/files/224889_jenkinsgoetzWDR.pdf>. Acesso em: 29 out. 2004.
- JOSHI, Nandini. Technological choice and socio-economic imperative: a case study or textile technologies in India. **Research Policy**. v.6, nº3, p. 202-213, July 1977.
- KATHURIA, Sanjay; BHARDWAJ, Anjali. **Export quotas and policy constraints in the Indian textile and garment industries**. Washington, DC: World Bank, Oct. 1998. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/html/dec/Publications/Workpapers/wps2000series/wps2012/wps2012.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2004.
- KRUEGER, Anne O. **Letting the future in: India's continuing reform agenda**. Washington, DC.: IMF, 4 June 2004. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/speeches/2004/060404.htm>>. Acesso em: 20 out. 2004.
- LEADBEATER, S. R. B.. **Politics of textiles**: the Indian cotton-mill industry and the legacy of swadeshi, 1900-1985. New Delhi: Sage Publications, 1993. 312 p
- MELLO, Patrícia Campos. Acordo com Índia sai em três meses. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 15 jun. 2004. Caderno Economia. Disponível em: <<http://txt.estado.com.br/editorias/04/06/15/eco059.html>>. Acesso em: 30 jun. 2004.
- MIRANDA, José Maria Simas de. **Indústria têxtil na Índia**: confronto entre países selecionados. Rio de Janeiro: SENAI/CETIQT, 2004. 6 p.
- MISRA, Sanjiv. **India's textile sector**: a policy analysis. New Delhi: Sage Publications, 1993. 278 p.
- NARAYANASWAMY, Venkatesan; SCOTT, Ashley. Lessons from cleaner production experiences in Indian hosiery clusters. **Journal of Cleaner Production**. Oxford, UK, v.9, n. 4, p. 325-340, Aug. 2001.

OXFAM INTERNATIONAL. **Stitched up: how rich-country protectionism in textiles and clothing trade prevents poverty alleviation.** Oxford, Apr. 2004. 44p. Disponível em: <http://www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/trade/bp60_textiles.htm>. Acesso em: 21 jul. 2004.

PANWAR, Ravi Kumar. Indian apparel industry dressing up the globe. **Science Tech Entrepreneur Magazine.** [New Delhi], Apr. 2003. Disponível em: <http://www.techno-preneur.net/new-timeis/ScienceTechMag/April03/apparel_industry.htm>. Acesso em: 22 jun. 2004.

PANAGARIYA, Arvind. **Índia in 1980s and 1990s: a triumph of reforms.** Washington, DC: IMF, Mar. 2004. 37 p. IMF Working Paper, nº 4/43. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wp0443.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2004.

PURFIELD, Catriona. **Decentralization dilemma in India.** Washington, DC.: IMF, Feb. 2004. 30p. IMF Working Paper, nº 4/32. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wp0432.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2004.

RANA, Kanshiram. India's textiles: progress and challenges. **Press Information Bureau.** New Delhi, 21 Jan. 2000. Disponível em: <<http://pib.nic.in/feature/feyr2000/fjan2000/f210120001.html>>. Acesso em: 17 jun. 2004.

RODRIK, Dani; SUBRAMANIAM, Arvind. **From "Hindu Growth" to Productivity Surge: The Mystery of the Indian Growth Transition.** Washington, DC: IMF, May 2004. 42 p. IMF Working Paper, nº4/77. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wp0477.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2004.

RODRIK, Dani; SUBRAMANIAN, Arvind. **Why India can grow at 7 percent a year or more: projections and reflections.** Washington, DC: IMF, July. 2004, 16 p. IMF Working Paper.

RUSSO, Fabio. **Cluster development in India.** Vienna: UNIDO, 2003. Disponível em: <<http://www.unido.org/en/doc/4308>>. Acesso em: 17 jun. 2004.

RUSSO, Fabio. **Strengthening Indian SME clusters:** UNIDOS's experience: case study. Vienna: UNIDO, Jul. 1999. Disponível em: <<http://www.unido.org/userfiles/RussoF/Vie3.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2004. Project: US/GLO/95/144

SRINIVASAN, T. N.; TENDULKAR, Suresh D. **Reintegrating India with the world economy.** Washington, DC: Institute for International Economics, 2003. xiv, 167p. Disponível em: http://bookstore.iie.com/merchant.mvc?Screen=PROD&Product_Code=98>. Acesso em: maio 2004.

STIGLITZ, Joseph E. **Exuberantes anos 90:** uma nova interpretação da década mais próspera da história. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 391 p.

TEWARI, Meenu; GOEBEL, Jeffery. **Sources of productivity growth in traditional and emerging sectors:** what are the effects of liberalization? (Preliminary evidence from Tamil Nadu, India). Cambridge: Harvard University/Center for International Development, 2002. PreDisponível em: <http://www.cid.harvard.edu/india/docs/tewari_042102.pdf>. Acesso em: jun. 2004.

TÊXTEIS da Índia - parte 1: comércio internacional/ITV. **Newsletter.** Vila Nova de Famalicão, PT, 5 maio 2004. Disponível em: <http://www.portugaltextil.pt/PresentationLayer/portalpt_noticia_01.aspx?cod_noticia=27416>. Acesso em: 29 jun. 2004. Versão Original do Just-style.com de 5 Mai 2004.

Timeline of India. [S.l.]: Kamat's Potpourri, [2004]. Disponível em: <<http://www.kamat.com/kalranga/timeline/timeline.htm>>. Acesso em: jun. 2004.

TOPALOVA, Petia. **Overview of the India Corporate sector: 1989-2002.** Washington, DC: IMF, Apr. 2004. IMF Working Paper, nº 04/64. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wp0464.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2004.

TOPALOVA, Petia. **Trade liberalization and firm productivity: the case of India: the case of India**. Washington, DC: IMF, Feb. 2004. IMF Working Paper, Nº4/28. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wp0428.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2004

UNCTAD. **Global Investment Prospects Assessment - GIPA**. Geneva, c2002. Disponível em: <<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intlItemID=2990&lang=1>>. Acesso em: jun. 2004.

UNITED STATES INTERNATIONAL TRADE COMMISSION. Office of Industries. Office of Economics. **Textiles and apparel**: assessment of the competitiveness of certain foreign suppliers to the U.S. market: investigation nº 332-448. Washington, DC, 2004. 2v em 1. Disponível em: <<http://63.173.254.11/pub3671/main.html>>. Acesso em: maio 2004.

UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA. Center for International Comparisons. **Penn world table**. Philadelphia, PA: [2004]. Disponível em: <http://pwt.econ.upenn.edu/php_site/pwt61_form.php>. Acesso em: 15 out. 2004.

USA. Central Intelligence Agency. **Reference maps: India**. Washington, DC, 2004. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/in.html#Econ>>. Acesso em: 05 out. 2004.

VALERI, Serena. Tessuti da lontano. **Moda.it**. Roma, 2001. Disponível em: <<http://www.moda.it/articoli/2001/02/09/53197.php>>. Acesso em: 19 out. 2004.

VERMA, Samar. **Export competitiveness of Indian textile and garment industry**. New Delhi: ICRIER, 2002. (Working paper, nº 94). Disponível em: <<http://www.icrier.res.in/public/WP%2094.pdf>>. Acesso em: jun. 2004.

VERMA, Samar. **Restructuring the Indian textile industry**. New Delhi: ICRIER, 2000. 23 p. Disponível em: <<http://www.gdnet.org/fulltext/verma2.pdf>>. Acesso em: jun. 2004

VISHVANATH, S. Indian textile market: part 1. **ITB**. Zurich, v.50, n. 2, p. 22-28, Mar./Apr. 2004.

VISHVANATH, S. Indian textile market: part 2. **ITB**. Zurich, v.50, n. 4, p. 19-24, July/Aug. 2004.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Indian reform contributes to growth: reforms need to continue to achieve high growth and reduce poverty**. Geneva, 21 June 2002. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/tp195_e.htm>. Acesso em: 21 out. 2004.

SENAI/CETIQT

DET – Diretoria de Educação e Tecnológica

IPTM – Instituto de Prospecção Tecnológica e Mercadológica

Coordenador

Flavio da Silveira Bruno

Equipe Técnica

Ana Tereza Filipecki

José Maria Simas de Miranda

Normalização bibliográfica

Carla Noronha e Fabiane Perin

Orientação e organização

Lúcio Geraldo Taboada Tenan

